



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DA PREFEITA**



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU**

Adelma Cristovam dos Passos
Prefeita Constitucional

Valter Monteiro dos Santos Filho
Secretário de Administração

SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
Rua Padre José João, 31, Centro, Pitimbu – PB CEP
58.324-000 Fone/Fax (83) 3299-1016 CNPJ
08.916.785/0001-59

DIÁRIO OFICIAL DE PITIMBU
ORGÃO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
Criado pela Lei Municipal nº 106, de 13.12.2002
(Distribuição Gratuita)

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU**

ADJUDICAÇÃO

NOS TERMOS DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2021, FEITO PELA PREGOEIRA ATRAVÉS DO LAUDO APRESENTADO E REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 10.520 E DE CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.666/93, DECRETO Nº 7.892/13; DECRETO MUNICIPAL Nº 015/2019 E ALTERAÇÕES, FICA DECIDIDO: DO JULGAMENTO EM FAVOR DA EMPRESA: TACIEL DA SILVA SANTOS, CNPJ: 37.639.423/0001-66 COM O VALOR TOTAL FINAL DE R\$ 549.951,44 (QUINHENTOS E QUARENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS), META COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 29.903.019/0001-20 COM O VALOR TOTAL FINAL DE R\$ 392.590,67 (TREZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL, QUINHENTOS E NOVENTA REAIS E SESSENTA E

SETE CENTAVOS), ED COMERCIO, SERVICOS E LOCACOES LTDA, CNPJ: 26.995.037/0001-90 COM O VALOR TOTAL FINAL DE R\$ 1.156.682,00 (HUM MILHÃO, CENTO E CINQUENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS) E REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ: 65.149.197/0002-51 COM O VALOR TOTAL FINAL DE R\$ 47.250,00 (QUARENTA E SETE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS), PELAS RAZÕES EXPOSTAS NO REFERIDO LAUDO.

PITIMBU-PB, 30 DE DEZEMBRO DE 2021.

CLAUDIA IZABEL DA SILVA MAIA
PREGOEIRA.

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU**

NOS TERMOS DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2021, FEITO PELA PREGOEIRA ATRAVÉS DO LAUDO APRESENTADO E REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 10.520 E DE CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.666/93, DECRETO Nº 7.892/13; DECRETO MUNICIPAL Nº 015/2019 E ALTERAÇÕES, FICA DECIDIDO A:

HOMOLOGAÇÃO

DO JULGAMENTO EM FAVOR DAS EMPRESAS: TACIEL DA SILVA SANTOS, CNPJ: 37.639.423/0001-66 COM O VALOR TOTAL FINAL DE R\$ 549.951,44 (QUINHENTOS E QUARENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS), META COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 29.903.019/0001-20 COM O VALOR TOTAL FINAL DE R\$ 392.590,67 (TREZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL, QUINHENTOS E NOVENTA REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS), ED COMERCIO, SERVICOS E LOCACOES LTDA, CNPJ: 26.995.037/0001-90 COM O VALOR TOTAL FINAL DE R\$ 1.156.682,00 (HUM MILHÃO, CENTO E CINQUENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS) E REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ: 65.149.197/0002-51 COM O VALOR TOTAL FINAL DE R\$ 47.250,00 (QUARENTA E SETE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS), PELAS RAZÕES EXPOSTAS NO REFERIDO LAUDO.

GABPREF/PITIMBU-PB, 30 DE DEZEMBRO DE 2021.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

ADELMA CRISTOVAM DOS PASSOS
PREFEITA CONSTITUCIONAL

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2021; 041/2021; 042/2021
E 043/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021-SRP

PITIMBU/PB, 30 DE DEZEMBRO DE 2021.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2021
FORNECEDOR: TACIEL DA SILVA SANTOS
CNPJ: 37.639.423/0001-66
ITENS: 1, 5, 8, 9,10, 11,13, 14, 15, 17, 18, 20 E 21
VALOR: R\$ 549.951,44 (QUINHENTOS E QUARENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2021
FORNECEDOR: META COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 29.903.019/0001-20
ITENS: 2, 3, E 12
VALOR: R\$ 392.590,67 (TREZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL, QUINHENTOS E NOVENTA REAIS E SESENTA E SETE CENTAVOS)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2021
FORNECEDOR: ED COMERCIO, SERVICOS E LOCACOES LTDA
CNPJ: 26.995.037/0001-90
ITENS: 4, 6, 16 E 19
VALOR: R\$ 1.156.682,00 (HUM MILHÃO, CENTO E CINQUENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2021
FORNECEDOR: REPREMIGREPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA
CNPJ: 65.149.197/0002-51
ITEM: 7
VALOR: R\$ 47.250,00 (QUARENTA E SETE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)

DA VALIDADE DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A ATA DE REGISTRO DE PREÇO TERÁ VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DE SUA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021-SRP
EXTRATO DOS CONTRATOS Nº 122/2021; 123/2021; 124/2021 E 125/2021

PITIMBU-PB, 30 DE DEZEMBRO DE 2021.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

CONTRATO Nº 122/2021
CONTRATADO: TACIEL DA SILVA SANTOS
CNPJ: 37.639.423/0001-66
VIGÊNCIA: 31/12/2021
VALOR: R\$ 76.084,00 (SETENTA E SEIS MIL E OITENTA E QUATRO REAIS).

CONTRATO Nº 123/2021
CONTRATADO: META COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 29.903.019/0001-20
VIGÊNCIA: 31/12/2021
VALOR: R\$ 102.400,00 (CENTO E DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS).

CONTRATO Nº 124/2021
CONTRATADO: ED COMERCIO, SERVICOS E LOCACOES LTDA
CNPJ: 26.995.037/0001-90
VIGÊNCIA: 31/12/2021
VALOR: R\$ 4.378,00 (QUATRO MIL, TREZENTOS E SETENTA E OITO REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/2021.
02.010-GABINETE DO PREFEITO - 02010.04.122.2039.1126 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIP.P/OS ÓRGÃOS DO GABINETE - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02010.04.122.2039.2528 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

CONSUMO - 02.020-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 02020.04.122.2036.1123 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP.P/SEC.DE ADMINISTRAÇÃO - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02020.04.122.2036.2526 - MANUTEN.ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02.030-SECRETARIA DE FINANÇAS - 02030.04.123.2038.1125 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA SEFIN - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02030.04.123.2038.2527 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC.DE FINANÇAS - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02.040-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - 02040.12.122.2047.1162 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP.P/SEC.EDUCAÇÃO E CULT. - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02040.12.122.2047.2462 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES SEC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02040.12.361.2046.1158 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP.P/EDUCAÇÃO BÁSICA-MDE - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02040.12.361.2046.1159 - AQUIS.DE MÓVEIS, EQUIP.P/EDUCAÇÃO BÁSICA-FUNDEB 40% - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02040.12.361.2046.2458 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA-QSE - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02040.12.361.2046.2523 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - MDE - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 02040.12.361.2046.2524 - MANUTENÇÃO DAS ATIV.DA EDUCAÇÃO BÁSICA- FUNDEB 40% - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02040.12.364.2047.2545 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO POLO DA UAB/UFPB - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02040.12.365.2046.1160 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP.P/CRECHES MUNICIPAIS - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02040.12.365.2046.2457 - MANUT.DAS ATIV.DO ENS.INFANTIL E CRECHES - FUNDEB - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02.050-SECRETARIA DE SAÚDE-FMS - 02050.10.301.2042.1145 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP.PARA UBS - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02050.10.301.2042.2437 - MANUT.DOS SERVIÇOS ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE(F.M.S.) - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02050.10.301.2043.1152 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/SEC.DE SAÚDE - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02050.10.301.2043.2446 - MANUT.DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS LIGADOS À SAUDE - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02050.10.302.2048.1172 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/O CAPS - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02050.10.302.2048.1176 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO,EQUIP.E INSTRUMENTOS P/CEO - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02050.10.302.2048.2474 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS(F.M.S.) - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02050.10.302.2048.2544 - MANUT.DAS ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO(F.M.S.) - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02.060-SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - 02060.08.243.2049.1251 - AQUIS. MOVEIS, EQUIP. MAT.PERM. CENTRO CONVIVENCIA - 4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE -

02060.08.243.2049.2479 - MANUT.ATIVIDADES DO SCFV-PETL,PROJOVEM E IDOSOS - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02060.08.244.2044.1154 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/O CRAS - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02060.08.244.2044.2447 MANUT.ATIV.PROG.DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA-PAIF - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02060.08.244.2045.2450 - MANT.ATIV.DA SEC.DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02060.08.244.2045.2534 - MANUTENÇÃO DAS ATIVID.DO PROG.BOLSA FAMÍLIA- IGD - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02060.08.244.2045.2546 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA CRIANÇA FELI - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02.070-SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS - 02070.15.451.2019.1198 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/SEURB - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02070.15.784.2019.2486 - MANUTENÇÃO DAS ATIV.DA SEC.DE OBRAS E SERV.URBANOS - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02.090-SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE - 02090.23.122.2027.1224 - AQUIS.DE MÓVEIS E EQUIP.P/SEC.DE TURISMO E MEIO AM - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02090.23.122.2027.2035 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO TURISMO E MEIO AMBIENTE - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02.160-SECRETARIA DE AGRICULTURA - SEAGR - 02160.20.122.2020.1204 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS EQUIP.P/SEC.DE AGRICULTURA - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02160.20.122.2020.2487 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC.DE AGRICULTURA - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02.170-SECRETARIA DE PESCA - SEPES - 02170.11.692.2021.1211 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP.P/SECRETARIA DA PESCA -4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02170.11.692.2021.2492 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA PESCA - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO - 02.180-SECRETARIA DE ESPORTES,JUVENTUDE E LAZER - SEJEL - 02180.27.812.2028.1227 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A SEJUL - 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 02180.27.812.2028.2518 - MANUT.ATIVID.DA SEC.DE ESPORTES,JUVENTUDE E LAZER - 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO OS RECURSOS SERÃO PROVENIENTES DE RECURSOS DO TESOURO MUNICIPAL E CONVÊNIO.



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DA PREFEITA**

LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2021

EMENTA: DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESPECIAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE PITIMBU – REFIS/2022, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PITIMBU, ESTADO DA PARAÍBA, com lastro na Lei Orgânica Municipal, conforme aprovação por unanimidade pelo Poder Legislativo, sanciona a presente Lei Complementar, cujo texto é o seguinte:

Art. 1º Fica instituído o Programa Especial de Recuperação Fiscal do Município de Pitimbu - REFIS/2022, com o objetivo de resgatar créditos tributários e proteger os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, em débito com a Fazenda Pública Municipal.

Parágrafo único. O programa será administrado pela Secretaria de Finanças, sob a supervisão do titular da pasta.

Art. 2º O programa destina-se a regularizar débitos fiscais, consolidados, inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, relacionados aos tributos de competência do Município de Pitimbu, compreendendo os fatos geradores ocorrido e créditos fiscais constituídos entre 01 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. Na eventualidade, por qualquer razão, da existência de prédio comercial ou residencial ou terreno ainda não cadastrado no registro imobiliário do Município, poderá haver a regular inscrição e lançamento do débito do IPTU, depois de medida as dimensões do imóvel pelos Fiscais de Tributos, observada as localizações dos mesmos, podendo serem feitos acordos em relação à dívida, observando-se onde cabível, os termos desta Lei Complementar.

Art. 3º O ingresso no programa dar-se-á por opção do contribuinte, pessoa física ou jurídica, que tenha direito ao parcelamento dos débitos fiscais.

§ 1º O parcelamento abrange todos os débitos tributários existentes em nome do contribuinte, pessoa física ou jurídica, IPTU, ISS, ITBI e TAXAS, devendo ser atualizado de acordo com a variação do poder aquisitivo da moeda, com base no Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA.

§ 2º A opção pelo programa REFIS/2022, não exclui qualquer outra forma de parcelamento de débito.

§ 3º Os contribuintes com débitos já parcelados administrativamente ou no bojo de execuções fiscais municipais, poderão aderir ao REFIS no que tange ao saldo remanescente, apurado

de acordo com a porcentagem paga do valor devido, mediante pagamento à vista.

§ 4º Os pagamentos ou quitação de débitos decorrentes de obrigação tributária a que se refere esta Lei Complementar será efetuado na rede bancária autorizada.

§ 5º Os débitos anteriores ao ano de 2017, já ajuizados, com prescrição interrompida, não obedecerão aos critérios desta Lei Complementar.

Art. 4º Até 30 de Julho de 2022, o contribuinte pode optar pelo parcelamento do débito consolidado em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, com início do prazo para pagamento, em qualquer hipótese, a contar da data da opção.

§ 1º Aplicar-se-á anistia/remissão de 100% (cem por cento) sobre a multa e os juros de mora, na hipótese de pagamento à vista até o dia 30 de Junho de 2022;

§ 2º Aplicar-se-á anistia/remissão de 80% (oitenta por cento) sobre a multa e os juros de mora, na hipótese de pagamento à vista até o dia 31 de Agosto de 2022;

§ 3º Aplicar-se-á anistia/remissão de 70% (setenta por cento) sobre a multa e os juros de mora, na hipótese de pagamento à vista até o dia 29 de outubro de 2022;

§ 4º Aplicar-se-á anistia/remissão de 50% (sessenta por cento) sobre a multa e os juros de mora, na hipótese de pagamento parcelado em até 5 parcelas mensais e consecutivas, com pagamento da primeira parcela a ser efetuado na data da opção, limitada até o dia 29 de outubro de 2022;

§ 5º A primeira parcela deve ser quitada no ato do ingresso no programa, sendo que nenhuma delas será inferior a 1 unidade fiscal do município para pessoas físicas. E, para pessoa jurídica nenhuma delas será inferior a 2 unidade fiscal do município.

§ 6º O contribuinte será automaticamente excluído do programa se atrasar três (03) parcelas, sucessivas ou não, do total do débito parcelado, implicando no vencimento automático das parcelas restantes, autorizado o Poder Público Municipal a reinscrever o saldo remanescente na dívida ativa, com cancelamento da remissão da multa, juros e correção monetária, encaminhando as Certidões da Dívida Ativa para a adotar as providências jurídicas pertinentes, observando-se os prazos prescricionais.

Art. 5º Nos prazos legais, com a quitação, a assessoria jurídica do Município requererá a extinção de processos já ajuizados na hipótese de quitação integral do débito, bem como o sobrestamento dos processos em que os executados forem beneficiados pelo parcelamento, retomando o curso da ação em caso de descumprimento do acordo.

Parágrafo único. Em relação aos débitos ajuizados, o contribuinte fica obrigado a recolher na rede bancária autorizada, dez por cento (10%) sobre o valor integral do crédito tributário constante na execução, a título de honorários advocatícios e das diligências de Oficial de Justiça adiantadas pela Fazenda Pública Municipal, podendo o Secretário de



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Finanças, reduzir o montante para cinco por cento (5%) se o pagamento do débito for efetuado à vista.

Art. 6º Se determinado contribuinte é ao mesmo tempo devedor do Município como pessoa física e como pessoa jurídica, os débitos relacionados ao contribuinte serão cobrados de modo global ou separadamente, no entanto, todos serão atingidos pelos benefícios desta Lei Complementar.

Art. 7º Ficam excluídas dos benefícios concedidos por esta Lei Complementar, dívidas provenientes de decisões do Tribunal de Contas do Estado relacionadas à imputação de débitos e aplicações de multas pessoais em desfavor de agentes políticos, gestores ou ordenadores de despesas do Município de Pitimbu.

Art. 8º O contribuinte, pessoa física ou jurídica, ao optar pelo ingresso no REFIS/2021 assinará requerimento solicitando o benefício fiscal, onde deverá constar que confessa a dívida de forma irrevogável e irretroatável.

Art. 9º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá por Decreto, determinar o cancelamento dos débitos inscritos em nome de pessoas físicas e jurídicas, vencidos há cinco (5) anos ou mais, bem como conceder remissão daqueles cujos valores somados e consolidados até 31 de dezembro de 2021 sejam iguais ou inferiores a R\$ 200,00 (duzentos reais), considerando a inviabilidade econômica dos ajuizamentos e das despesas com diligências de Oficial de Justiça, e eventualmente, de custas processuais, excluídos do benefício quaisquer espécie de restituição ou compensação, face às importâncias já recolhidas a Fazenda Pública em decorrência de pagamentos à vista ou de parcelamentos.

Parágrafo Único - Esta Lei Complementar não autoriza a remissão total de débitos já ajuizados pela Fazenda Pública Municipal, contudo, todos os contribuintes serão beneficiados pelo disposto no art. 4º.

Art. 10. O gozo dos benefícios instituídos por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, seja a que título for, sendo que seus efeitos não retroagirão em hipótese alguma.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete da Prefeita, 31 de dezembro de 2021.

Adelma Cristovam dos Passos.

ADELMA CRISTOVAM DOS PASSOS
Prefeita Municipal de Pitimbu

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DA PREFEITA

LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2021

Altera a Lei Complementar nº 01/1999, adequando a lei de posturas para o Município de Pitimbu – PB e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PITIMBU, ESTADO DA PARAÍBA, com lastro na Lei Orgânica Municipal, conforme aprovação por unanimidade pelo Poder Legislativo, sanciona a presente Lei Complementar, cujo texto é o seguinte:

Art. 1º - A redação do caput, do art. 10, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.10º - Será notificado o infrator da multa imposta, cabendo recurso ao Secretário da Secretária de Finanças e recurso de revisão ao Prefeito Municipal, ambos a serem interpostos do prazo de quinze dias sucessivamente.”

Art. 2º - A redação do caput, do art. 15, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.15 - As infrações resultantes do descumprimento das disposições desta Lei serão punidas com multas correspondentes ao valor de 01 a 420 UFIM (UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO)”

Art. 3º - A redação do art. 18, incisos I a XXIX, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.18 .

I – Efetuar escavações, remover ou alterar a pavimentação, levantar ou rebaixar pavimento, passeios ou meio-fio, sem prévia licença do Município;

PENA: MULTA DE 02 A 127 UFIM

II – Fazer ou lançar condutos ou passagens de qualquer natureza, de superfície subterrânea ou elevada, ocupando ou utilizando vias ou logradouro públicos, sem autorização expressa do Município;

PENA: MULTA 02 A 127 UFIM

III – obstruir ou concorrer, direta ou indiretamente, para obstrução de valas, calhas, bueiros ou boca-de-lobo, ou impedir por qualquer forma, o escoamento das águas;

PENA: MULTA 02 A 127 UFIM

IV – Despejar águas servidas, lixo, resíduos domésticos, comerciais ou industriais nos logradouros públicos ou terrenos baldios;

PENA: MULTA DE 02 A 127 UFIM

V – Depositar material de qualquer natureza ou efetuar preparo de argamassa sobre passeios ou pistas de rolamento;

PENA: MULTA 02 A 127 UFIM

VI – Transportar argamassa, areia, aterro, lixo, entulhos, serragem, cascas de cereais, ossos e outros detritos em veículos inadequados ou que prejudiquem a limpeza;

PENA: MULTA DE 02 A 127 UFIM

VII – deixar cair água de aparelhos de ar-condicionado sobre os veículos de passeios;

PENA: MULTA DE 02 A 127 UFIM

VIII – efetuar reparos em veículos e substituição de pneus, excetuando-se os casos de emergência, bem como troca de óleo e lavagem;

PENA: MULTA DE 02 A 127 UFIM

IX – Embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nos logradouros públicos;

PENA: MULTA DE 02 A 127 UFIM



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

X – Utilizar escadas, balaústres de escadas, balcões ou janelas com frente para a via pública, para secagem de roupa ou para colocação de vasos, floreiras ou quaisquer outros objetos que apresentem perigo para os transeuntes;

PENA: MULTA DE 02 A 127 UFIM

XI – fazer varredura do interior dos prédios, terrenos e veículos para as vias públicas;

PENA: MULTA DE 02 A 100 UFIM

XII – depositar lixo em recipientes que não sejam do tipo aprovado pelo Município;

PENA: MULTA DE 01 A 50 UFIM

XIII – colocar mesas, cadeiras, bancas ou quaisquer outros objetos ou mercadorias, qualquer que seja a finalidade, excetuando-se casos regulados por legislação específica, desde que previamente autorizados pelo Município;

PENA: MULTA DE 02 A 100 UFIM

XIV – colocar marquise ou toldos sobre os passeios, qualquer que seja o material empregado sem prévia autorização do Município;

PENA: MULTA DE 02 A 100 UFIM

XV – Vender mercadorias, sem a prévia licença do Município;

PENA: MULTA DE 22 A 100 UFIM

XVI – estacionar em local permitido, por mais de 2 horas veículos equipados para atividades comerciais sem autorização do Município;

PENA: MULTA DE 2 A 100 UFIM

XVII – estacionar veículos sobre passeios e em áreas verdes, fora dos locais permitidos em parques, jardins, praças ou em área de preservação;

PENA: MULTA DE 2 A 100 UFIM

XVIII – capturar aves ou peixes nos parques, praças ou jardins;

PENA: MULTA DE 01 A 50 UFIM

XIX – derrubar, podar, remover ou danificar árvores e quaisquer outras espécies de vegetais nos logradouros públicos;

PENA: MULTA DE 02 A 127 UFIM

XX – Colocar em postes, árvores, ou com utilização de colunas, cabos, fios ou outro meio, indicações publicitárias de qualquer tipo, sem licença do Município;

PENA: MULTA DE 02 A 100 UFIM

XXI – utilizar os logradouros públicos para a prática de jogos ou desportos, fora dos locais determinados em praças ou parques; excluída da proibição a realização de competições esportivas, desde que com local ou itinerários predeterminados e autorizados pelo Município;

PENA: MULTA DE 02 A 100 UFIM

XXII – praticar desportos, nos balneários, fora dos locais determinados;

PENA: MULTA DE 01 A 127 UFIM

XXIII – utilizar ou retirar, para qualquer finalidade água das fontes, piscinas ou espelhos d'água localizados em logradouros públicos;

PENA: MULTA DE 02 A 127 UFIM

XXIV – retirar areia das margens dos rios e arroios, fazer escavações, lançar condutos de água servidas ou afluentes cloacais ou detritos de qualquer natureza nas praias;

PENA: MULTA DE 02 A 127 UFIM

XXV – banhar animais ou lavar veículos nas zonas de balneários;

PENA: MULTA DE 02 A 100 UFIM

XXVI – soltar balões, com mecha acesa, em toda extensão do Município;

PENA: MULTA DE 02 A 100 UFIM

XXVII – acender fogo ou fogueiras fora dos locais determinados;

PENA: MULTA DE 02 A 100 UFIM

XXVIII – queimas fogos de artifícios, bombas, foguetes, busca-pé, morteiros e outros fogos explosivos, perigosos ou ruidosos nos

logradouros públicos ou em janelas e portar que se deitarem para o mesmo;

PENA: MULTA DE 01 A 100 UFIM

XXIX – causar dano ao bem do patrimônio público municipal;

PENA: MULTA DE 01 A 350 UFIM”

Art. 4º - A redação do art. 22, incisos I a II, e seu Parágrafo Único, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art. 22.

I – As instalações de aparelhos de ar condicionado deverão ser conservadas e mantidas em perfeito funcionamento;

PENA: MULTA DE 02 A 127 UFIM

II – Serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatório a adoção de extintores de fogo, em perfeito estado de funcionamento, em locais visíveis e de fácil acesso, devendo os corredores de descargas serem convenientemente sinalizados com indicação clara do sentido de saída e mantidos desobstruídos;

PENA: MULTA DE 02 A 127 UFIM

III – as locações serão obedecidas rigorosamente sem que ocorra jamais a venda de ingressos superior aos lugares disponíveis.

PENA: MULTA DE 02 A 127 UFIM

Parágrafo único – É proibido fumar, ou manter acesos, nas salas de espetáculos, cigarros ou semelhantes.

PENA: MULTA DE 02 A 127 UFIM”

Art. 5º - A redação do art. 25, incisos I a XXXV, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.25 – Constitui infração:

I – Trafegar com o veículo de tração animal em zona permitida, sem adequada sinalização luminosa e com aros de ferro em pavimento asfáltico;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFIM

II – Fumar ou conduzir, acesos, cigarros ou semelhantes em veículos de transporte coletivos e taxis;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFIM

III – conversar ou, de qualquer forma, perturbar o motorista nos veículos de transporte coletivo quando estes estiverem em movimento;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFIM

IV – Utilizar aparelhos sonoros nos veículos de transporte coletivo, tanto os passageiros como a tripulação;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFIM

V – Negar troca ao passageiro, tomando-se por base a proporção vinte por um (20/1) do valor da no e do valor da passagem, respectivamente;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFIM

VI – O motorista ou cobrador de veículo de transporte coletivo ou alternativo tratar o usuário com falta de urbanidade;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFIM

VII – recusar-se, o motorista ou cobrador, em veículo de transporte coletivo ou alternativo, a embarcar passageiros, sem motivo justificado;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFIM

VIII – encontrar-se em serviço, motorista ou cobrador em veículo de transporte coletivo, sem estás devidamente asseado e adequadamente trajado, sendo-lhe, no entanto, facultado:

a) Individualmente, não usar gravata;

b) Individualmente, usar bermuda padronizada, de comprimento sobre o joelho;

c) Usar camisa, tipo comum ou aviador, de magas compridas ou de meia-mangas.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

IX – Permitir, em veículos coletivos o transporte de animais e de bagagem de grande porte ou em condições de odor ou segurança de modo a causar incômodo ou perigo aos passageiros;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

X – Trafegar com veículo coletivo transportando passageiros fora do itinerário determinado, salvo situação de emergência;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

XI – transportar passageiros além do número licenciado;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

XII – trafegar com pingente;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

XIV – nos veículos de transporte coletivo, o embarque ou desembarque de passageiros pela porta que não seja para isso destinada, conforme estabelecer a Secretaria Municipal de Infraestrutura;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

XV – O motorista interromper a viagem sem causa justificada;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

XVI – estacionar fora dos pontos determinados para estacionamento ou desembarque de passageiros ou afastado do meio-fio impedindo ou dificultando a passagem de outros veículos;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

XVII – abandonar na via pública veículo de transporte coletivo com a máquina funcionando;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

XVIII – trafegar o veículo de transporte coletivo por ônibus sem a indicação, isolada e colocada acima de sua parte dianteira, do número da linha, ou com a luz do letreiro ou do número da linha apagada;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

XIX – trafegar com as portas abertas;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

XX – Colocar em tráfego veículo de transporte coletivo em mau estado de conservação ou de higiene;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

XXI – colocar em tráfego veículo de transporte coletivo com excesso de velocidade, impedindo a passagem de outro, ou de qualquer forma, dificultando a marcha de outros;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

XXII – trafegar com o selo de vistoria vencido, rasurado ou recolhido;

PENA: MULTA DE 02 A 75 UFM

XXIII – não constar nas portas laterais dos veículos de transporte coletivo a fixação de lotação, das tarifas e do itinerário.

PENA: 01 A 75 UFM

XXIV – a falta de cumprimento da tabela horária oficial das linhas de transporte coletivo, que constará fixada juntamente com o itinerário, em local na terminação pela Secretaria de infraestrutura, nos terminais de linha e nas estações dos corredores de ônibus;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

XXV – trafegar com carga de peso superior ao fixado em sinalização, salvo prévia licença do município;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

XXVI – trafegar em ruas do perímetro central com veículo de mais de 6 toneladas, dificultando a circulação ou causando a sua interrupção;

PENA: MULTA DE 02 A 75 UFM

XXVII – carregar ou descarregar materiais destinados estabelecimentos situados na zona central e nas radiais, fora do horário previsto;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

XXVIII – transportar, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis;

PENA: MULTA DE 02 A 75 UFM

XXIX – conduzir outras pessoas, além do motorista e dos ajudantes, em veículos de transporte de explosivos ou inflamáveis;

PENA: MULTA DE 02 A 75 UFM

XXX – recusar-se a exibir documentos a fiscalização, quando exigidos;

PENA: MULTA DE 02 A 75 UFM

XXXI – não atender as normas, determinações ou orientações da fiscalização;

PENA: MULTA DE 02 A 75 UFM

XXXII – trabalhar, motorista, cobrador, fiscal e largador de ônibus, sem identidade da Secretaria de Infraestrutura;

PENA: MULTA DE 02 A 75 UFM

XXXIII – transportar engradados que contenham garrafas ou latas, em veículos que não possuam dispositivos de segurança aprovado pelo município;

PENA: MULTA DE 02 A 75 UFM

XXXIV – trafegar o veículo de transporte coletivo sem ter a fixada, em local visível em seu interior, a tabela horária oficial da linha;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM PARA INFRATOR PRIMÁRIO, DOBRANDO-SE A PENALIDADE A CADA REINCIDÊNCIA

XXXV – trafegar veículo de carga com tripulantes ou passageiros fora da cabine, no espaço destinado a carga ou no estribo

Parágrafo único – o inciso XXXV não se aplica no caso dos veículos militares.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM, POR PASSAGEIRO OU TRIPULANTE NESSAS CONDIÇÕES”

Art. 6º - A redação do art. 26, incisos I a III, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.26 –.

I – Não ter ou deixar de exibir, quando solicitado pela Fiscalização, no local da obra o projeto aprovado e a licença de execução;

PENA: MULTA DE 02 A 75 UFM

II – Não colocar nas obras as prescrições estabelecidas no código de obras;

PENA: MULTA DE 02 A 75 UFM

III – deixar de retirar, no prazo de 10 dias, quando notificado pela fiscalização, no caso de construção paralisada por mais de 180 dias, tapumes ou andaimes;

PENA: MULTA DE 02 A 75 UFM.”

Art. 7º - A redação do caput, do art. 27, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.27 - os proprietários de terrenos são obrigados a murá-los ou cercá-los dentro dos prazos e normas fixados na legislação específica, nem como mantê-los em perfeito estado de limpeza, capinados e drenados.

PENA: MULTA DE 02 A 75 UFM”

Art. 8º - A redação do Parágrafo Único, do art. 28, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art. 28.

Parágrafo único - não cumprimento da obrigação determinada neste artigo fará com que o município, através da Secretaria de infraestrutura, notifique o proprietário infrator e, após 10 (dez) dias, realize o serviço que será cobrado com o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre a tabela de preço da prefeitura.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM”



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Art. 9º - A redação do caput, e dos §§ 1º e 3º, do art. 29, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.29 - nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou de entidades associativas poderá funcionar sem prévia licença do município.

PENA: MULTA 02 A 150 UFM E FECHAMENTO DO ESTABELECIMENTO

§1º - o alvará de licença será exigido, mesmo que o estabelecimento esteja localizado no recinto de outro já munido de alvará.

PENA: MULTA DE 02 A 150 UFM

§3º - o avalista licença deverá estar afixado em lugar próprio e facilmente visível.

PENA: MULTA DE 02 A 150 UFM”

Art. 10 - A redação do caput, do art. 30, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.30 - o alvará de licença será expedido mediante requerimento ao departamento de tributos:

§1º - o alvará de licença terá validade por 01 (um) ano;

§2º - o estabelecimento deverá requerer a renovação do alvará com a antecedência mínima de 15 dias antes do prazo final de sua validade. ”

Art. 11 - A redação do art. 32, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.32.

§1º - ficam obrigados os restaurantes, bares e casas de chá que possuam área fechada de atendimento ao público superior a 100 m² (cem metros quadrados), a destinarem espaço às pessoas fumantes, no prazo de 06 (seis) meses contatos a partir da vigência desta Lei Complementar.

PENA: MULTA DE 2 A 75 UFM

§2º - os estabelecimentos referidos no §1º deverão ser equipados com sistema de ventilação ou qualquer outro recurso eficiente que impeça a transposição da fumaça da área de fumantes e que garanta uma boa qualidade do ar em ambas as áreas.

PENA: MULTA DE 02 A 100 UFM”

Art. 12 - A redação do caput, do art. 34, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.34 - é proibido depositar ou expor é uma venda de mercadorias sobre passeios ou utilizando as paredes ou vão, ou sobre as marquises ou todos.

PENA: MULTA DE 02 A 75 UFM”

Art. 13 - A redação do art. 35 e §2º, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.35 - mediante ato especial, o prefeito poderá limitar o horário dos estabelecimentos quando:

§2º - estabelecimento que descumprir o disposto no parágrafo anterior incorrerá na pena de multa de 4 a 75 UFM”

Art. 14 - A redação, do art. 38, dos incisos I a IV, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.38 –

I – Que obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas, janelas e bandeiras;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

II – Que, pela quantidade, proporção ou disposição, prejudiquem o aspecto das fachadas;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

III – que desfigurem, de qualquer forma, as linhas arquitetônicas dos edifícios

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

IV – Que, de qualquer modo, prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seu panorama, monumentos, edifícios públicos, igrejas ou templos.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

V – Que, pela sua natureza, provoquem aglomerações prejudicando o trânsito.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

VI – Que sejam escandalosos ou atentem contra a moral.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM”

Art. 15 - A redação do art. 39, incisos I a V, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.39 – São também proibidos os anúncios:

I – Inscritos nas folhas das portas ou janelas;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

II – Pregados, colocados ou dependurados em árvores das vias públicas ou outros logradouros e nos postes telefônicos ou de iluminação, sem licença do Município.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

III – confeccionados de material não resistentes às intempéries, exceto os que forem para uso no interior dos estabelecimentos, para distribuição a domicílio ou em avulsos.

PENA: MULTA 01 A 75 UFM

IV – Aderentes, colocados nas fachadas dos prédios, paredes ou muros, salvo licença especial do Município.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

V – Em faixas que atravessem a via pública, salvo licença especial do Município.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM”

Art. 16 - A redação Parágrafo Único, do art. 40, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.40 – A toda e qualquer entidade que fizer uso de faixas e painéis afincados em locais públicos, cumpre a obrigação de remover tais objetos até setenta e duas (72) horas após o encerramento dos atos a que aludirem.

Parágrafo único – a infração dos dispostos neste artigo acarreta a pena de multa 02 a 150 UFM”

Art. 17 - A redação do caput, do art. 46, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.46 - Nenhum elevador, escada rolante ou monta cargas poderá funcionar sem assistência e responsabilidade técnica de empresa instaladora, registrada no conselho regional de engenharia, arquitetura e agronomia.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM”



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Art. 18 - A redação do caput, do art. 47 e §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, e 7º, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.47 - Junto aos aparelhos e à vista do público, colocar ao município uma ficha de inspeção quem deverá ser rubricada, ao menos mensalmente, após a revisão pela empresa responsável pela sua conservação.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

§1º - Em edifícios residenciais que contêm portaria ou recepção, é facultada a guarda da ficha de Inspeção junto a essas.

§2º - A ficha conterá, no mínimo, a denominação do edifício, número do elevador, sua capacidade, firma ou denominação da empresa conservadora com endereço e telefone, data da inspeção, resultados e assinatura do responsável pela inspeção.

§3º - O responsável pelo prédio deverá comunicar anualmente até o dia 31 de dezembro, a fiscalização municipal, o nome da empresa encarregada da conservação dos aparelhos, que também assinará comunicação.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

§4º - no caso de vistoria para “habite-se”, a comunicação deverá ser feita dentro de 30 dias a contar da expedição do certificado de funcionamento.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

§5º - a primeira comunicação após a publicação desta lei deverá ser feita no prazo de 30 dias.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

§7º - sempre que houver substituição da empresa conservadora, a nova responsável deverá dar ciência ao município, no prazo de 10 dias, dessa alteração.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM”

Art. 19 - A redação do Parágrafo Único, do art. 49, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.49-

Parágrafo único - cabe ao proprietário, também, prazo de 30 dias para fazer a comunicação em atendimento aos fins previstos no art. 45.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM”

Art. 20 - A redação do inciso II, do art. 50, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.50 -

II - Embora com comando automatizado, o elevador estiver instalado em hotel, edifício de escritórios, consultórios ou mistos.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM”

Art. 21- A redação do inciso IV, do art. 51, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.51 – Dos ascensoristas é exigido:

IV - Não transportar passageiros em número superior a lotação.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM”

Art. 22 - A redação do caput, do art. 52, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.52 - é proibido fumar ou conduzir, com cigarros ou semelhantes.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM”

Art. 23 - A redação do caput, do art. 54, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.54 - é obrigatório colocar no interior do elevador a vista do público, lanterna de 4 pilhas em perfeito estado de funcionamento.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM”

Art. 24 - A redação do Parágrafo Único, do art. 58, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.58 -

Parágrafo único - os elementos que deverão instruir o pedido de licença serão estabelecidos pela autoridade municipal.

PENA: MULTA DE 02 A 150 UFM”

Art. 25 - A redação dos incisos I a IX caput, do art. 65, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.65 –

I – Executar a exploração de acordo com o plano aprovado sob pena de:

PENA: MULTA DE 02 A 350 UFM

II - Extrair somente as substâncias minerais que constam da licença outorgada sob pena de:

PENA: MULTA DE 02 A 350 UFM

III - comunicar o departamento nacional de produção mineral e autoridade municipal o descobrimento de qualquer outra substância mineral não incluída de exploração, sob pena de:

PENA: MULTA DE 02 A 350 UFM

IV - Confiar a direção dos trabalhos de exploração a técnicos legalmente habilitados ao exercício da profissão, sob pena de:

PENA: MULTA DE 02 A 350 UFM E A INTERDIÇÃO QUANDO FOR JULGADA NECESSÁRIA.

V - Impedir o extravio ou obstrução das águas e drenar, mas que possam ocasionar prejuízos aos vizinhos, sob pena de:

PENA: MULTA DE 02 A 350 UFM E A INTERDIÇÃO QUANDO FOR JULGADA NECESSÁRIA.

VI - Impedir a poluição do ar ou das águas que possam resultar dos trabalhos de desmonte ou beneficiamento, sob pena de:

PENA: MULTA DE 02 A 350 UFM E A INTERDIÇÃO QUANDO FOR JULGADA NECESSÁRIA.

VII - proteger e conservar as Fontes e a vegetação natural, sob pena de:

PENA: MULTA DE 02 A 350 UFM E A INTERDIÇÃO QUANDO FOR JULGADA NECESSÁRIA.

VIII - proteger com vegetação adequada as encostas de onde foram extraídos materiais, sob pena de:

PENA: MULTA DE 02 A 350 UFM E A INTERDIÇÃO QUANDO FOR JULGADA NECESSÁRIA.

IX - Manter a erosão sob controle de modo a não causar prejuízo a todo e qualquer serviço, bem público ou particular, sob pena de:

PENA: MULTA DE 02 A 350 UFM E A INTERDIÇÃO QUANDO FOR JULGADA NECESSÁRIA.”

Art. 26 - A redação do § 1º, do art. 69, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.69

§1º - Tratando-se de animais domésticos, o proprietário terá o prazo de 05 (cinco) dias para resgatá-lo, mediante o pagamento das despesas efetuadas com a manutenção e transporte do animal, sendo que, a partir desta data ficará o Município autorizado a proceder a adoção ou doação



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

dos mesmos. Não sendo resgatados, adotados ou doados os animais no prazo estipulado, fica o Município autorizado a sacrificar os animais, garantidas todas as práticas de bem-estar. ”

Art. 27 - A redação do caput, dos arts. 70, 71, 72, 73, 74 e 76 da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.70 - é obrigatória a vacina anual dos cães.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

Art.71 - tratando-se de outros animais, como equinos, bovinos, ovinos, caprinos etc., não retirados no prazo de 15 dias, deverá o município efetuar a sua venda em leilão. ”

Art.72 - é proibida a existência, no perímetro urbano, de animais em cocheiras, estábulos e pocilgas.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

Art.73 - ficam proibidos os espetáculos de feras e as exposições de quaisquer animais perigosos, sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores.

PENA: MULTA DE 02 A 75 UFM

Art.74 - é proibido criar abelhas no perímetro urbano.

PENA: 02 A 75 UFM

Art.76 - todo aquele que, em algum lugar público ou privado, aplicar maus-tratos aos animais, incorrerá de multa de 01 A 50 UFIM. ”

Art. 28 - A redação do Parágrafo Único do art. 83, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.83 -

Parágrafo único - em se tratando de casas de comércio ou locais de diversões públicas referidos no art.89, desta lei complementar, o infrator será penalizado com multa de 02 a 150 UFM, quando for primário, com 300 UFM na reincidência e com a cassação alvará de localização e funcionamento quando de nova reincidência ou, na hipótese de não possuir alvará, com o imediato fechamento. ”

Art. 29 - A redação do Parágrafo Único do art. 85, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.85 -

Parágrafo único - o funcionamento no demais dias e horários dependerão de autorização prévia no setor competente do município.

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM “

Art. 30 - A redação dos incisos I a VII do art. 86, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.86 -

I - Queimar ou permitir a queima e foguetes, morteiros, bombas ou outros fogos de artifícios, explosivos ruidosos nos de futebol ou em qualquer praça de esportes;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

II - A utilização de buzinas, trompas, apitos, tímpanos, sinos, companhias e sirenes ou de quaisquer outros aparelhos semelhantes;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

III - a utilização de matracas, cornetas ou de outros sinais exagerados ou contínuos, usados como anúncios por ambulantes para vender seus produtos;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

IV - Autorização de anúncios de propaganda produzidos por alto-falantes, amplificadores, bandas de música e tambores;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

V - autorização de alto-falantes, fonógrafos, rádios e sem outros aparelhos sonoros usados como meio de propaganda, mesmo em casas de negócios, ou para outros fins desde que se façam ouvir fora do recinto onde funcionam;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM

VI - Utilização de aparelhos de telefone celular emissão sonora pessoal no interior de casas de para espetáculo e de eventos culturais, como cinema, teatros e plenário da Câmara municipal;

PENA: MULTA 01 A 75 UFM

VII - a utilização de aparelhos de telefone celular por condutores de veículo individual ou coletivo, quando em movimento ou circulação na área de jurisdição o município Pitimbu;

PENA: MULTA DE 01 A 75 UFM”

Art. 31 - A redação do caput do art. 89, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

Art.89 - casa de comércio ou locais de diversões públicas como parques, bares, cafés, restaurantes, cantinas e boates, nas quais haja execução ou reprodução de números musicais por orquestras, instrumentos isolados ou aparelho de som, deverão adotar instalações adequadas a reduzir sensivelmente então a intensidade de suas execuções ou reproduções, de modo a não perturbar o sossego da vizinhança.

PENA: MULTA DE 02 A 150 UFM

Art. 32 - A redação dos incisos I a IV do art. 91, da Lei Complementar 01/1999, passa a ser a seguinte:

“Art.91 -

I - As indústrias e oficinas depositarem ou encaminharem a curso d’água, lagos e reservatório de água os resíduos ou detritos provenientes de suas atividades, sem obediência e regulamentos municipais.

PENA: MULTA DE 02 A 350 UFM

II - Canalizar esgotos para rede destinada ao escoamento de águas pluviais.

PENA: MULTA DE 02 A 350 UFM

III - localizar estábulos, pocilgas e estabelecimentos semelhantes nas mesmas proximidades de cursos de água, fontes, represas e lagos, de forma a propiciar a poluição das águas;

PENA: MULTA DE 02 A 350 UFM

IV - A crescer terrenos descobertos, por meio de depósitos e aterros artificiais, em detrimento das atuais margens dos rios.

PENA: MULTA DE 02 A 120 UFM QUANDO O INFRATOR FOR PRIMÁRIO, E DE 121 A 250 UFM QUANDO FOR REINCIDENTE. ”

Art. 33 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 34 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete da Prefeita, 31 de dezembro de 2021.

Adelma Cristovam dos Passos.

ADELMA CRISTOVAM DOS PASSOS
Prefeita Municipal de Pitimbu



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DA PREFEITA

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 06 DE 31 DE
DEZEMBRO DE 2021.

INSTITUI O NOVO CÓDIGO
TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE
PITIMBU E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PITIMBU**, ESTADO DA
PARAÍBA, com lastro na Lei Orgânica Municipal, conforme aprovação
por unanimidade pelo Poder Legislativo, sanciona:

LIVRO I – DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I – DAS
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei institui o Código Tributário do
Município, dispondo sobre fatos geradores,
contribuintes, responsáveis, bases de cálculo,
alíquotas, lançamento e arrecadação de cada tributo,
disciplinando a aplicação de penalidades e a
administração tributária.

Art. 2º. Aplicam-se às relações entre a Fazenda
municipal e os contribuintes as normas gerais de
direito tributário constantes deste Código e do
Código Tributário Nacional.

§1º. Microempresas e empresas de pequeno porte,
assim caracterizadas por legislação pertinente
Federal e Estadual, obedecerão a regime tributário
específico.

§2º. Incentivos financeiros e tributários,
genericamente considerados, em atendimento ao
parágrafo 6º, do inciso VI, do artigo 150, da
Constituição Federal, só poderão ser concedidos
mediante lei específica, fazendo parte do cenário
institucional tributário do município.

Art. 3º. Compõem o sistema tributário do município:

I – Impostos:

- a) Sobre a propriedade territorial e predial urbana - IPTU;
- b) Sobre a transmissão inter vivos de bens
imóveis, a qualquer título por ato oneroso -
ITBI;
- c) Sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN.

II – Taxas decorrentes do efetivo exercício
do poder de polícia administrativa
relacionadas à licença e fiscalização:

- a) Taxa de localização e funcionamento e de renovação em
horário normal e especial;
- b) Taxa da execução de obras e exame de projetos
particulares;
- c) Taxa da vigilância sanitária;
- d) Taxa de anúncios e Publicidades.

III – Taxas decorrentes da utilização, efetiva
ou potencial, de serviços públicos, específicos
e divisíveis, prestados aos contribuintes ou
postos à sua disposição:

- a) Taxa de coleta, transporte e destinação final de lixo;
- b) Taxa de expediente;
- c) Taxa municipal pela instalação e utilização
de postes para rede elétrica e placas de
publicidade;

IV – Contribuição de melhoria;

V – Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública
- COSIP.

Art. 4º. Para serviços cuja natureza não comporte a
cobrança de taxas, serão estabelecidos, pelo



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Executivo, preços públicos, não submetidos à disciplina jurídica dos tributos.

TÍTULO II – DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I – DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA -IPTU

Seção I – Do Fato Gerador e do Contribuinte

Art. 5º. O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definida na Lei civil, construído ou não, localizado na zona urbana do Município, em áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria, ao comércio à prestação de serviços ou quaisquer outras atividades.

Parágrafo único. Para os efeitos deste imposto, consideram-se não construídos os terrenos que:

- I – não possuir benfeitorias ou edificações;
- II – possuam edificações de caráter provisório, e possam ser removidas sem destruição ou alteração, seja qual for a sua forma ou destino;
- III – contenham construção em andamento ou paralisada, edificações condenadas, em ruínas, interditadas, em demolição ou construções de natureza temporária, sendo que para todas as hipóteses, em condições não habitáveis;

IV – existir construção considerada inadequada pela autoridade competente quanto à área ocupada e situação, para a destinação ou utilização pretendida.

Art. 6º. Considera-se ocorrido, o fato gerador da respectiva obrigação tributária, para todos os efeitos legais, em 1º de janeiro de cada exercício.

Art. 7º. O Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor, a qualquer título.

Art. 8º. O imposto é anual e, na forma da lei civil, a responsabilidade pelo seu pagamento se transmite ao adquirente, salvo se constar da escritura, certidão negativa de débitos relativos ao imóvel.

Parágrafo Único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sob o respectivo preço e na adjudicação sub-rogam-se na pessoa do adjudicatário.

Seção II – Da base de cálculo e das Alíquotas

Art. 9º. A base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU é o valor venal do bem alcançado pela tributação.

Art. 10. A apuração do valor venal do imóvel, para fins de lançamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, será feita determinado pela seguinte fórmula e tabelas e faores constantes no anexo 8 desta lei.

$$VVI = VVT + VVE$$

onde:

VVI = Valor Venal do Imóvel
VVT = Valor Venal do Terreno
VVE = Valor Venal da Edificação



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

IPTU = (VVI x ALIQUOTA)

Art. 11. O valor venal do terreno (VVT) será obtido aplicando – se a fórmula e será corrigido de acordo com as características individuais, levando-se em conta a situação, topografia:

VVT = Vm²T x AT x Si x Tp
VVT = Valor Venal do Terreno
Vm²T = Valor do metro quadro do terreno
At = Área do Terreno
Si= Coeficiente de Situação
Tp = Coeficiente de Topografia

Art. 12. O valor venal O valor da Edificação será O valor venal da Edificação será obtido aplicando-se a fórmula: **VVE = Au x Vm²e x Ex x Pa x Te** onde:

Au = Área construída da unidade
Vm²e = Valor do metro quadrado da edificação.
Ex = Coeficiente da estrutura da edificação
Pa = Coeficiente do Padrão da edificação

Te = Coeficiente do tipo da edificação

Art. 13. No cálculo do valor venal de imóvel no qual exista condomínio, além dos fatores de correção aplicáveis, será utilizada, como fator, a fração ideal correspondente a cada unidade autônoma.

Art. 14. Nos casos de imóveis não cadastrados ou que não possuam na Planta de Valores Genéricos o código de valor, será este determinado pelo órgão municipal competente com base em valores equivalentes aos imóveis limítrofes ou confinantes, ou de características assemelhadas.

Art. 15. A Planta de Valores Genéricos poderá ser revista e atualizada anualmente por comissão

especial nomeada para este fim, ou através de empresa especializada, a critério da administração.

Parágrafo único – Os valores das atualizações futuras da Planta de Valores Genérico serão regulamentados e fixados mediante decreto.

Art. 16. As alíquotas do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, aplicáveis sobre o valor venal do bem, são as seguintes:

Valor Venal Imóvel	Alíquota Territorial (com edificação)	Alíquota Predial	Alíquota Territorial (sem edificação)
Até R\$ 50.000,00	0,10%	0,20%	0,45%
Até R\$ 100.000,00	0,11%	0,22%	0,49%
Até R\$ 150.000,00	0,13%	0,26%	0,58%
Até R\$ 250.000,00	0,15%	0,30%	0,67%
Até R\$ 350.000,00	0,17%	0,34%	0,76%
Até R\$ 500.000,00	0,20%	0,40%	0,90%
Até R\$ 700.000,00	0,24%	0,48%	1,08%
Acima de R\$ 700.000,00	0,25%	0,50%	1,12%

Seção III –Da inscrição – Cadastro Imobiliário

Art. 17. O proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel, construído ou não, situado na zona urbana ou a ela equiparada, inclusive os que gozem de imunidade ou isenção, são obrigados a promover a inscrição no cadastro fiscal imobiliário.

§ 1º - A inscrição, feita pelo contribuinte, será em formulário próprio, separadamente, para cada imóvel, sob sua responsabilidade, podendo se dar inclusive de forma eletrônica, e sem prejuízo de outras informações que poderão ser exigidas, onde deverão constar:

I – nome, qualificação, número de inscrição



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

no CNPJ/CPF – RFB, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou Cadastro de Pessoas Físicas, do Ministério da Fazenda, respectivamente, o endereço do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor a qualquer título, bem como dos condôminos e dos responsáveis se houver;

II – localização, dimensões, áreas, medidas e confrontações, topografia, pedologia, situação, e demais características do terreno;

III – informações sobre o tipo e situação da construção, conservação, acabamento, uso a que se destina, data da conclusão, número de pavimentos, área total construída, e demais características que possa interferir no cálculo do imposto;

IV – cópia do título aquisitivo da propriedade, da posse ou do domínio útil, ou da matrícula no Registro de Imóveis, ou declaração da condição em que a posse é exercida;

V – endereço para a entrega de avisos de lançamento e notificações, no caso de imóvel não construído.

§ 2º – As declarações prestadas pelo proprietário ou responsável, destinadas à inscrição cadastral ou à sua atualização, não implicam na sua aceitação pelo município, que poderá revê-las a qualquer momento.

§ 3º – Estão sujeitos a uma só inscrição, requerida com a apresentação de planta ou croquis:

I – as glebas sem quaisquer melhoramentos, que só poderão ser utilizadas após a

realização de obras de urbanização;

II as quadras indivisas das áreas arruadas;

III III – o lote isolado;

Art. 18. O contribuinte fica obrigado a informar ao município, no prazo de 30 (trinta) dias, qualquer alteração que possa influenciar nos dados cadastrais da inscrição, bem como os fatos relacionados ao imóvel, inclusive as reformas, ampliações e modificações de uso, ou outros que possam de alguma forma afetar o correto lançamento do imposto, sob pena de multa em valor correspondente a 5 URFM's, e sem prejuízo do lançamento do respectivo imposto.

Art. 19. No prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do ato, deverá ser obrigatoriamente informado ao município, sob pena de multa em valor correspondente a 5 a 50 URFM's:

I – a aquisição do imóvel, pelo adquirente, com a apresentação do título respectivo;

II – o compromisso de compra e venda ou sua cessão pelo promitente vendedor ou pelo cedente, com a comprovação necessária, da celebração;

III – a alienação do imóvel, pelo vendedor, com a apresentação do título respectivo;

IV – pelos tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, inclusive de registro de imóveis, os atos celebrados entre as partes de que tratam os incisos anteriores.

Parágrafo único – Decreto

regulamentará critérios para a aplicação



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

da multa prevista no *caput* do presente artigo.

Art. 20. Consideram-se sonegados à inscrição os imóveis não inscritos nos prazos e na forma estabelecidos e aqueles cujos formulários de inscrição apresentem falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento de declaração obrigatória.

Parágrafo único. O contribuinte que apresentar informações falsas, erros ou omissões ao promover o cadastro imobiliário, será equiparado aos sonegados, podendo, em ambos os casos, ser inscrito de ofício com os dados que dispõe a administração, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis.

Art. 21. Nas ações de recadastramento imobiliário promovidas pelo município, os imóveis serão lançados e alterados de ofício sem a aplicação de penalidades aos contribuintes.

Art. 22. A transferência de propriedade junto ao Cadastro Imobiliário, somente será efetivada mediante prévia comprovação do registro do imóvel em favor do requerente junto ao cartório de registro de imóveis competente, através da apresentação da matrícula atualizada.

Parágrafo Único. Em se tratando de imóvel do patrimônio público municipal, objeto de doação, venda, ou outra forma legítima de transmissão de propriedade, a transferência de propriedade junto ao Cadastro Imobiliário somente se efetuará mediante aprovação dos órgãos competentes.

Seção IV – Do
lançamento

Art. 23. O imposto será lançado de ofício anualmente, para cada unidade de inscrição, observando-se as características do imóvel existentes nas informações Cadastrais, da situação fática e jurídica verificada ao se encerrar o exercício anterior, em nome do sujeito passivo identificado como seu titular no Cadastro Imobiliário do município.

§ 1º – Em se tratando de imóvel que seja objeto de usufruto ou fideicomisso, o lançamento será feito em nome do usufrutuário ou do fiduciário.

§ 2º – Nos casos de condomínio, o imposto será lançado, à critério da fazenda municipal, em nome de um, de alguns ou de todos os coproprietários, sem prejuízo, nos dois primeiros casos, da responsabilidade solidária dos demais condôminos, pelo pagamento do imposto.

art. 24. Os apartamentos, unidades ou dependências, em propriedades condominiais, serão lançados um a um, em nome de seus respectivos proprietários, ocasião em que poderão também ser consideradas no lançamento, as respectivas frações ideais do terreno.

Art. 25. Enquanto não extinto o direito da fazenda municipal, o lançamento poderá ser revisto, de ofício.

§ 1º – O pagamento da obrigação tributária objeto de lançamento anterior será considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte em consequência de revisão de que trata este artigo.

§ 2º – O lançamento complementar resultante de revisão, não invalida o lançamento anterior.

Art. 26. O lançamento independe da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

posse do imóvel, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do imóvel.

Art. 27. A notificação do lançamento poderá ser feita:

- I – através do encaminhamento, ao contribuinte, do documento de arrecadação, ou a sua disponibilidade por meios físicos e eletrônicos bem como, de forma geral, através de publicidade nos meios de comunicação;
- II – pessoalmente, ou pelo correio com aviso de recebimento;
- III – por edital, a ser publicado em Jornal de circulação no Município.

Seção V - Da arrecadação

Art. 28. O recolhimento do imposto poderá ser efetuado de uma só vez ou em até 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas, nas datas previstas em calendário fiscal fixado pelo Executivo e indicadas na notificação de lançamento, ficando facultado ao contribuinte o pagamento antecipado das parcelas.

Parágrafo único – O calendário fiscal previsto no *caput* do presente artigo, será regulamentado por meio do competente decreto.

Art. 29. Serão concedidos o seguinte desconto:

- I – Em até 30% (trinta por cento) do valor total do imposto, caso o pagamento seja feito integralmente.

Parágrafo único – O desconto previsto no *caput* do presente artigo, será regulamentado por meio do competente decreto.

Art. 30. O pagamento do imposto não implica reconhecimento, pelo Município, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

Seção VI – Das isenções

Art. 31. São isentos do imposto:

- I – Os proprietários que possuam somente um imóvel no município, unifamiliar, utilizado para a respectiva moradia e que estejam enquadrados nas seguintes situações:

a) imóvel residencial, de propriedade de pessoa aposentada ou pensionista, cuja renda familiar, dentre os residentes no imóvel, não ultrapasse 2 (dois) salários mínimos mensais;

b) imóvel residencial, de propriedade de pessoa portadora de invalidez permanente, ou portador de doença grave, ou que possua na residência dependente com invalidez permanente e/ou, portador de doença grave, e que possuam renda familiar de até 3 (três) salários mínimos;

Parágrafo Único. Os contribuintes que se enquadrarem em quaisquer das hipóteses previstas neste inciso, ficam automaticamente isentos do pagamento da taxa de coleta de lixo.

- II – O imóvel territorial e/ou predial, que embora localizado no perímetro urbano, possua características predominantemente rurais e comprovadamente seja utilizado para atividade econômica rural, sendo que neste caso, o contribuinte ficará responsável pelo



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

pagamento de taxa de 2 (duas) a 20 (vinte) URFM's, referente à vistoria a ser realizada no imóvel.

Parágrafo único – Os critérios para fixação dos valores da taxa prevista no *caput* do presente artigo, serão regulamentados por meio do competente decreto.

Art. 32. As isenções previstas nesta seção deverão ser solicitadas através de requerimento escrito, instruído com as provas do cumprimento das exigências necessárias à sua concessão, conforme exigências do órgão competente.

Art. 33. Os requerimentos de isenção serão anuais e o prazo para sua interposição será o último dia útil do ano do exercício anterior à competência do tributo a ser lançado, não sendo permitida de modo algum qualquer pretensão de isenção retroativa.

Art. 34. Verificada, a qualquer tempo, a inobservância dos requisitos exigidos para sua concessão, ou o desaparecimento das condições que a motivaram, a isenção será indeferida ou cancelada, conforme o caso, por despacho da autoridade competente, ficando o contribuinte obrigado a recolher o imposto devido, conforme prazos estabelecidos no artigo 29, ou quando já ultrapassados, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da comunicação da decisão.

Seção VII – Das penalidades

Art. 35. As infrações às normas relativas ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana sujeitam o infrator à penalidade de multa de 30% (trinta por cento) do valor do imposto, aos que apresentarem falsidades que possam alterar a base de cálculo do imposto ou que venham a embaraçar a

ação fiscal relativo ao lançamento e arrecadação do imposto, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta Lei.

Parágrafo Único. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

CAPÍTULO II – DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO - ITBI

Seção I – Do fato gerador e da incidência

Art. 36. O imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre eles tem como fato gerador:

- I – a transmissão de bem imóvel por natureza ou por acessão física;
- II – a transmissão de direitos reais sobre bens imóveis, inclusive servidão administrativa, exceto os direitos reais de garantia;
- III – a cessão de direitos relativos à aquisição de bens imóveis.

Art. 37. O fato gerador deste imposto ocorrerá no território do município da situação do bem. Art. 38. O imposto incidirá especificamente sobre:

- IV I – a compra e venda;
- V II – a dação em pagamento;
- VI III – a permuta;
- IV – o mandato em causa própria, ou com poderes equivalentes, para a transmissão de bem imóvel e respectivo substabelecimento, ressalvado o caso de o mandatário receber a escritura definitiva do imóvel;
- V – a arrematação, a adjudicação e a remição;
- VI – as divisões de patrimônio comum ou



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU. 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

partilha, quando for atribuído a um dos cônjuges, separado ou divorciado, valor dos bens imóveis acima da respectiva meação;

VII – as divisões para extinção de condomínio de bem imóvel, quando for recebida por qualquer condômino quota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal;

VIII – o usufruto, a enfiteuse e a subenfiteuse;

IX – as rendas expressamente constituídas sobre bem imóvel;

X – a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

XI – a cessão de direito real de uso;

XII – a cessão de direitos a usucapião;

XIII – a cessão de direitos a usufruto;

XIV – a cessão de direitos à sucessão;

XV – a acessão física

quando houver pagamento de

indenização;

XVI – a cessão de

direitos

possessórios.

§ 1º. Será devido novo imposto quando as partes resolverem a retratação do contrato que já houver sido celebrado.

§ 2º. O imposto ainda incidirá sobre todos os demais atos onerosos, translativos de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e constitutiva de direitos reais sobre bens imóveis e demais cessões de direitos a eles relativo.

Seção II – Da não incidência

Art. 39. O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos a eles relativos quando:

I – efetuada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, sendo tributada, eventual diferença entre o valor venal do imóvel incorporado e o valor da integralização;

II – decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;

III – efetuada transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária;

IV – o bem imóvel voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocessão, pacto de melhor comprador ou condição resolutiva, mas não será restituído o imposto que tiver sido pago pela transmissão originária.

§ 1º. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação de patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

§ 2º. O disposto nos incisos I e II deste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda de bens imóveis ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante, referida no parágrafo anterior, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas no parágrafo anterior.

§ 4º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após aquisição ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida nos parágrafos anteriores, levando-se em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

§ 5º. Verificada a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do bem imóvel ou dos direitos sobre ele.

§ 6º. Não se considera preponderante a atividade para os efeitos do parágrafo 2º deste artigo, quando a transmissão de bens ou direitos for realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Seção III – Do contribuinte e do responsável

Art. 40. O contribuinte do imposto é o adquirente ou cessionário de bem imóvel ou do direito a ele relativo.

Art. 41. São responsáveis solidariamente pelo pagamento do imposto devido:

I – o transmitente e o cedente nas transmissões que se efetuarem sem o pagamento do imposto;

II – os tabeliões, escrivães e demais serventuários de ofício, desde que o ato de transmissão tenha sido praticado por eles ou perante eles e não tenha sido exigido a comprovação do respectivo imposto.

Seção IV – Da base de cálculo e da alíquota

Art. 42. A base de cálculo é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, assim entendido o valor pelo qual o bem ou direito seria negociado em condições normais de mercado para compra e venda à vista.

Parágrafo único. Não serão abatidas do valor venal, quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido.

Art. 43. Para efeitos de recolhimento do imposto, deverá ser utilizado o valor constante do instrumento de transmissão ou cessão, quando o valor venal for inferior.

§ 1º. O valor alcançado na forma do caput, deverá ser atualizado monetariamente, para efeito deste imposto, à data da ocorrência do fato gerador, aplicando-se o índice acolhido pela legislação local ou outro índice que venha a substituí-lo dentro do mesmo exercício.

§ 2º. Em caso de imóvel rural, os valores referidos no caput não poderão ser inferiores ao valor fundiário devidamente atualizado, aplicando-se o índice acolhido pela legislação local ou outro índice que venha a substituí-lo.

§ 3º. Na arrematação judicial, na adjudicação e na remição de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação ou o preço pago, se este for maior, e na arrematação extrajudicial o valor venal do imóvel.

§ 4º. Nos casos de divisão do patrimônio comum, partilha ou extinção de condomínio, a base de cálculo será o valor da fração ideal superior à meação ou à parte ideal.

§ 5º. Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, usufruto, enfiteuse, subenfiteuse e na cessão de direitos e acessão física, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico, respeitada a condição prevista no caput, parte final.

§ 6º. O valor mínimo fixado para as transmissões referidas no parágrafo anterior é a seguinte:

I – nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, a base de cálculo será o valor do negócio ou 30% (trinta por cento) do valor venal do imóvel, se maior;

II – no usufruto e na cessão de seus direitos, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal do imóvel, se maior;

III – na enfiteuse, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 80% (oitenta por cento) do valor venal do imóvel, se maior;

IV – no caso de acessões físicas, será o valor da indenização;

V – na concessão de direito real de uso, a base de cálculo será o valor do negócio



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

jurídico ou 40% (quarenta por cento) do valor venal do imóvel, se maior.

Art. 44. Não caberá arbitramento se o valor venal do bem imóvel constar de avaliação contraditória administrativa ou judicial.

Art. 45. Para o cálculo do imposto serão aplicadas as seguintes alíquotas:

I – nas transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação – SFH, consórcios, programas habitacionais em geral, em relação à parcela financiada e subsídios do governo, 1% (um por cento), e 3% sobre a parcela de recursos próprios, inclusive utilização do FGTS;

II – no caso específico da aquisição da propriedade e titulação por meio de REURB-S, haverá isenção total dos impostos e taxas municipais;

III - nas demais transmissões, 3% (três por cento).

Seção V – Da arrecadação

Art. 46. O imposto deverá ser pago até a data do ato de lavratura do instrumento de transmissão dos bens imóveis e direitos a eles relativos.

Parágrafo Único. Recolhido o imposto, os atos ou contratos correspondentes deverão ser efetivados no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de ser necessária a nova atualização dos valores.

Art. 47. O imposto devido poderá ser parcelado em no máximo 3 (três) parcelas, ocasião em que deverá incidir sobre as parcelas, os acréscimos legais aplicáveis à atualização dos créditos tributários do município, com respectiva autorização de lavratura do instrumento de transmissão, somente após o pagamento da última parcela.

Art. 48. O imposto será restituído quando indevidamente recolhido ou quando não se efetivar o ato ou contrato por força do qual foi pago.

Art. 49. O decreto regulamentador, no que couber, estabelecerá os prazos, os modelos de formulários e outros documentos necessários à fiscalização e ao pagamento do imposto.

Art. 50. Os serventuários da justiça não praticarão quaisquer atos atinentes a seu ofício, nos instrumentos públicos ou particulares relacionados com a transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, especialmente a expedição de cartas, formais e demais atos autorizativos da transmissão de propriedade, sem a prova do pagamento do respectivo imposto.

Art. 51. Os serventuários da justiça estão obrigados a facultar aos encarregados da fiscalização municipal o exame, em cartório, dos livros, autos, ainda que digitais, e papéis que interessem à arrecadação do imposto.

Art. 52. Os tabeliães e Oficiais de Registro, estão obrigados a, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da efetivação, comunicar ao município, todos os atos translativos do domínio imobiliário, identificando-se o objeto de transação, nome das partes e demais elementos necessários ao cadastro imobiliário municipal.

Seção VI – Das penalidades

Art. 53. A omissão ou inexactidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte à multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto sonegado, acrescido dos encargos legais previstos para a atualização dos créditos tributários do município.

CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA -

Seção I – Do fato gerador, da incidência e não incidência

Art. 54. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes na lista anexa a esta lei, ainda que esses serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador.



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Parágrafo Único. Constitui, ainda, fato gerador do ISSQN a prestação de serviços profissionais e técnicos não compreendidos nos itens da lista a que alude este artigo e a exploração de qualquer atividade que represente prestação de serviços.

Art. 55. O imposto incide sobre:

I – Todos os serviços constantes da lista anexa e os previstos no parágrafo único do artigo anterior;

II – o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

III – os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 1º. A incidência do imposto independe:

I – da existência de estabelecimento fixo;

II – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

III – do resultado financeiro ou do pagamento do serviço prestado;

IV – da denominação dada ao serviço prestado.

§ 2º. Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

Art. 56. O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras;

Parágrafo Único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Seção II – Do estabelecimento prestador

Art. 57. Entende-se por estabelecimento prestador o utilizado, de alguma forma, para a prestação de serviço, sendo irrelevante a sua denominação ou a sua categoria, bem como a circunstância de o serviço ser prestado, habitual ou eventualmente, em outro local.



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

§ 1º. A existência de estabelecimento prestador é indicada pela configuração parcial ou total dos seguintes elementos:

I – local, edificado ou não, próprio ou de terceiros, onde sejam executadas atividades sujeitas à incidência do imposto, mediante a utilização de empregados, ainda que sob a forma de cessão de mão-de-obra, com ou sem o uso de máquinas, equipamentos, ferramentas ou quaisquer outros utensílios;

II – inscrição nos órgãos previdenciários;

III – permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de prestação de serviços exteriorizada através da indicação do endereço em impressos e formulários, locação de imóvel, propaganda ou publicidade, fornecimento de energia elétrica ou água em nome do prestador ou do seu representante.

§ 2º. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local:

I – Do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º desta Lei Complementar;

II – Da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV – Da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – Das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – Da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – Do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X - do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

XIII- Onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XVIII- Do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XX - Do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXI - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXII - do domicílio do tomador do serviço do subitem 15.09.

§ 3º No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.

§ 4º Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no § 6º deste artigo.

§ 5º No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão.

§ 6º O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por:

I - Bandeiras;

II - Credenciadoras;

III - emissoras de cartões de crédito e débito.



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

§ 7º. No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador é o cotista.

§ 8º. No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado.

§ 9º. No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País.

§ 10º. No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Seção
III –
Do
sujeit
o
passiv
o

Art. 58. Sujeito passivo do imposto é o contribuinte, o Substituto Tributário e o Responsável Tributário na forma prevista nesta Lei.

Art. 59. Contribuinte é o prestador do serviço sujeito à incidência do imposto.

Art. 60. O Substituto Tributário é o tomador do serviço, desde que estabelecidos neste município, que assume a qualidade de contribuinte, a ele cabendo, à falta de retenção e de recolhimento do imposto, a

responsabilidade pelo pagamento do principal devido com os acréscimos legais e das penalidades pecuniárias previstas nesta legislação.

Art. 61. São Substitutos Tributários responsáveis pela retenção na fonte:

I – tomadores ou intermediários de serviços provenientes do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – pessoas jurídicas ou equiparadas, de direito público ou privado, ainda que imunes ou isentas, quando tomarem ou intermediarem os serviços:

a) descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02,

17.05, e 17.10 da lista de serviços anexa a esta Lei;

b) descritos nos subitens 1.07, 7.06, 7.07, 7.08, 7.11, 7.13, 14.01, 14.06 e 31.01 da lista de serviços anexa a esta Lei, quando os serviços forem prestados dentro do território deste município, por prestadores de serviços estabelecidos fora deste município;

III – as distribuidoras de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pulesou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização, em relação às vendas subsequentes realizadas pelas entidades esportivas autorizadas ou empresas contratadas, exploradoras de casas de jogos e bingos eletrônicos ou permanentes;

IV – a Caixa Econômica Federal, quando tomar ou intermediar serviços dos quais resultem remunerações ou comissões, por ela



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

pagos à Rede de Casas Lotéricas e de Venda de Bilhetes estabelecidas neste município, na:

a) cobrança, recebimento ou pagamento em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os serviços correlatos à cobrança, recebimento ou pagamento;

b) distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres;

V – os Bancos e Instituições Financeiras, autorizados a funcionar pela União ou por quem de direito, quando tomarem ou intermediarem serviços dos quais resultem remunerações ou comissões, por elas pagos às farmácias, mercearias ou estabelecimentos comerciais quaisquer, estabelecidas neste município, pela cobrança, recebimento ou pagamento em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os serviços correlatos à cobrança, recebimento ou pagamento;

VI – as empresas prestadoras dos serviços de planos de medicina de grupo ou individual e planos de saúde, em relação aos serviços de saúde e assistência médica, descritos no item 4 da lista de serviços anexa a esta Lei;

VII – as agências de propaganda, em relação aos serviços prestados por terceiros, quando contratadas por conta e ordem de

seus clientes;

VIII – as empresas incorporadoras e construtoras, em relação aos serviços de agenciamento, corretagem ou intermediação de bens imóveis, descritos no subitem

10.05 da lista de serviços anexa a esta Lei;

IX – as empresas seguradoras, em relação aos serviços dos quais resultem:

a) remunerações a título de pagamentos em razão do conserto, restauração ou recuperação de bens sinistrados;

b) remunerações a título de comissões pagas a seus agentes, corretores ou intermediários, pela venda de seus planos;

c) remunerações a título de pagamentos em razão de inspeções e avaliações de risco para cobertura de contrato de seguros e de prevenção e gerência de riscos seguráveis.

§ 1º. O disposto nos incisos II "a", VI, VII, VIII e IX não se aplica quando o contribuinte, prestador do serviço, possuir inscrição junto ao cadastro mobiliário deste município e sujeitar-se ao pagamento do imposto em base fixa ou por estimativa, devendo esta condição ser comprovada.

§ 2º. Os Substitutos Tributários de que trata este artigo, podem enquadrar-se em mais de um inciso do "caput".

§ 3º. O Imposto a ser retido na fonte, para recolhimento no prazo legal ou regulamentar, deverá ser calculado mediante a aplicação da



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

alíquota determinada na tabela da lista de serviços anexa a esta Lei, sobre a base de cálculo prevista na legislação vigente.

§ 4º. Os substitutos de que trata o caput deste artigo não poderão utilizar qualquer tipo de incentivo fiscal previsto na legislação municipal para recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN relativo aos serviços tomados ou intermediados, ressalvada previsão em lei específica.

§ 5º. Os prestadores de serviço respondem solidariamente pelo pagamento do ISSQN, multa e demais acréscimos legais, na conformidade da legislação, em caso de descumprimento, total ou parcial, pelo substituto, da retenção de que trata esta lei, podendo efetuar o pagamento do Imposto, em nome do substituto, conforme dispuser o regulamento.

§ 6º. A responsabilidade pela retenção e pagamento do ISSQN será elidida quando o prestador do serviço, agindo com o propósito de impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou de evitar ou diferir o seu pagamento, prestar informações falsas ao responsável induzindo-o a erro na apuração do imposto devido.

§ 7º. Para os efeitos desta lei, consideram-se equiparados à pessoa jurídica:

I – os empresários individuais previstos no artigo 966 da Lei Federal 10.406/2002;

II – os condomínios edifícios sujeitos à inscrição no CNPJ.

Art. 62. O Responsável Tributário é o tomador do serviço, ainda que imune ou isento, e será

responsável pelo ISSQN, devendo reter e recolher o seu montante, quando:

I – o prestador de serviços não provar estar regularmente cadastrado como contribuinte deste município;

II – o prestador de serviços obrigado à emissão de nota fiscal de serviços, ou outro documento exigido pela Administração, não o fizer;

III – se tratar de Bancos e Instituições Financeiras, que tomarem ou intermediarem serviços dos quais resultem remunerações ou comissões, por elas pagos às cooperativas, estabelecidas neste município, pela cobrança, recebimento ou pagamento em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os serviços correlatos à cobrança, recebimento ou pagamento.

§ 1º. Sem prejuízo do disposto ao caput deste artigo, os Responsáveis Tributários ficam desobrigados da retenção e do pagamento do Imposto, em relação aos serviços tomados ou intermediados, quando o prestador de serviços:

I – for profissional autônomo, com inscrição junto ao cadastro mobiliário deste município, e desde que este comprove o pagamento do imposto;

II – for sociedade sujeita ao pagamento do ISSQN através de valores fixos, na forma do art. 67, desde que inscrita junto ao cadastro mobiliário deste município;

III – gozar de isenção, desde que



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

estabelecido neste município;

IV – gozar

de

imunidade;

§ 2º. Para os fins do disposto no parágrafo anterior, o Responsável Tributário deverá exigir que o prestador de serviços comprove seu enquadramento em uma das condições previstas nos incisos do caput deste artigo.

Art. 63. Os Substitutos Tributários e Responsáveis Tributários, ao efetuarem a retenção do ISSQN, deverão fornecer comprovante ao prestador do serviço.

Art. 64. Os prestadores de serviços alcançados pela retenção do Imposto não estão dispensados do cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária, devendo manter controle em separado das operações sujeitas a esse regime, na conformidade do regulamento.

Seção IV – Da Base de Cálculo

Art. 65. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços é o preço do serviço.

§ 1º. Entende-se por preço do serviço o total da receita bruta a ele correspondente sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada, frete, despesa ou imposto, exceto os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de obrigação condicional.

§ 2º. Constituem parte integrante do preço:

I – os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de

responsabilidade de terceiros, que onerem o preço do serviço;

II – os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços, sob qualquer modalidade;

III – o montante do imposto transferido ao tomador do serviço, cuja indicação nos documentos fiscais será considerada simples elemento de controle;

IV – os valores dispendidos, direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviços, a título de participação, coparticipação ou demais formas de espécies;

V – os descontos ou abatimentos sujeitos à condição, desde que prévia e expressamente contratados.

§ 3º. Na hipótese da prestação de serviço ser enquadrada em mais de uma atividade prevista na lista, haverá tantas incidências quantas forem às espécies de serviço.

§ 4º. Para os efeitos deste artigo, considera-se preço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, direitos ou permutas de bens, serviços e mercadorias considerando estes o valor praticado no mercado, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza.

§ 5º. Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 e 20.01 da lista anexa se prolongar para outros municípios, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia,



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

duto e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada município.

Art. 66. A base de cálculo do ISSQN sobre serviços da construção civil é o preço total do serviço, dela podendo ser deduzidos unicamente o valor dos materiais que se incorporarem definitivamente à obra, fornecidos pelo prestador do serviço.

§ 1º. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços anexa a esta Lei, tributados pela forma de dedução real ou regime presumido, a ser escolhido pelo contribuinte.

§ 2º. Na dedução real ocorrerá o abatimento integral da base de cálculo do ISSQN dos valores dos materiais aplicados na respectiva obra e/ou subempreitada, sem limite de dedução desde que devidamente comprovada a sua aquisição, por meio da apresentação da primeira via da nota fiscal de compra do material, que deverá discriminar as espécies, quantidades e valores dos materiais adquiridos, indicando claramente a que obra se destina o material, vedada a dedução de equipamentos, ferramentas, uniformes, materiais de higiene ou segurança, ou quaisquer outros que não se integrem definitivamente à obra.

§ 3º. A opção pela forma de dedução do inciso anterior deverá ser manifestada no prazo de 15 dias a contar da data do início da obra, ficando sujeita a tal regime até a sua conclusão, entendendo-se

como opção pelo regime presumido a ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido.

§ 4º. O regime presumido consiste na dedução de 50% do valor do documento fiscal a título de materiais incorporados à obra e/ou subempreitada, ficando em 50% a base de cálculo do ISSQN.

§ 5º. O regime presumido prevalecerá sempre que o contribuinte não consiga comprovar de modo satisfatório o custo real dos materiais empregados na obra, mediante avaliação do fisco.

§ 6º. Caberá ao tomador de serviços, na condição de substituto tributário, o aceite das informações e deduções lançadas pelo prestador na nota fiscal de serviço.

Seção V – Das alíquotas

Art. 67. Quando se tratar de contribuinte autônomo, que presta serviços sob a forma de trabalho pessoal, o imposto será calculado por meio de alíquotas fixas, anualmente, em função da escolaridade exigida para o exercício da profissão, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho, na forma que segue:

I - Profissionais liberais de nível superior: 10 URFM's/anual;

II - Profissionais de nível médio e

técnicos especializados: 07

URFM's/anual; III - Profissionais de

nível fundamental: 02 URFM's/anual.

Art. 68. Quando profissionais autônomos trabalharem em forma de sociedades uniprofissionais, o imposto será calculado



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

anualmente, em relação a sociedade correspondente a 10 URFM's/anual, acrescido de 02 URFM's/anual a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, por sócio e por profissional habilitado, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade.

Parágrafo único. Não se consideram uniprofissionais, devendo recolher o imposto sobre o preço dos serviços prestados, as sociedades civis:

- a) que tenham como sócio, pessoa jurídica;
- b) que tenham natureza comercial; Que prestem serviços de forma empresarial, inclusive com previsão de distribuição de lucros;
- c) cujos sócios não possuam, todos, a habilitação profissional na mesma área de atuação;
- d) que exerçam atividade diversa da habilitação profissional dos sócios;
- e) que tenham número de empregados superior a 2 (dois) empregados por sócio;
- f) que prestem serviços previstos em mais de um item da lista de serviços anexa a esta Lei.

Art. 69. Aos contribuintes, não enquadrados nas hipóteses do artigo 67 e artigo 68, as Alíquotas serão de no mínimo 2% (dois por cento) e máximo de 5% (cinco por cento), conforme previsto na Lista de serviços do Anexo desta Lei.

Seção VI – Da apuração e do lançamento

Art. 70. O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza será apurado e lançado:

I – mensalmente, proporcional à receita bruta, através de Declaração de Informação Fiscal física ou eletrônica, pelo próprio sujeito passivo, assim antecipando o pagamento sem prévio exame da autoridade competente, operando-se o lançamento

pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo homologado, expressamente o homologue;

II – de ofício pela autoridade competente do município, quando fixo, ou por arbitramento quando for levantado e apurado em processo regular, quando não declarado o valor ou quando o valor declarado pelo sujeito passivo na Declaração de Informações Fiscais não corresponder à realidade;

III – por estimativa fiscal quando autorizado pelo município.

§ 1º. É de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação do lançamento a que se refere o inciso I deste artigo, expirado este prazo sem que o município tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

§ 2º. Sobre o crédito tributário constituído na forma do inciso II, exceto para valores fixos, incidirão



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

atualização monetária, juros e multas moratórios previstas nesta Lei.

Art. 71. O arbitramento será apurado e lançado em processo regular, nos seguintes casos:

I – quando se apurar fraude, sonegação ou omissão, ou se o contribuinte embaraçar o exame de livros ou documentos necessários ao lançamento e à fiscalização do tributo, ou se não estiver inscrito no cadastro;

II – quando o contribuinte não apresentar sua guia de recolhimento e não efetuar o pagamento do imposto sobre serviços no prazo legal;

III – quando os contribuintes não possuírem os livros, documentos, talonários de notas fiscais e formulários descritos em regulamento próprio;

IV – quando o resultado obtido pelo contribuinte for economicamente inexpressivo;

V – quando for difícil a apuração do preço; ou quando a prestação do serviço tiver caráter transitório ou instável;

Parágrafo Único. Para arbitramento do preço do serviço serão considerados, entre outros elementos ou indícios, os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza do serviço prestado, o valor das instalações e equipamentos do contribuinte, sua localização, a remuneração dos sócios, o número de empregados e seus salários.

Art. 72. O valor do imposto poderá ser fixado pela autoridade competente, a partir de uma base de cálculo estimada, conforme prevê o inciso III do

artigo anterior, nos seguintes casos quando se tratar de:

I – atividade exercida em caráter provisório,

eventual ou temporário;

II – contribuinte de rudimentar organização;

III – de estabelecimento constituído sob a forma de sociedade simples;

IV – de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades, aconselhe tratamento fiscal específico, a exclusivo critério da autoridade competente.

§ 1º. A autoridade competente que proceder ao enquadramento do contribuinte no regime de estimativa fiscal levará em conta os seguintes critérios:

I – informações fornecidas pelo contribuinte e outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculadas à atividade;

II – O preço praticado no mercado do referido serviço;

III – valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos;

IV – total dos salários

pagos;



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

V – total da remuneração dos diretores,

proprietários, sócios ou gerentes;

VI – total das despesas de água,

luz, força e telefone;

VII – aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços, ou 1% (um por cento) do valor desses bens, se forem próprios.

§ 2º. O montante do imposto assim estimado será pago em prestações iguais, nos vencimentos e locais indicados nos avisos de lançamento, observando-se entre o pagamento de uma e outra prestação o intervalo mínimo de 30 (trinta) dias.

§ 3º. Nenhuma prestação poderá ser paga sem a prévia quitação da antecedente.

§ 4º. Findo o período fixado pela administração, para o qual se fez a estimativa, ou deixando o sistema de ser aplicado, por qualquer motivo, ou a qualquer tempo, serão apurados o preço real praticado no mercado dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo sujeito passivo no período considerado.

§ 5º. O enquadramento do sujeito passivo no regime de estimativa, a critério do município, poderá ser feito, individualmente, por categoria de estabelecimento ou por grupos de atividades.

§ 6º. A aplicação de regime de estimativa poderá ser suspensa a qualquer tempo, mesmo não tendo findado o exercício ou período, a critério da Fazenda municipal, seja de modo geral, individual ou quanto a qualquer categoria de estabelecimento, ou por grupos de atividades.

§ 7º. A autoridade tributária poderá rever os valores estimados para determinado exercício ou período.

§ 8º. Feito o enquadramento do contribuinte no regime de estimativa, ou quando da revisão dos valores, o município notificará o sujeito passivo do valor do imposto fixado e da importância das parcelas a serem mensalmente recolhidas.

§ 9º. Os contribuintes enquadrados nesse regime deverão ser notificados, ficando-lhes reservado o direito de reclamação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação.

§ 10º. Nos casos de não comprovação por parte do responsável, tomador ou intermediário, pessoa física ou jurídica pela obra, do valor da prestação do serviço referentes às obras de prédios multifamiliares, unifamiliares, comerciais, mistos ou outros, o ISSQN será calculado por arbitragem, no caso de obras finalizadas, ou por estimativa no estágio inicial ou intermediário da obra, de acordo com os seguintes fatores e fórmula:

$$\text{ISSQN} = [(\text{Ac} \cdot \text{Cub} \cdot \text{Ir}) \cdot \text{Al}]$$

Onde :

Ac= Área construída;

Cub =Custo Unitário Básico da Construção (Sinduscon);

Irm = Índice Redutor

Al= Aliquota Aplicável

§ 10º - O índice reductor (Ir) previsto na fórmula de cálculo de ISS será estipulado mediante decreto do poder executivo.

Seção VII – Da arrecadação

Art. 73. Todos os recolhimentos de que trata esta Lei serão efetuados mediante o preenchimento ou impressão de documento de arrecadação municipal – DAM, autorizada pelo município.



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Art. 74. Na apuração e lançamento proporcional à receita bruta, o sujeito passivo está obrigado a entregar mensalmente a Declaração de Informação Fiscal de forma física ou eletrônica, que dará origem ao valor do ISSQN que deverá ser recolhido até o décimo dia do mês subsequente em que ocorreu o fato gerador.

Art. 75. O Imposto devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal e pelas sociedades de profissionais enquadrados nos valores fixos, deverá recolhido de uma só vez, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano.

Parágrafo Único. Os contribuintes enquadrados na forma prevista no caput que efetuarem o cadastro após o mês de fevereiro, deverão recolher o imposto no prazo de 30 (trinta) dias da data do lançamento.

Art. 76. Serão recolhidos dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da respectiva notificação de lançamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis, os arbitramentos, quando for levantado e apurado em processo regular, quando não declarado o valor ou quando o valor declarado pelo sujeito passivo na Declaração de Informações Fiscais não corresponder à realidade.

Art. 77. Na estimativa fiscal o recolhimento será mensal, até o vigésimo dia de cada mês e, se verificada qualquer diferença entre o montante recolhido e apurado, será ela:

- I – recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, mediante requerimento do contribuinte, apresentado após a data de encerramento ou cessação da adoção do sistema, incidindo, depois desse prazo, os encargos moratórios;

II – compensada, com o devido pelo contribuinte, no exercício seguinte, até a diferença verificada, incidindo sobre esta os encargos moratórios pertinentes.

Seção VIII – Da Inscrição no Cadastro Econômico

Art. 78. Ficam obrigadas a se inscrever no Cadastro Econômico:

- I – as pessoas físicas que realizem prestações de serviços sujeitas à incidência do ISSQN;
- II – todas as pessoas jurídicas com endereço comercial neste município;
- III – os tomadores de serviços obrigados à efetuar retenção na fonte do ISSQN, conforme disposições desta Lei.

Art. 79. Os contribuintes devem promover sua inscrição, de forma física ou eletrônica através do Sistema Integrador Estadual e/ou do portal exclusivo disponibilizado pela União, no Cadastro Mobiliário antes do início de suas atividades, fornecendo à prefeitura os elementos e informações necessárias para a correta fiscalização do tributo.

§ 1º. Para cada local de prestação de serviços, o contribuinte deve fazer inscrições distintas.

Art. 80. As pessoas físicas ou jurídicas, são obrigadas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da respectiva ocorrência:

- I - a informar ao Cadastro Econômico Fiscal qualquer alteração contratual ou estatutária;
- II - informar ao Cadastro Econômico Fiscal o encerramento de suas atividades, a fim de ser



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

dada baixa da sua inscrição.

§ 1º. O desatendimento das imposições dispostas neste artigo, sujeitará o infrator ao pagamento de multa, no valor correspondente à 15 URFM's.

§ 2º. Devidamente comprovado que o contribuinte encerrou as suas atividades sem comunicar o fisco municipal, eventuais débitos lançados no período de inatividade serão cancelados, aplicando-se unicamente multa prevista no § 1º.

Art. 81. O pedido de baixa será efetivado através de requerimento do contribuinte ou seu preposto.

§ 1º. Recebido o requerimento de baixa, o fiscal de tributos efetuará a fiscalização do contribuinte, se for o caso.

§ 2º. Encerrados os trabalhos de fiscalização, será expedido pelo agente fiscal à liberação para a baixa do cadastro do contribuinte.

§ 3º. A expedição da certidão negativa de baixa ficará condicionada ao pagamento dos tributos remanescentes de responsabilidade do contribuinte, bem como da multa nos casos da baixa retroativa.

§ 4º. Ainda que não sejam pagos os tributos remanescentes por ocasião do pedido de baixa, o cadastro será imediatamente suspenso, não gerando mais débitos.

Art. 82. As pessoas físicas e/ou jurídicas imunes ou isentas também estão obrigadas a promover a sua inscrição no Cadastro Econômico.

Art. 83. A inscrição não faz presumir a aceitação, pelo município, dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais podem ser revistos em qualquer tempo.

Art. 84. No que couber, o regulamento estabelecerá modelos e condições para emissão de formulários, declarações, livros, nota fiscal de serviços e

outros documentos necessários ao registro, controle e fiscalização dos serviços ou atividades, inclusive prazos e formas de escrituração, exigíveis dos contribuintes e de terceiros, sempre que tal exigência se fizer necessária em razão da peculiaridade da prestação.

Parágrafo único. Quando o volume, natureza ou modalidade da prestação de serviços aconselharem, ou quando o cumprimento das obrigações acessórias for difícil, insatisfatório ou sistematicamente descumprido, poderá ser instituído regime especial, adequando-o às situações, na forma prevista em diploma legal, bem como ser suspensa a sua aplicação, quando não mais necessária, a critério da autoridade tributária.

TÍTULO III – DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I – Da Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento

Seção I – Do Fato Gerador

Art. 85. A Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento é devida pela atividade municipal efetiva ou potencial de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança, ordem ou tranquilidade públicas, a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da localização, instalação e funcionamento de quaisquer atividades no Município.

Parágrafo único – Incluem-se entre as atividades sujeitas a fiscalização às de comércio, indústria, agropecuária, cartórios extrajudiciais, de prestação de serviços em geral e, ainda as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, ao comércio ambulante ou equiparado, o praticado pela internet e redes sócias, ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art. 86. A Fiscalização de localização, instalação e funcionamento poderá ser exercida de forma direta



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

ou indireta, mediante a realização de diligências, exames, análises de documentos ou objetos, inspeções, vistorias, fiscalização, e outros atos administrativos.

Seção
II
-
Do
Sujeito
Passivo

Art. 87. O sujeito passivo da Taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da localização, instalação e funcionamento conforme previsto no artigo 85.

Art. 88. São solidariamente responsáveis pelo pagamento da Taxa:

I – o proprietário e o responsável pela locação do imóvel onde estejam instalados ou montados equipamentos ou utensílios usados na exploração de serviços de diversões públicas, e o locador desses equipamentos;

II – o promotor de feiras, exposições e congêneres, o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel, com relação às barracas, stands ou assemelhados.

Seção III - Da Incidência

Art. 89. Sendo anual o período de incidência, o fato gerador da Taxa considera-se ocorrido:

I – na data de início da atividade, relativamente ao primeiro ano de exercício desta, cujo pagamento deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, a contar da inscrição;

II – Na data em que o contribuinte efetue qualquer alteração que modifique as condições das atividades ou instalações, inclusive alteração de endereço, cujo pagamento deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, a contar da alteração;

III – em 1º de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes, com vencimento no último dia útil do mês de fevereiro de cada ano;

Art. 90. A Licença terá validade por um exercício, ou período preestabelecido sendo concedida sempre a título precário.

Seção IV - Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 91. A taxa será lançada de ofício após o fato gerador e anualmente no mês de janeiro de cada ano exercício.

Parágrafo único – A Administração poderá efetuar o lançamento da Taxa em conjunto ou separadamente com o de outros tributos.

Art. 92. A incidência e o pagamento da Taxa independem:

I – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II – de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III – de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV – da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;

V – do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais; VI – do caráter permanente, eventual, sazonal ou transitório da atividade;

VII – do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

§ 1º. A renovação anual da Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento, será precedida de verificação da situação cadastral dos contribuintes, inclusive verificação *in loco*, se necessário.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

§ 2º. O lançamento será suspenso, quando decorridos 02 (dois) anos sem que ocorra o respectivo pagamento da Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento, procedendo-se em seguida, com a fiscalização.

Art. 93. Estabelecimento é o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades previstas no artigo 85, sendo irrelevantes para sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 1º. A existência do estabelecimento é indicada pela conjunção, parcial ou total, dos seguintes elementos:

- I – manutenção de pessoal, material, mercadoria, máquinas, instrumentos e equipamentos;
- II – estrutura organizacional ou administrativa; III – inscrição nos órgãos previdenciários;
- IV – indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;
- V – permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica da atividade exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, inclusive as realizadas por correio eletrônico, aplicativos, redes sociais, e em faturas de fornecimento de serviços públicos.

§ 2º. A circunstância de a atividade, por sua natureza, ser executada habitual ou eventualmente fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento, para os efeitos deste artigo.

§ 3º. São, também, considerados estabelecimentos os locais onde forem exercidas as atividades de diversões públicas de natureza itinerante.

§ 4º. Considera-se, ainda, estabelecimento a residência de pessoa física, aberta ao público, ou utilizada para o exercício da atividade profissional.

§ 5º. Para efeito de incidência da Taxa, consideram-se estabelecimentos distintos:

- I – os que, embora no mesmo local e com idêntico ramo de atividade, ou não, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
- II – os que, embora com idêntico ramo de

atividade e sob a mesma responsabilidade, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que no mesmo imóvel.

§ 6º. Meras alterações de cadastro independem de pagamento de nova Taxa, ficando sujeitas apenas ao pagamento de taxa de expediente no valor correspondente à 01 (uma) URFM.

Seção V – Da Base de Cálculo

Art. 94. A taxa será calculada em função da atividade econômica exercida pelo estabelecimento, e será devida, no primeiro ano de exercício, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês, e integral, nos casos de renovação.

Parágrafo único - Para o cálculo do montante da obrigação principal aplicado ao estabelecimento, de que trata este artigo, utilizar-se-á a tabela anexo 01 a esta Lei Complementar.

Art. 95. A taxa deverá ser recolhida em 10 (dez) dias, contados da data da inscrição, relativamente ao primeiro ano de exercício, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês, e até o último dia útil de fevereiro de cada exercício, nos casos de renovação.

Parágrafo Único. Para o recolhimento da Taxa, o valor será atualizado de acordo com variação da Unidade Fiscal Municipal vigente no momento do pagamento.

Seção VI - Da Inscrição

Art. 96. Nenhum estabelecimento ou atividade, sujeito ao poder de polícia do município poderá instalar-se e manter suas atividades, sem cumprir as exigências constantes desta lei, além de possuir inscrição válida, o alvará de licença para localização, Instalação e Funcionamento e o pagamento da respectiva Taxa.

Art. 97. A licença poderá ser cassada, quando:

- I - o local ou o estabelecimento deixar de atender as exigências para qual fora expedida, ou cuja destinação seja diversa daquela licenciada;



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

II - quando as atividades exercidas violarem as normas concernentes, à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, à tranquilidade pública, ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos e a garantia da legislação municipal.

Art. 98. O sujeito passivo deverá promover a sua inscrição cadastral, no prazo e na forma regulamentares, mencionando, além de outras informações que venham a ser exigidas pela Administração, os elementos necessários à sua perfeita identificação, a atividade exercida e o respectivo local.

Parágrafo Único. O sujeito passivo deverá promover tantas inscrições quantos forem os estabelecimentos ou locais de atividades, sendo obrigatória à indicação das diversas atividades exercidas num mesmo local.

Art. 99. Satisfeitas as exigências legais será expedido o alvará que conterà dados suficientes para identificar o sujeito passivo e as atividades licenciadas.

Art. 100. O Alvará de localização, instalação e funcionamento, deverá ser mantido no estabelecimento em local visível e de fácil acesso.

Art. 101. O sujeito passivo deverá providenciar, no prazo de 30 (trinta) dias, a alteração de dados, de forma física ou eletrônica, quando ocorrerem fatos ou circunstâncias que justifiquem sua modificação.

Parágrafo Único. O prazo previsto neste artigo deverá ser observado, inclusive quando se tratar de venda ou transferência de estabelecimento e de encerramento de atividade.

Art. 102. A Administração fazendária poderá promover, de ofício, inscrições ou alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando não efetuadas pelo sujeito passivo no prazo regulamentar, ou, em tendo sido, apresentarem erro, omissão ou falsidade.

Art. 103. As infrações às normas relativas à Taxa sujeitam o infrator às multas e penalidades, contidos nos artigos 117, deste código.

Art. 104. O lançamento ou pagamento da Taxa não importa no reconhecimento da regularidade da atividade.

CAPÍTULO II - Da Taxa de Fiscalização Sanitária

Seção I – Do Fato Gerador

Art. 105. A Taxa de Fiscalização Sanitária, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao controle da saúde pública e do bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a localização, a instalação, bem como seu funcionamento, de estabelecimentos onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportados, distribuídos, vendidos ou consumidos alimentos, bem como o exercício de outras atividades pertinentes à higiene pública, e do cumprimento e observância às normas sanitárias tendentes a diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir sobre os problemas sanitários decorrentes de todas as atividades que afetam direta ou indiretamente o meio ambiente e a saúde da população.

Art. 106. O fato gerador da taxa considera-se ocorrido:

I - na data de início da atividade, relativamente ao primeiro ano de exercício;

II - no dia primeiro de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes;

III - na data de alteração do endereço e/ou, quando for o caso, da atividade, em qualquer exercício.

Seção II – Do Sujeito Passivo

Art. 107. O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da atividade exercida estar relacionada com alimento, saúde e higiene pública.

Seção III - Da Base de Cálculo



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Art. 108. A base de cálculo da taxa é o custo despendido, estimado ou presumido, da atuação do município no exercício regular do poder de polícia, levando-se em consideração as atividades, o maior ou menor risco epidemiológico.

Parágrafo único - Para o cálculo da taxa de fiscalização sanitária, utilizar-se-á a Tabela anexo 02 a esta Lei Complementar.

Art. 109. A Taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de abertura do estabelecimento, transferência do local ou qualquer alteração contratual ou estatutária.

Seção IV - Do Lançamento

Art. 110. A taxa será lançada de ofício, após a inscrição do estabelecimento, para realização da vistoria de licenciamento da atividade, ou qualquer alteração feita pelo sujeito passivo, e anualmente, com a finalidade de verificar se as condições sanitárias da atividade continuam de acordo com as normas vigentes, através da aplicação e enquadramento nas alíquotas correspondentes.

Parágrafo Único. A Taxa deverá ser recolhida:

I – Em até 10 (dez) dias, contados da data de inscrição, relativamente ao primeiro ano de exercício;

II – Nos exercícios subsequentes, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano;

III – Em até 10 (dez) dias, contados da data em que o contribuinte efetue qualquer alteração que modifique as condições das atividades ou instalações, inclusive alteração de endereço.

Seção V – Da Inscrição

Art. 111. Nenhuma atividade ou estabelecimento sujeito as normas sanitárias poderá instalar-se e manter suas atividades sem a vistoria, inscrição,

licença sanitária e o pagamento da respectiva Taxa de Fiscalização Sanitária.

Art. 112. Além das informações da inscrição no Cadastro Econômico de Contribuintes, a Autoridade Sanitária poderá exigir outras necessárias ao perfeito enquadramento, controle e identificação das atividades exercidas no local.

Art. 113. O sujeito passivo deverá promover tantas inscrições quantos forem os estabelecimentos ou locais de atividades, sendo obrigatória à indicação das diversas atividades exercidas num mesmo local.

Art. 114. Os dados apresentados na inscrição deverão ser alterados pelo sujeito passivo, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da ocorrência de fatos ou circunstâncias que impliquem na sua modificação.

Art. 115. Satisfeitas as exigências legais, será expedido o Alvará Sanitário que conterá dados suficientes para identificar o sujeito passivo, endereço licenciado, suas atividades e outras informações necessárias.

Art. 116. A Licença terá validade por um exercício, ou período preestabelecido sendo concedida sempre a título precário, podendo ser cassada, quando:

I – o local ou o estabelecimento deixar de atender as exigências para qual fora expedida, ou cuja destinação seja diversa daquela licenciada;

II – quando as atividades exercidas violarem as normas de vigilância sanitária.

Seção VI – Das Infrações e Penalidades



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Art. 117. Constituem infrações às normas relativas a esta Taxa e sujeitam o infrator às seguintes penalidades:

I - iniciar atividades sem a licença: multa de 5 (cinco) vezes o valor da Taxa a que estaria sujeito se obtivesse a licença, calculada de acordo com a disposição legal;

II - deixar de efetuar, na forma e prazos regulamentares, as alterações de dados cadastrais ou seu respectivo cancelamento, quando apuradas por meio de ação fiscal ou denunciadas após o seu início: multa de 2 (duas) URFM's;

III - deixar de apresentar quaisquer declarações a que obrigados, na forma e prazos regulamentares: multa de 2 (duas) URFM's;

IV - recusar a exibição da inscrição, da declaração de dados ou de quaisquer outros documentos fiscais, embarçar a ação fiscal ou sonegarem documentos para a apuração da taxa: multa de 5 (cinco) URFM's;

V - Apresentar declaração com dados inexatos ou omitir elementos indispensáveis à apuração da Taxa devida: multa de 10 (dez) URFM's;

VI - não manter visível e em local de fácil acesso no estabelecimento, o alvará de licença e os documentos a ela relativos: multa de 02 (duas) URFM's;

VI - constitui ainda infração qualquer ação ou omissão contrária a esta Lei, para as quais não haja penalidade específica prevista será aplicado: multa de 1 (uma) URFM.

Capítulo III – Da Taxa de Licença para Execução e Vistoria de Obras, Exame e Aprovação de Projetos

Seção I – Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 118. A Taxa de Licença para Execução e Vistoria de Obras, Exame e Aprovação de Projetos, é devida em razão da aprovação de projetos e fiscalização da execução de obras e execução de arruamentos, desmembramentos, loteamentos e demais atos e atividades regidos pela legislação municipal específica disciplinadora de edificações e de parcelamento, uso e ocupação do solo.

§ 1º. Entende-se como obras a construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição de edifícios, casas, edículas, muros, grades, guias e sarjetas, colocação de tapumes ou andaimes, ou qualquer outra obra de construção civil;

§ 2º. Os arruamentos, desmembramentos e loteamentos executados em terrenos particulares, devem atender aos critérios fixados pelo município.

§ 3º. Nenhuma obra, arruamento, desmembramento ou loteamento poderá ser iniciado sem prévio pedido de licença ao Município e sem o pagamento da taxa devida.

§ 4º. A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação urbanística aplicável.



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

§ 5º. A licença para execução de obras terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra, findo o qual poderá ser renovada mediante o recolhimento de nova taxa.

Seção II
– Do
Sujeito
Passivo

Art. 119. O Sujeito passivo da taxa é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo Único. É responsável pelo recolhimento da taxa o locatário ou terceiro interessado que requerer a aprovação de projeto para a realização de quaisquer das obras civis.

Seção III – Da base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 120. A Taxa será calculada, em função da natureza da obra e outros fatores constantes na Tabela do ANEXO 3 desta Lei.

Parágrafo Único. Enquadrando-se o contribuinte em mais de um tipo de obra especificada na tabela, para efeito de cálculo, serão cobradas individualmente.

Seção
IV –
Do
Lançam
ento e
da
Arrecad
ação

Art. 121. A taxa será lançada, quando solicitada pelo contribuinte, na data da solicitação, com prazo para pagamento de até 10 (dez) dias.

Parágrafo Único. Quando o lançamento for efetuado de ofício, resultante de fiscalização, o prazo para pagamento será de 10 (dez) dias, a contar da competente notificação.

Seção V – Das Isenções

Art. 122. São isentas da taxa:

- I – a construção de muros de arrimo ou de muralhas de sustentação quando no alinhamento da via pública;
- II – a construção de passeios e logradouros públicos providos de meio-fio e quando do tipo aprovado pelo Município;
- III – a limpeza, a pintura externa ou interna de qualquer construção;
- IV – a construção de barracões destinados à guarda de material de obras já licenciadas.

Seção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 123. Nos casos de início de obra, arruamentos, desmembramentos ou loteamento, sem o respectivo alvará expedido, serão aplicadas multas, segundo a área, nos seguintes valores:

- I – Para áreas de até 50 m²: multa de 2 (duas) URFM's;
- II – Para áreas de 51 m² a 100 m²: multa de 4 (quatro) URFM's;
- III – Para áreas de 101 m² a



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

150 m²: multa de 6 (seis) URFM's; IV – Para

áreas de 151 m² a 200 m²: multa de 8 (oito)

URFM's; V – Para áreas acima de 200 m²:

multa de 10 (dez) URFM's.

Parágrafo Único. Constituem ainda, no que couberem, infrações às normas relativas a esta Taxa e sujeitam o infrator às penalidades constantes nos incisos do artigo 117 desta Lei.

Capítulo IV – Da Taxa de Coleta, Remoção e

Dest

inaç

ão

Fina

l do

Lix

o

Seção I – Do Fato Gerador

Art. 124. A taxa tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta, remoção e destinação final de resíduos sólidos e pastosos, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§ 1º. Para efeitos de cobrança da taxa, entende-se como lixo os resíduos sólidos e semissólidos produzidos em unidades residenciais ou não, insolúveis ou imprestáveis que possam ser acondicionados em invólucro próprio, com exceção dos resíduos que por seu volume, composição ou peso, necessitam de transporte específico, provenientes de:

I – processos industriais, comerciais e de prestação de serviços;

IV – obras de construção civil;

V III – serviços de saúde;

VI – limpeza de jardins e similares;

VII – que possam prejudicar a saúde pública.

§ 2º. Os resíduos excetuados no § 1º poderão ser coletados pelo Município mediante taxa específica a ser fixada e regulamentada por ato do Poder Executivo.

§ 3º. Não será exigida a taxa na hipótese do contribuinte realizar comprovadamente, ao seu encargo, todos os serviços por ela remunerados.

§ 4º. Para fins de aplicação do disposto no § 3º, caberá ao contribuinte a obrigação de apresentar ao Poder Público, os documentos comprobatórios da contratação ou da execução do serviço.

Seção II

– Do

Sujeito

Passivo

Art. 125. O sujeito passivo da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou seu possuidor, a qualquer título, de bem imóvel, edificado ou não, lindeiro à via ou logradouro público, abrangido pelo serviço posto à disposição.

Parágrafo Único. Considera-se também lindeiro o bem imóvel que tenha acesso à via ou logradouro público, por ruas ou passagens particulares, servidões, entrada de viela ou assemelhados.

Seção III – Do Lançamento, da Arrecadação e da Base de Cálculo.

Art. 127. A taxa será lançada com base nas informações constantes do cadastro imobiliário e incidirá sobre cada imóvel, individualmente.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Art. 128. A taxa será lançada de ofício anualmente, no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorrer o fato gerador.

Art. 129. A taxa poderá ser cobrada juntamente com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, ou separadamente, aplicando-se em qualquer caso subsidiariamente as normas relativas a este imposto.

Parágrafo Único. A Administração poderá efetuar o lançamento da Taxa em conjunto ou separadamente com outros tributos.

Art. 130. A base de cálculo da taxa é o valor da prestação do serviço, calculado em função do custo total estimado pelos seguintes fatores:

$$TCR = [(F p + F a) \times U i]$$

Onde:

"Fp" - Fator de Periodicidade da Coleta;

"Fa" - Fator Area do Imóvel;

"Ui" - Fator de Utilização do Imóvel;

§ 1º. A fórmula de cálculo levará em consideração o custo estimado do serviço, e será dividido pelos imóveis atingidos efetiva ou potencialmente pelo serviço, considerando o metro quadrado do imóvel construído ou o metro linear da testada para terrenos sem construção, multiplicado pelos fatores constantes na Tabela anexo 6 desta lei.

§ 2º. O valor apurado no § 1º deverá ser dividido pelo valor da soma de cada imóvel que sofrerá o lançamento, assim identificando o percentual de participação no pagamento do valor da prestação do serviço;

§ 3º. Nas quadras localizadas na divisa entre as áreas, as faces lindeiras às vias públicas divisórias pertencerão às áreas em que houver maior frequência de prestação de serviço.

Capítulo III - Da Taxa de Fiscalização de Anúncios e Publicidade

Seção I – Do Fato Gerador, Da Incidência e Da Não Incidência

Art. 131. A Taxa de Fiscalização de Anúncios e Publicidades é devida em razão da atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora da exploração ou utilização, por qualquer meio ou processo, de anúncios nas vias e nos logradouros públicos, ou em locais deles visíveis ou, ainda, em outros locais de acesso ao público.

Parágrafo Único. Para efeito de incidência da Taxa, consideram-se anúncios quaisquer instrumentos ou formas de comunicação visual ou audiovisual de mensagens, inclusive aqueles que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades de pessoas físicas ou jurídicas, mesmo aqueles afixados em veículos de qualquer natureza.

Art. 132. Quaisquer alterações procedidas quanto ao tipo, características ou tamanho do anúncio, assim como a sua transferência para local diverso, deverá ser comunicada ao departamento municipal responsável pelo controle do Cadastro de Anúncios, no prazo de 15 (quinze) dias, acarretando nova incidência da Taxa.

Art. 133. A incidência e o pagamento da Taxa independem:

I – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao anúncio;

II – da licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III – do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

Art. 134. A taxa de fiscalização de anúncios não incide:

I – aos anúncios destinados a fins patrióticos e à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;

II - aos anúncios localizados no interior de estabelecimentos, divulgando artigos ou serviços neles negociados ou explorados;



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

III - aos anúncios e emblemas de entidades públicas, cartórios, tabeliães, ordens e cultos religiosos, irmandades, asilos, orfanatos, entidades sindicais, ordens ou associações profissionais e representações diplomáticas, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;

IV - aos anúncios e emblemas de hospitais públicos, sociedades cooperativas, beneficentes, culturais, esportivas e entidades declaradas de utilidade pública, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;

V - aos anúncios colocados em estabelecimentos de instrução, quando a mensagem fizer referência, exclusivamente, ao ensino ministrado;

VI - placas ou letreiros que contiverem apenas a denominação do prédio;

VII - aos anúncios que indiquem uso, lotação, capacidade ou quaisquer avisos técnicos elucidativos do emprego ou finalidade da coisa;

VIII - placas ou letreiros destinados, exclusivamente, à orientação do público;- aos anúncios que recomendem cautela ou indiquem perigo e sejam destinados, exclusivamente, à orientação do público;

IX - placas indicativas de oferta de emprego, afixadas no estabelecimento do empregador;

X - placas de profissionais liberais, autônomos ou assemelhados, quando colocadas nas respectivas residências e locais de trabalho e contiverem, tão-somente, o nome e a profissão;

XI - aos anúncios de locação ou venda de imóveis, quando colocados no respectivo imóvel, pelo proprietário;

XII - painel ou tabuleta afixada por determinação legal, no local da obra de construção civil, durante o período de sua execução, desde que contenha, tão-somente,

as indicações exigidas e as dimensões recomendadas pela legislação própria;

XIII - aos anúncios de afixação obrigatória decorrente de disposição legal ou regulamentar, sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário.

Seção II – Do sujeito Passivo

Art. 135. O sujeito passivo da Taxa é a pessoa física ou jurídica que, na forma e nos locais mencionado:

I – fizer qualquer espécie de anúncio;

II – explorar ou utilizar a divulgação de anúncios de terceiros.

Art. 136. São solidariamente obrigados pelo pagamento da Taxa:

I – aquele a quem o anúncio aproveitar quanto ao anunciante ou ao objeto anunciado;

II – o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel ou móvel, inclusive veículos.

Seção III – Da Base de Cálculo

Art. 137. A taxa será calculada em função do tipo e da localização do anúncio, de conformidade com a Tabela anexo 04 a esta Lei, e será devida pelo período inteiro nela previsto, ainda que o anúncio seja explorado ou utilizado em parte do período considerado.

Parágrafo Único. A taxa será recolhida na forma e no prazo estabelecidos em regulamento.

Seção IV – Da Inscrição

Art. 138. O sujeito passivo da Taxa deverá promover sua inscrição no cadastro próprio, nas condições e prazos regulamentares, independentemente de prévio licenciamento e cadastramento do anúncio.

Parágrafo Único. A Administração poderá promover, de ofício, a inscrição referida neste artigo, assim como as respectivas alterações de dados, inclusive cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Art. 139. Além da inscrição cadastral, poderá ser exigida do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados ou outros documentos, na forma e prazos regulamentares.

Seção V – Do Lançamento

Art. 140. O lançamento ou o pagamento da Taxa não importa em reconhecimento da regularidade do anúncio.

Art. 141. Aplica-se à Taxa, no que cabível, as disposições desta Lei pertinentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Capítulo IV – Da Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Extraordinário

Art. 142. A Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Extraordinário, fundada no poder da polícia do Município, concernente ao ordenamento do exercício de atividades econômicas, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre o funcionamento em horário extraordinário de estabelecimentos comerciais, em observância às posturas municipais relativas à ordem, aos costumes e à tranquilidade pública.

Art. 143. O fato gerador da taxa considera-se ocorrido com o funcionamento do estabelecimento comercial, fora do horário normal de abertura e fechamento do comércio.

Art. 144. O sujeito passivo da taxa é a pessoa jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão do funcionamento, em horário extraordinário, do estabelecimento comercial.

Art. 145. A base de cálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica.

Parágrafo único. A referida taxa será cobrada da seguinte forma:

1	Para prorrogação de horário até as 22:00 horas:	
	- por dia;	0,50
	- por mês.	1,0
2	Para prorrogação de horário além das 22:00 horas:	
	- por dia;	1,0
	- por mês.	2,0
3	Para prorrogação de horário até as 22:00 horas:	
	- por dia;	0,50
	- por mês.	1,0
4	Para prorrogação de horário além das 22:00 horas:	
	- por dia;	1,0
	- por mês.	2,0

Art. 146. A taxa será devida por dia, mês ou ano, conforme modalidade de licenciamento solicitada pelo sujeito passivo ou constatação fiscal.

Art. 147. Sendo diária, mensal ou anual o período de incidência, o lançamento da taxacorrerá:

I - no ato da solicitação,

quando requerido pelo

sujeito passivo;

II - no ato da comunicação, quando constatado pela fiscalização.

Capítulo I – Dos Preços Públicos

Seção I – Do Fato Gerador

Art. 148. O preço público tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo único. Considera-se serviço público:

I – utilizado pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando por ele usufruído a qualquer título;

b) potencialmente, quando, sendo de



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

utilização compulsória, seja posto à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II – específico, quando possa ser destacado em unidade autônoma de intervenção, de utilidade, ou de necessidade pública;

III – divisível, quando suscetível de utilização separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

Seção II – Da Base de Cálculo

Art. 149. O preço público será calculado em função da utilização de um ou mais dos seguintes tipos de serviços públicos.

I – requerimentos;
II – atestados;
III – certidões;
IV – averbações;
V – cópias;

VI – anotações;

VII – transferências;

VIII – demais serviços administrativos.

Parágrafo único. Exceto para certidões previstas no Art. 5º, inciso XXXIV, alínea b da Constituição Federal.

Seção III – Da e Alíquota e da Arrecadação

Art. 150. A alíquota aplicada ao preço público será cobrada em URFM conforme tabela do anexo 05.

Art. 151. O preço público será arrecadado antecipadamente à prestação do serviço.

- Das Isenções do Preço Público

Art. 152. Ficam isentas do pagamento de preços públicos, as entidades filantrópicas, beneficentes, e desportivas, sem fins lucrativos.

§ 1º. A isenção prevista neste artigo ficará condicionada à apresentação de todos os documentos necessários e comprobatórios do enquadramento nas condições estabelecidas no caput.

§ 2º. O benefício poderá ser cancelado a qualquer momento, desde que verificado o não implemento das condições, ou após qualquer alteração que venha a descaracterizar como entidade nas condições do caput.

§ 3º. A isenção deferida para um determinado exercício financeiro, poderá ser concedida automaticamente, para os exercícios seguintes, desde que a entidade mantenha as mesmas condições do momento da isenção originária.

TÍTULO IV - DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Seção I – Disposições Gerais

Art. 153. A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual a valorização que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 154. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Parágrafo Único. Considera-se ocorrido o fato gerador na data da conclusão da obra.

Art. 155. O Município pode cobrar Contribuição de Melhoria relativa às obras executadas em conjunto com o Estado ou com a União, tomando como limite máximo para o lançamento o valor despendido pelo Município na execução da obra.



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Art. 156. Será publicado edital prévio ao início das obras acompanhado do orçamento total ou parcial do custo da obra, e especificará obrigatoriamente:

I - a parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

II - a delimitação da área direta e indiretamente beneficiada;

III - o fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou cada uma das áreas diferenciadas, nelas contidas;

IV - valor atual de cada imóvel para posterior constatação do valor da valorização decorrente da obra.

V - o memorial descritivo do projeto.

§ 1º. O contribuinte terá prazo de 30 (trinta dias) para impugnação de quaisquer dos elementos referidos nos incisos anteriores, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sendo que a impugnação será dirigida ao diretor de tributos para decisão.

§ 2º. A impugnação será julgada pelo diretor de tributos, com possibilidade de recurso da decisão, no prazo de 15 dias, a contar da ciência da decisão, ao conselho formado pelos Secretários de Administração, Finanças e Obras.

§ 3º. A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere o inciso I, pelos imóveis situados na área direta ou indiretamente beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§ 4º. A avaliação anterior ao início das obras e a posterior referente a valorização, será realizada por comissão composta por 3 (três) representantes do Poder Executivo, indicados e nomeados pelo Prefeito, e um representante das corretoras imobiliárias estabelecidas no município a ser, preferencialmente, indicado pelo CRECI.

Art. 157. Os levantamentos e constatações referentes as áreas e imóveis beneficiados são de responsabilidade da Secretaria de Finanças, sendo que os dados necessários a elaboração do edital previsto no artigo 156, deverão ser enviados ao setor de tributação do município, que providenciará o ato.

Seção II – Da Incidência, Da não Incidência e Das Isenções

Art. 158. Será devida a Contribuição de Melhoria no caso de valorização do imóvel em virtude de quaisquer das seguintes obras públicas:

I - abertura, construção, alargamento, pavimentação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de ruas, parques, praças, campos de esportes, vias públicas, logradouros públicos e estradas de rodagem;

II - construção de pontes, túneis e viadutos;
III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V - proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas, e de saneamento de drenagem em geral, desobstrução de barras, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI - nivelamento, retificação, impermeabilização ou iluminação de vias pública e logradouros públicos;

VII - construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII - aterros, canalização e obras de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Art. 159. Não incidirá a Contribuição de Melhoria sobre os imóveis de propriedade da administração direta, indireta ou fundacional do Município.

Parágrafo Único. Em relação a imóveis do Estado e da União, não incidirá a Contribuição de Melhoria desde que igual tratamento seja dispensado ao município pelos referidos entes públicos.

Seção III – Do Sujeito Passivo

Art. 160. O contribuinte do tributo é o proprietário, o titular do domínio útil, o possuidor a qualquer título, de imóvel por natureza ou acessão física, valorizado, localizado na zona de influência da obra pública, ao tempo do lançamento.

§ 1º. A responsabilidade pelo pagamento do tributo transmite-se aos adquirentes do imóvel ou aos sucessores a qualquer título.

§ 2º. Responderá pelo pagamento o incorporador ou o organizador de loteamento não edificado ou em fase de venda, ainda que parcialmente edificado, que vier a ser valorizado em razão da execução de obra pública.

§ 3º. Os bens indivisos são considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.

§ 4º. No caso de enfiteuse, responde pela contribuição de melhoria o enfiteuta.

Seção IV – Da Base de Cálculo

Art. 161. A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, avaliações, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamentos ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento.

Parágrafo Único. Serão incluídos nos orçamentos de custos das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 162. O cálculo do valor da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, conforme o caso, e levará em conta a situação do imóvel, percentual de valorização, respeitado o limite individual de valorização de cada unidade.

Parágrafo Único. A determinação do valor individual será estabelecido diante da comprovação da efetiva valorização imobiliária ocorrida, tendo



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

por base o valor de mercado antes e depois da realização da obra pública.

Seção V – Do Lançamento

Art. 163. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, conforme previsto no artigo 153.

Art. 164. O sujeito passivo será notificado pessoalmente ou pela via postal, do lançamento da Contribuição de Melhoria, sendo sua obrigação manter o Cadastro Imobiliário atualizado.

§ 1º. Não sendo encontrado o sujeito passivo no endereço constante de seu cadastro ou recusada a notificação, será o mesmo notificado por edital;

§ 2º. Dentre as demais informações, constará da notificação o valor da valorização do imóvel em decorrência da obra pública e o valor da Contribuição correspondente.

Art. 165. Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar à autoridade lançadora, por escrito e no prazo de 15 (quinze) dias, pedido de revisão, fundamentado em:

I - erro na localização ou

na área territorial do

imóvel;

II -

cálc

ulo

dos

índi

ces

atrib

uído

s;

III - valor da Contribuição de Melhoria;

IV - valor da valorização do imóvel.

§ 1º. O pedido de revisão suspende a exigibilidade do crédito tributário.

§ 2º. Da decisão da autoridade lançadora caberá recurso ao Secretário de Finanças.

Art. 166. Julgada procedente a reclamação, será revisto o lançamento e concedido ao contribuinte prazo de 15 (quinze) dias para pagamento dos débitos vencidos ou da diferença apurada, sem acréscimo.

Parágrafo Único. No caso de indeferimento o contribuinte responderá pelo pagamento do principal, acrescido de juros de mora e atualização monetária pelos índices oficiais, sem prejuízo de outras cominações eventualmente cabíveis.

Seção VI – Da Cobrança

Art. 167. A Contribuição de Melhoria poderá ser arrecadada em até 36 (trinta e seis parcelas) mensais, considerando o valor mínimo de cada parcela em valor equivalente a 1,5 (um virgula cinco) URFM's, vencendo juros de mora e atualização monetária sobre o saldo devedor, com base na legislação federal vigente.

Parágrafo Único. Será concedido desconto de 10% (dez por cento) ao contribuinte que quitar integralmente em parcela única, a Contribuição de



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Melhoria devida, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do lançamento.

Art. 168. A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, nos prazos regulamentares, implicará na cobrança de juros e atualização monetária, a serem calculados pela legislação federal vigente, além de multa no percentual de 15% sobre o valor do débito.

Art. 169. Não será admitido o pagamento de qualquer prestação sem que estejam quitadas as anteriores.

Art. 170. O não pagamento de três parcelas, consecutivas ou alternadas, importará no vencimento antecipado de todo o débito, e sujeitará a inscrição do débito em dívida ativa, podendo ser promovido o protesto cartorário da dívida e o ajuizamento de execução fiscal, sem prejuízo das demais providências legalmente previstas.

§ 1º. A dívida poderá ser reparcelada, nas mesmas condições previstas no artigo 99, mediante o pagamento antecipado de 20% (vinte por cento) do total do saldo devedor.

§ 2º. Ocorrendo nova inadimplência, o pedido de parcelamento somente poderá ser concedido mediante o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor do tributo.

Art. 171. Das certidões referentes à situação fiscal de imóveis constarão os débitos eventualmente existentes relativos à Contribuição de Melhoria.

**TÍTULO V – DA CONTRIBUIÇÃO
PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE
ILUMINAÇÃO PÚBLICA–COSIP**

Seção I – Do fato gerador e do contribuinte

Art. 172. Fica instituída para fins do custeio do serviço de iluminação pública a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP.

Art. 173. Considera-se serviço de iluminação pública aquele destinado a iluminar vias, praças, passarelas, jardins, abrigos de usuários de transporte coletivo e logradouros, bem como quaisquer outros bens públicos de uso comum e livre acesso, inclusive a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas, assim como de atividades acessórias de instalação, manutenção, melhoramento, prevenção, expansão, atualização tecnológica, inclusive previsão de investimento na rede de iluminação pública, de capacitação de servidores públicos em cursos e eventos específicos de iluminação pública e serviços correlatos.

Art. 174. Os contribuintes da COSIP são todos os proprietários, titulares do domínio ou possuidores, a qualquer título, da unidade imobiliária na área urbana, edificada ou não, independentemente do imóvel ser diretamente servido pela iluminação pública.

Parágrafo único. Os proprietários, titulares do domínio ou possuidores, a qualquer título, dos imóveis localizados na área rural, serão contribuintes somente quando houver o serviço de iluminação pública na região do imóvel.

Seção II – Da base de cálculo



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Art. 175. A base de cálculo da contribuição corresponde ao custeio anual dos serviços de que tratam os artigos anteriores, que será rateado entre os imóveis sujeitos à sua incidência, na seguinte conformidade:

I - Imóveis com valor venal igual ou inferior ao valor de R\$ 50.000,00 – 0,2 URFM;

II - Imóveis com valor venal superior a R\$ 50.000,00 e igual ou inferior ao valor R\$ 100.000,00 – 0,4 URFM;

III - Imóveis com valor venal superior a valor R\$ 100.000,00 e igual ou inferior ao valor R\$ 200.000,00 – 0,6 URFM;

IV – Imóveis com valor venal superior a R\$ 200.000,00 e igual ou inferior ao valor R\$ 400.000,00 – 0,8 URFM;

V – Imóveis com valor venal superior ao valor R\$ 400.000,00 – 1 URFM;

Parágrafo único. O valor da contribuição será reajustado anualmente pelo mesmo índice utilizado para o reajuste da tarifa de energia elétrica.

Seção III – Do lançamento e da arrecadação

Art. 176. Para os imóveis não edificados e sem ligação de energia elétrica ao sistema de fornecimento de energia, a contribuição será lançada juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano.

Art. 177. Para os imóveis que possuam ligação de energia elétrica ao sistema de fornecimento de energia, a contribuição será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

§ 1º. Fica atribuída responsabilidade tributária à empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, para arrecadação da COSIP junto a seus consumidores que deverá ser lançada para pagamento juntamente na fatura mensal de energia elétrica, sendo o valor integral do tributo depositado na conta do Tesouro Municipal especialmente designada para tal fim, nos termos abaixo.

§ 2º. A concessionária deverá manter cadastro atualizado dos contribuintes que deixarem de efetuar o recolhimento da contribuição, fornecendo os dados constantes naquele para a autoridade administrativa competente pela administração da contribuição.

§ 3º. O montante transferido ao município será destinado a uma Conta Especial, vinculada exclusivamente ao serviço de iluminação pública.

Seção IV – Das penalidades

Art. 178. A falta de repasse ou o repasse a menor da Contribuição pelo responsável tributário e a falta de pagamento da mesma pelos contribuintes, quando lançada juntamente ao IPTU, nos prazos previstos, e desde que não iniciado o procedimento fiscal, incidirá juros e correção monetária pela legislação federal vigente, além de multa.

Parágrafo único. Os acréscimos a que se refere o caput deste artigo serão calculados a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o repasse da Contribuição até o dia em que ocorrer o efetivo repasse ou pagamento.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

CAPÍTULO – DAS PENALIDADES

Art. 179. Constitui infração a inobservância de qualquer preceito constante na legislação tributária, ficando o infrator sujeito às penalidades indicadas neste artigo, sem prejuízo de outras penalidades e medidas previstas na legislação.

Parágrafo Único. São as seguintes infrações à legislação tributária, com as penalidades correspondentes:

- I – embaraçar a ação fiscal: multa de 30 URFM's;
- II – não atender intimação efetuada pela autoridade fiscal: multa de 30 URFM's;
- III – sonegar dados ou destruir documento necessário à apuração do preço dos serviços ou à fixação de estimativa: multa de 100 URFM's;
- IV – emitir notas fiscais com numeração e seriação em duplicidade: multa de 30 URFM's;
- V – consignar em documento fiscal importância inferior à receita efetivamente auferida: multa no valor de 100% do valor do imposto devido;
- VI – Fraudar sistemas de controle e informação utilizados para emissão de documentos fiscais: multa de 100 URFM's;
- VII – aceitar ou receber documentos não fiscais de prestadores de serviços, quando da contratação dos mesmos: multa de 50 URFM's;
- VIII - não possuir os livros e demais documentos fiscais, ainda que eletrônicos

previstos na legislação tributária: multa de 15 URFM's;

IX – omitir informações, ou prestar informações errôneas, com finalidade de reduzir o valor do imposto a ser recolhido: multa de 100 URFM's;

X – não manter arquivado, pelo prazo de cinco anos, contados do primeiro dia útil do exercício seguinte àquele a que se referem, os livros, declarações e documentos, fiscais e contábeis, ainda que eletrônicos: multa de 30 URFM's;

LIVRO II – DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DOS PROCEDIMENTOS TRIBUTÁRIOS

TÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 180. Os procedimentos administrativos tributários serão regidos pelas disposições deste capítulo.

Seção I
– Da
fiscaliza
ção

Art. 181. Compete à unidade administrativa de acordo com a competência estabelecida na estrutura administrativa a fiscalização do cumprimento da legislação tributária.

Seção II
– Da
dívida
ativa.



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Art. 182. Constitui dívida ativa tributária o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais, multas, juros e atualização monetária, e Dívida Ativa não Tributária os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais, seus respectivos adicionais, multas, juros e atualização monetária, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Art. 183. A dívida ativa deverá ser inscrita contendo as informações dos incisos do parágrafo 5º, artigo 2º da Lei 6.830 de 22 de setembro de 1980 e do artigo 202 da Lei Federal no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), ou outras que venham a lhes substituir.

Art. 184. A certidão da dívida ativa conterá além dos mesmos elementos do termo de inscrição, a identificação com número único e sequencial.

§1º. As dívidas relativas ao mesmo devedor poderão ser englobadas na mesma certidão.

§2º. O termo de inscrição e a certidão de dívida ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 185. A cobrança da dívida do município poderá ser procedida por via:

I – administrativa – quando processada pelos órgãos administrativos competentes, a qualquer tempo.

II – de protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa do município, das suas autarquias e fundações, conforme previsão da Lei Federal nº 9.492/97;

III – de registro das Certidões de Dívida Ativa do município, das suas autarquias e fundações nos órgãos de proteção ao crédito.

IV – judicial – quando processada pelos órgãos judiciários.

Parágrafo único. Poderá ser adotada duas ou mais formas de cobrança cumulativamente.

Art. 186. Os débitos inscritos em dívida ativa poderão ser pagos de forma parcelada obedecendo o disposto nesta lei.

§ 1º. O número de prestações não excederá a trinta e seis (36) e a 1ª parcela vencerá até 10 (dez) dias após a concessão do parcelamento e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, com atualização mensal pela legislação federal vigente.

§ 2º. O valor mínimo de cada parcela será equivalente a:

I - 1 (uma) URFM, em se tratando de contribuinte pessoa física;

II - 2 (duas) URFM's, em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.

§ 3º. o não pagamento de 03 (três) prestações consecutivas ou alternadas, implicará no cancelamento automático do parcelamento,



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

independentemente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se, de imediato, a cobrança executiva do saldo devedor, devidamente atualizado.

§ 4º. Os débitos em cobrança judicial também poderão ser pagos de forma parcelada, na forma desta lei, suspendendo-se a execução até a liquidação integral dos valores ajuizados.

§ 5º. Eventual penhora, ordem ou bloqueio de ativos financeiros realizados em processo judicial, anteriores ao pedido de parcelamento, permanecerão garantindo o débito, até a liquidação da dívida.

§ 6º. A critério da administração, e com a concordância do contribuinte, eventuais valores oriundos de bloqueio ou penhora judicial, poderão ser utilizados para pagamento ou abatimento da dívida.

§ 7º. Sobre os valores de parcelamento decorrente de débitos em cobrança judicial ou extrajudicial serão exigidos honorários advocatícios conforme regulamentado em decreto.

§ 8º. Para contribuintes de baixa renda, assim considerados e reconhecidos mediante prévio estudo social à cargo da assistência social, o Executivo poderá fixar o número de parcelas além das estabelecidas neste artigo, sendo que o comprometimento do beneficiário não excederá a 20% (vinte por cento) de sua renda.

Art. 187. Também poderá o contribuinte pedir o reparcelamento, nas seguintes condições:

§ 1º. Se for o primeiro pedido de reparcelamento deverá pagar em quota única 20% do valor da dívida, parcelando o restante em até 24 (vinte e quatro) vezes;

§ 2º. Considera-se reparcelamento, para fins do disposto neste artigo, o novo pedido que contenha dívidas já parceladas, ainda que em conjunto com débitos que não foram objeto de parcelamento anterior.

Art. 188. Uma vez parcelado o débito, poderá ser fornecida certidão individualizada positiva com efeito de negativa em caso de débitos sobre imóvel que se pretende transferir, ficando de toda forma, o adquirente devedor solidário com o vendedor originário da dívida incidente sobre o imóvel, transacionado.

Art. 189. O termo de parcelamento importa em confissão irretroatável do débito, e somente poderá ser firmado pelo próprio devedor, ou por terceiro, com procuração outorgada para esse fim.

Parágrafo único. Para o caso do sujeito passivo ser falecido o termo poderá ser firmado pelo inventariante, ou na ausência deste, por qualquer herdeiro, desde que autorizado pelos demais, se houver.

Art. 190. Salvo nos casos de anistia e de remissão, ou autorização legislativa específica, é vedada a concessão de desconto, abatimento ou perdão de qualquer parcela da dívida ativa, ainda que não se tenha realizada a inscrição.

Seção III – Da certidão negativa

Art. 191. A prova da quitação do tributo será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade exigidas pelo fisco, na forma do regulamento.

Art. 192. Somente será fornecida certidão de que trata esta seção, após a baixa automática do arquivo bancário da dívida no sistema, não sendo aceita a apresentação de comprovante de quitação ainda que autenticado pela instituição financeira.

Art. 193. A certidão negativa poderá ser expedida através de consulta eletrônica pelo interessado,



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

junto ao sítio eletrônico oficial do município, ou ainda, mediante requerimento, quando será fornecida em até 10 dias úteis a contar da data da entrada do requerimento na repartição e terá validade de 60 (sessenta) dias contados da data de expedição.

Art. 194. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão positiva com efeito de negativa de que conste a existência de créditos não vencidos ou em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora e/ou arresto, ou cuja exigibilidade esteja suspensa, ou ainda, sob parcelamento ativo e adimplente.

§1º - Havendo débito em aberto, em nome do contribuinte, o pedido de certidão será indeferida e o pedido arquivado.

§2º - A certidão positiva com efeito negativo terá validade de 30 (trinta) dias contados da data de expedição.

Art. 195. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza solidária e pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo pagamento do crédito tributário e juros de mora acrescidos, sem prejuízo de apuração de infração disciplinar.

Art. 196. Sem prova, por Certidão negativa, positiva com efeito de negativa, ou por declaração de isenção ou de reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou a qualquer outro ônus relativos ao imóvel, até o ano da operação, inclusive os escriturais, tabeliães, oficiais de registro, não podem lavrar, inscrever, transcrever, ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos a imóveis.

Parágrafo único - A certidão será obrigatoriamente referida nos atos e contratos de que trata este artigo.

Art. 197. A expedição da Certidão Negativa não impede a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado, ou que venha a ser identificado após a sua emissão.

Art. 198. O Departamento de Tributos fornecerá certidão negativa de débito individualizada para fins de transferência de propriedade imobiliária específica, desde que sobre a mesma não restem quaisquer débitos tributários.

Art. 199. A Certidão Negativa será eficaz, dentro de seu prazo de validade e para o fim a que se destina, perante qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta ou Indireta.

TÍTULO II – DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I – Dos prazos

Art. 200. Na contagem dos prazos estabelecidos por esta lei, quando em dias, computar-se-ão somente os dias úteis.

§ 1º. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados a partir do primeiro dia útil após a notificação, intimação ou qualquer outro ato de cientificação.

§ 2º. Quando o ato realizar-se pelo correio, o prazo começa a correr a partir do primeiro dia útil após a data de juntada aos autos do aviso de recebimento.

§ 3º. No caso de notificação eletrônica, esta se considera efetuada, cinco dias após o envio.

Art. 201. Suspense-se o curso dos prazos, nos dias declarados como de ponto facultativo e férias coletivas.

Art. 202. Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

Art. 203. A autoridade competente, atendendo a circunstâncias especiais, poderá, em despacho fundamentado, prorrogar pelo tempo necessário o prazo para realização de determinado ato.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Art. 204. Aplicam-se subsidiariamente, quanto aos prazos, as regras do Código de Processo Civil.

S

Seção II – Da ciência dos atos

e decisões

Art. 205. A ciência dos atos e

decisões far-se-á:

I – pessoalmente ou a representante, mandatário ou preposto, mediante recibo datado e assinado, ou com menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura;

II – por carta registrada com aviso de recebimento (ar), datado e firmado pelo destinatário ou alguém do seu domicílio ou ainda por e-mail no caso de protocolo/domicílio eletrônico, desde que com confirmação de recebimento;

III – por edital, integral ou resumido.

§1º. Quando o edital for de forma resumida, deverá conter todos os dados necessários à plena ciência do intimado.

§2º. Quando, em um mesmo processo, forem interessados mais de um sujeito passivo, em relação a cada um deles serão atendidos os requisitos fixados nesta seção para as notificações.

§3º. Poderá ser utilizado para publicação por edital o Diário Oficial dos Municípios.

Art. 206. A Notificação presume-se feita:

I – quando pessoal, na data do recebimento;

II – quando por carta, na data da juntada ou recebimento do Aviso de Recebimento

(AR), devidamente cumprido;

III – quando por edital, 30 (trinta) dias após a data da afixação ou publicação;

IV – quando enviada via domicílio eletrônico, 05 (cinco) dias após a sua transmissão.

Art. 207. Os despachos interlocutórios que não afetem a defesa do sujeito passivo independem de intimação.

Seção III – Da notificação de lançamento

Art. 208. A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterà, obrigatoriamente:

I – a identificação do notificado;

II – o valor do crédito tributário, sua natureza e o prazo para recolhimento e impugnação;

III – a disposição legal infringida se for o caso, e o valor da penalidade;

IV – a identificação do servidor responsável e a indicação do seu cargo ou função.

Parágrafo Único. A notificação do lançamento será feita na forma do disposto no artigo 208 deste Código, podendo ainda se realizar através de publicação de Edital com convocação geral, com ampla divulgação, inclusive em jornal de circulação local, quando tratar de lançamento de tributo de responsabilidade, ainda que individualizado, à uma coletividade de contribuintes.

CAPÍTULO II – DO
PROCEDIMENTO FISCAL



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Art. 209. Mediante notificação escrita, qualquer pessoa relacionada aos fatos tributários estará obrigada a prestar, à autoridade tributária, no prazo de 15 (quinze dias), todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades seus ou de terceiros que interessem ao procedimento fiscal.

Art. 210. O procedimento fiscal terá início com:

I – a lavratura de termo de início de fiscalização;

II – a lavratura de termo de

apreensão de bens, livros ou

documentos fiscais; III – a

lavratura de Auto de Infração;

IV – qualquer ato da Administração que caracterize o início da apuração do créditos tributário;

V – a impugnação, pelo contribuinte, do lançamento ou ato administrativo dele decorrente.

Parágrafo único. O início do procedimento exclui a espontaneidade do contribuinte em relação a atos anteriores e, independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

Seção I – Do termo de início de fiscalização

Art. 211. A autoridade que presidir ou proceder a exames e diligências lavrará, sob assinatura, termo circunstanciado do que apurar, consignando a data de início e final, o período fiscalizado, os livros e documentos examinados e o que mais possa interessar.

§1º. A assinatura do contribuinte não constitui formalidade essencial à validade do termo de fiscalização, não implica confissão, nem a sua falta ou recusa agravará a pena.

§2º. Iniciada a fiscalização, o agente fazendário terá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para concluí-la, salvo quando houver abertura de diligência devidamente fundamentada ou justo motivo de prorrogação, autorizado pela autoridade superior.

Seção II – Da apreensão de bens, livros e documentos fiscais

Art. 212. Poderão ser apreendidos os bens móveis, inclusive mercadorias, equipamentos eletrônicos, livros, escritos fiscais ou não, além de outros documentos em poder do contribuinte, do responsável ou de terceiros, que constituam prova material de infração estabelecida na legislação tributária.

Art. 213. Da apreensão lavrar-se-á termo circunstanciado, contendo a descrição dos bens, mercadorias, equipamentos eletrônicos, livros ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados e do nome do depositário, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

Art. 214. Os livros ou documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, mediante recibo, ficando no processo cópia de inteiro teor da parte que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Parágrafo único. Os bens apreendidos serão restituídos, a requerimento, mediante depósito das



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, e passado recibo, ficando retidos, no entanto, até decisão final, aqueles necessários à prova.

Art. 215. Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, ficará sujeito ao perdimento dos bens, os quais inclusive poderão ser levados a leilão.

§ 1º. Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a declaração de perdimento, bem como o leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º. Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo, à multa e acréscimos devidos, será o autuado notificado para receber o excedente.

Sessão III – Do auto de infração

Art. 216. Verificada a violação a dispositivo da legislação tributária, por ação ou omissão, ainda que não importe em evasão fiscal, lavrar-se-á o respectivo Auto de Infração.

Art. 217. O Auto de Infração será lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, e deverá conter todos os elementos indispensáveis à perfeita identificação do contribuinte, com a discriminação clara e precisa da infração cometida e a indicação dos dispositivos infringidos, fornecendo-se cópia do mesmo ao infrator, que valerá como notificação.

Parágrafo único. A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do termo de fiscalização, não implica confissão, nem a sua falta ou recusa agravará a pena.

Art. 218. Da lavratura do Auto de Infração intimar-se-á o autuado, na forma do artigo 115, sempre que não for possível a notificação na forma prevista no artigo 128, para todos os atos tendentes à regularização da situação fiscal que deverá ser efetivada no prazo de 30 (trinta) dias, se não previsto prazo diverso por esta lei.

Art. 219. As omissões ou irregularidades porventura existentes no Auto de Infração não importarão em nulidade do processo, desde que dele constem elementos suficientes para determinar, com segurança, a infração e o infrator, e que as falhas não constituam vício insanável.

Art. 220. Se o autuado reconhecer a procedência do Auto de Infração, efetuando o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da autuação, o valor da multa correspondente, será reduzido em 50% (cinquenta por cento).

Art. 221. Considera-se reincidência a nova infração, violando a mesma regra tributária, cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data em que se tornar definitiva a penalidade relativa à infração anterior.

Parágrafo único. A reincidência será sempre punida com multa em dobro e a cada reincidência subsequente aplicar-se-á multa correspondente à reincidência anterior, acrescida de 20% (vinte por cento) sobre seu valor.

CAPÍTULO V – DA CONSULTA

Art. 222. Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária municipal, desde



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

que protocolada antes do início da ação fiscal e com obediência às normas adiante estabelecidas.

Art. 223. A consulta será formulada através de petição dirigida ao responsável pela unidade administrativa, com a apresentação clara e precisa de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato e com a indicação dos dispositivos legais aplicados, instruída, se necessário, com os documentos.

Parágrafo único. O consulente deverá elucidar se a consulta versa sobre hipótese em relação à qual ocorreu o fato gerador da obrigação tributária e, em caso positivo, a sua data.

Art. 224. Nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o contribuinte responsável relativamente à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta, até o 20º (vigésimo) dia subsequente à data da ciência da resposta.

Art. 225. Poderá ser solicitada a emissão de parecer e a realização de diligências, para subsidiar a resposta a consulta.

Art. 226. Não produzirá efeito a consulta formulada:

I – em desacordo com o artigo 223;

II – por quem estiver sob procedimento fiscal instaurado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;

III – formulada por quem tiver sido intimado a cumprir obrigação relativa a matéria objeto da consulta;

IV – quando a matéria consultada já tiver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o autor da

consulta;

V – quando a matéria estiver disciplinada, de forma clara e precisa, em ato normativo e/ou resolução publicados antes do ingresso do pedido;

VI – quando a matéria estiver definida, de forma clara e precisa, em disposição literal da lei tributária.

VII – quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à solução, salvo se a inexistência ou omissão for escusável pela autoridade julgadora.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, a consulta será declarada ineficaz e será determinado o arquivamento.

Art. 227. Quando a resposta à consulta for ao sentido da exigibilidade de obrigação, cujo fato gerador já tiver ocorrido, a autoridade julgadora, ao intimar o consulente para ciência da decisão, determinará o cumprimento da mesma no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 228. O consulente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração de eventual crédito tributário, efetuando seu pagamento ou depósito obstativo, cujas importâncias serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação ao interessado.

Art. 229. Não cabe pedido de reconsideração ou recurso de decisão proferida em processo de consulta.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Art. 230. A solução dada à consulta terá efeito normativo quando adotada em circular expedida pela autoridade fiscal competente.

CAPÍT
ULO
VI –
DO
PROCE
SSO
ADMI
NISTR
ATIVO
TRIBU
TÁRIO

Seção I – Das normas gerais

Art. 231. Ao processo administrativo tributário aplicam-se subsidiariamente as disposições do processo administrativo comum.

Art. 232. Fica assegurada ao contribuinte, responsável, autuado ou interessado, a plena garantia de defesa e prova.

Art. 233. O julgamento dos atos e defesas compete:
I – em primeira instância, ao responsável pela unidade administrativa competente;

II – em segunda instância, ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;

Parágrafo único. A formação do Conselho deverá ser regulamentada por decreto.

Art. 234. A interposição de impugnação, defesa ou recurso independe de garantia de instância.

Art. 235. Não será admitido pedido de reconsideração de qualquer decisão proferida pelo Conselho.

Art. 236. É facultado ao contribuinte, responsável, autuado ou interessado, durante a fluência dos prazos, ter vista dos processos em que for parte, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 237. Poderão ser restituídos os documentos apresentados pela parte, mediante recibo, desde que não prejudiquem a decisão, exigindo-se a sua substituição por cópias autenticadas.

Art. 238. Quando, no decorrer da ação fiscal, forem apurados novos fatos, envolvendo a parte ou outras pessoas, ser-lhes-á marcado igual prazo para apresentação de defesa, no mesmo processo.

Seção II – Da impugnação

Art. 239. A impugnação de exigência final instaura a fase contraditória. Parágrafo único. A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança.

Art. 240. O contribuinte, o responsável e o infrator poderão impugnar qualquer exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação do lançamento ou da intimação, mediante defesa escrita e juntando-se os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

Parágrafo único. O impugnante poderá fazer-se representar por procurador legalmente constituído.

Art. 241. A impugnação será dirigida ao responsável pela unidade administrativa competente e deverá conter:

I – a identificação do interessado, o número do contribuinte no Cadastro Fiscal respectivo, se houver, e o endereço para receber a intimação, inclusive endereço e/ou domicílio eletrônico;



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

II – a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta o pedido;

III – as provas do alegado e a indicação das diligências que pretenda sejam efetuadas com os motivos que a justifiquem;

IV – o pedido formulado de modo claro e preciso.

Parágrafo único. O servidor que receber a impugnação dará recibo ao apresentante.

Art. 242. Juntada a impugnação ao processo, ou formado este, se não houver, o mesmo será encaminhado ao autor do ato impugnado, que apresentará réplica às razões da impugnação, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

Art. 243. Recebido o processo com a réplica, a autoridade julgadora determinará de ofício a realização das diligências que entender necessárias, e indeferirá as prescindíveis.

Parágrafo único. Se na diligência forem apurados fatos de que resulte crédito tributário maior do que o impugnado, será reaberto o prazo para nova impugnação, devendo, do fato, ser dada ciência ao interessado.

Art. 244. Completada a instrução do processo, o mesmo será encaminhado à autoridade julgadora.

Art. 245. Recebido o processo pela autoridade julgadora, esta decidirá sobre a procedência ou improcedência da impugnação por escrito, com redação clara e precisa.

§1º. A autoridade julgadora não ficará adstrita às alegações da impugnação e da réplica, devendo decidir de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

§2º. No caso de a autoridade julgadora entender necessário, poderá converter o julgamento em diligência, determinando as novas provas a serem produzidas e o prazo para sua produção.

Art. 246. O impugnante poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuando o seu pagamento ou o seu depósito obstativo, cujas importâncias, se indevidas, serão restituídas.

Parágrafo único. Sendo devido o crédito tributário, a importância depositada será automaticamente convertida em receita.

Art. 247. A autoridade julgadora recorrerá de ofício, no próprio despacho, sempre que a decisão exonerar o contribuinte ou o responsável do pagamento de tributo e multa, cujos valores originários somados sejam superiores à importância correspondente à 10 URFM's, à época da decisão.

Seção III – Dos recursos

Art. 248. Da decisão em 1.ª instância administrativa caberá recurso, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação.

§ 1º. A decisão do Conselho, transitada em julgado, será final e definitiva, encerrando a instância administrativa.

§ 2º. Da decisão do Conselho, quando não houver unanimidade de votos, havendo fundamentos em provas novas, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (trinta) dias.

§ 3º. Considera-se também definitiva a decisão, mesmo que de 1.ª instância administrativa, quando



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

o interessado não tenha apresentado recurso voluntário.

Art. 249. O Conselho poderá converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas ou do que julgar cabível para formar sua convicção.

Art. 250. A impugnação e os recursos apresentados tempestivamente terão efeito suspensivo da cobrança.

Seção IV – Da execução das decisões

Art. 251. São definitivas:

I – as decisões finais de primeira instância não sujeitas ao recurso de ofício, e quando esgotado o prazo para recurso voluntário, sem que este tenha sido interposto;

II – as decisões finais de segunda instância.

Parágrafo único. Tornar-se-á definitiva, desde logo, a parte da decisão que não tenha sido objeto de recurso, nos casos de recurso voluntário parcial.

Art. 252. Transitada em julgado a decisão desfavorável ao contribuinte, o processo será remetido ao setor competente, para a adoção das seguintes providências, quando cabíveis:

I – intimação do contribuinte, do responsável, do autuado ou do interessado, para que recolha os tributos e multas devidas, com os seus acréscimos, no prazo de 10 (dez) dias, em não havendo outro prazo específico;

II – conversão automática em receita das

importâncias eventualmente depositadas em dinheiro;

III – remessa para inscrição e cobrança da dívida;

IV – liberação dos bens, mercadorias, livros ou documentos, apreendidos ou depositados.

Art. 253. Se a decisão for favorável ao contribuinte, o processo será remetido ao setor competente para cancelamento do lançamento, quando aplicável, a restituição, se for o caso, dos valores relativos a tributos, penalidades e acréscimos porventura pagos, bem como a liberação das importâncias depositadas, se houverem, bem como para as demais providências cabíveis.

Art. 254. Os processos somente poderão ser arquivados após a prolação do respectivo despacho decisório, com trânsito em julgado.

Seção V – Da restituição, compensação, transação, dação em pagamento e remissão

Art. 255. O contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:

I – Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido, ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - Erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

condenatória.

Art. 256. O pedido de restituição será instruído com os documentos originais que comprovem a ilegalidade ou irregularidade do pagamento;

§ 1º. A transferência do respectivo crédito a ser restituído somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

§ 2º. Os valores da restituição, a que alude o caput deste artigo serão atualizados monetariamente, pelo mesmo índice aplicável aos créditos do município, a partir da data do efetivo recolhimento;

§ 3º. O município tem o prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da decisão que lhe concede, para efetivar a restituição.

Art. 257. Observado o disposto nesta Lei e no artigo 170, da Lei Federal no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), o Poder Executivo Municipal poderá efetuar a compensação parcial ou total de créditos tributários líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo da obrigação tributária para com o município.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo não se aplica a tributos objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

§ 2º. Estando o débito vencido, o crédito do sujeito passivo será atualizado monetariamente, pelo mesmo índice aplicável aos créditos do município.

§ 3º. A compensação deverá ser efetuada sempre que o sujeito passivo detentor do crédito estiver com débitos vencidos junto ao município, não

contemplando qualquer antecipação das suas obrigações.

Art. 258. É competente para autorizar a restituição e compensação o Secretário da Fazenda, ou quem estiver no exercício de atribuições equivalentes, mediante despacho fundamentado.

Art. 259. É facultado ainda ao Poder Executivo, nos termos do artigo 171, da Lei Federal no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), celebrar transação, com sujeito passivo de obrigação tributária, que através de concessões mútuas, objetivar a terminação de litígio no âmbito judicial e consequente extinção do crédito tributário.

Parágrafo único. A celebração de transação dependerá de:

I – abertura de processo específico, a partir de solicitação de qualquer das partes;

II – justificativa fundamentada do interesse

da administração no fim da lide;

III – justificativa das concessões, as quais não poderão atingir o principal do crédito tributário;

IV – avaliação financeira do acordo, efetuada por comissão especialmente designada para esse fim;

V – parecer específico, do ponto de vista legal, do órgão jurídico do município;

VI – autorização expressa, em processo, setor jurídico do município até o limite estabelecido em lei.

Art. 260. O crédito tributário, inscrito ou não em Dívida Ativa, desde que apurado com todos os



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

acréscimos previstos em lei, poderá ser solvido, quando do interesse da Administração Municipal, por dação em pagamento, mediante o fornecimento de bens imóveis.

Parágrafo único. Para efetivação da dação em pagamento observar-se-á:

I – que os bens fornecidos sejam de interesse útil para a Administração Municipal;

II – que os bens sejam avaliados conforme regulamento, e que estejam livres e desembaraçados de quaisquer ônus, salvo se o gravame corresponder ao débito para o qual se pretende quitar com a dação;

III – A dação abranja a totalidade do crédito, ou créditos que se pretende liquidar, com atualização, juros, multa e demais encargos legais, sem desconto de qualquer natureza, assegurando-se ao devedor, a possibilidade de complementação em dinheiro, em eventual diferença entre os valores da totalidade da dívida e o valor dos bens ofertados em dação;

IV – caso o crédito que se pretenda extinguir seja objeto de discussão judicial, a dação em pagamento somente produza efeitos após a desistência da referida ação pelo devedor ou corresponsável, e a renúncia do direito sob o qual se funda a ação, devendo o devedor ou corresponsável, arcar com o pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios.

V – autorização expressa em lei.

Art. 261. As propostas de compensação e de dação em pagamento não geram suspensão do crédito

tributário e implicam na confissão irretroatável da dívida, com renúncia ao direito de impugnar ou recorrer quanto a sua cobrança.

TÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 262. Para todos os efeitos deste Código e das demais leis municipais, fica eleito como índice de atualização monetária da URFIM (Unidade de Referência Fiscal do Município de Pitimbu), dos tributos, multas, preços públicos e demais obrigações pecuniária, o índice legalmente estipulado na legislação federal correlata.

Art. 263. Os créditos tributários e não tributários vencidos, inscritos em dívida ativa ou não, terão incidência de juros de mora calculados pela legislação federal correlata, além de multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia limitado ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Art. 264. Os recebíveis do fisco municipal, cujo vencimento se der em finais de semana e feriados, terão seu vencimento automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 265. Quando lei e/ou decreto estabelecer pagamento parcelado de quaisquer créditos tributários e não tributários vencidos, inscritos em dívida ativa ou não, nenhuma prestação poderá ser inferior a 1,0 (uma) URFM para pessoa física e 2 (duas) URFM para pessoa jurídica.

Art. 266. Sempre que sejam omissos ou não mereçam fé os esclarecimentos e as declarações prestadas, os documentos emitidos e os recolhimentos efetuados pelo contribuinte ou por terceiro obrigado, o órgão municipal competente arbitraré devidamente fundamentado e disciplinado



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

em processo regular, a contribuição, o imposto e/ou taxa devidos.

Parágrafo único. O órgão competente estará dispensado da abertura de processo regular, quando se tratar de arbitramento do ITBI.

Art. 267. A concessão de qualquer benefício fiscal não gera o direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiário.

Art. 268. Fica instituída a URFIM (Unidade de Referência Fiscal do Município de Pitimbu), no valor de R\$ 50,00(cinquenta reais) atualizada anualmente por meio da IPCA (Índices de Preços do Consumidor Amplo) ou outro que venha a substituí-lo.

269. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

270 . Revogam-se as disposições em contrário e em especial a Lei Complementar 412/2014.

271. Revoga-se expressamente a lei nº 86 de 28 de março de 1978 e todos os seus efeitos.

Parágrafo único. Para os loteamentos já beneficiados com isenção, ficam mantidos os benefícios fiscais até 31/12/2023, desde que não haja efetiva promessa de compra e venda.

Registre-se e publique-se.

Pitimbu-PB, 31 de dezembro de 2021.

ADELMA CRISTOVAM DOS PASSOS
Prefeita Constitucional

ANEXOS - TABELAS

ANEXO 1 - TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO TLF

AS TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - TLF		
Item	Atividade	UFIRP
1.0	Instituições Financeiras	100,00
2.0	Indústria	
	a) Pequeno porte	40,00
	b) Médio porte	60,00
	c) Grande porte	80,00
3.0	Construção civil, Diversões públicas, Importação e exportação, Comércio de veículos, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, joalheria, loja de departamentos, máquinas, relojoaria, comércio atacadista, turismo, hospitais, serviços de transporte de carga	8,00
4.0	Instalação de antenas transmissoras de rádio, televisão telefonia celular, telecomunicações em geral, e outras antenas transmissoras de radiação eletromagnética e equipamentos afins. Estrutura Fixa	160,00
5.0	Instalação de antenas transmissoras de rádio, televisão telefonia celular, telecomunicações em geral, e outras antenas transmissoras de radiação eletromagnética e equipamentos afins. Estrutura Móvel.	50,0
6.0	Clubes recreativos, artigos esportivos, magazine, loja de calçados, loja de tecidos, loja de confecções, loja de conveniências, moveis e artigos para escritório, armazéns, metalúrgica, ótica, panificadoras e confeitarias, tapetes e cortinas, vidros, frigorífico, fertilizantes, rações, melão e açúcares, serviços de beleza e higiene, radio, jornal, planos de saúde, vigilância e transporte de valores, propaganda e publicidade, processamento de dados, estabelecimento de ensino de primeiro e segundo graus.	5,00
7.0	Artigos de caça e pesca, comércio a varejo, fogos de artifício, serviço de instalação, conservação, reparação e manutenção de bens, serviços de intermediação e despachantes, serviços fotográficos e afins, academias de ginástica, sucatas em geral.	6,00
8.0	Concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, subestações para transmissão e distribuição de energia elétrica, depósitos em geral.	10,00
9.0	Livros, papelaria e livraria, escritório de prestação de serviços diversos, locação de bens móveis e/ou imóveis, consultórios, escolas e creches.	3,00
10.0	Mercearias, Pequenos e Médios Mercados, voltados a comercialização de gêneros alimentícios e produtos em geral, lanchonetes, pastelarias e sorveterias.	2,50
11.0	Supermercados e Atacadistas, voltados a comercialização de produtos em geral.	6,00
12.0	Postos de abastecimento, relacionados com combustíveis em geral.	12,00
13.0	Exploração Mineral	80,00
14.0	Clínica de serviços médicos, Laboratórios de análises clínicas, Comércio de cosméticos, farmácia em geral e drogarias.	8,00
15.0	Comércio Pneus, Autopeças, Graxas e Lubrificantes	7,00
16.0	Comércio Material de construção em geral, elétrico, ferragens e madeira	6,00
17.0	Locação de veículos automotores	6,00
18.0	Hotéis, resorts, apart-services, condomínios flats e apart-hotéis	10,0
20.0	Pousadas e Motéis	10,0
21.0	Hotéis residência, residence-service, pensões e congêneres	2,00
22.0	Restaurantes, pizzaria, bares e Comércio varejista de bebidas.	5,00
23.0	Profissional de nível universitário.	3,00
24.0	Profissional de nível não-universitário.	1,00
25.0	Atividades desenvolvidas por Microempreendedores individuais	1,00
26.0	Seguros e Consórcio	4,00
27.0	Outras atividades não especificadas nos itens anteriores.	
	a) Grande porte	8,00
	b) Médio porte	4,00
	c) Pequeno porte	2,50



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

9.0	Livros, papelaria e livraria, escritório de prestação de serviços diversos, locação de bens móveis e/ou imóveis, consultórios, escolas e creches.	3,00
10.0	Mercearias, Pequenos e Médios Mercados, voltados a comercialização de gêneros alimentícios e produtos em geral, lanchonetes, pastelarias e sorveterias.	2,50
11.0	Supermercados e Atacadistas, voltados a comercialização de produtos em geral.	6,00
12.0	Postos de abastecimento, relacionados com combustíveis em geral.	12,00
13.0	Exploração Mineral	80,00
14.0	Clínica de serviços médicos, Laboratórios de análises clínicas, Comércio de cosméticos, farmácia em geral e drogarias.	8,00
15.0	Comércio Pneus, Autopeças, Graxas e Lubrificantes	7,00
16.0	Comércio Material de construção em geral, elétrico, ferragens e madeira	6,00
17.0	Locação de veículos automotores	6,00
18.0	Hotéis, resorts, apart-services, condomínios flats e apart-hotéis	10,0
20.0	Pousadas e Motéis	10,0
21.0	Hotéis residência, residence-service, pensões e congêneres	2,00
22.0	Restaurantes, pizzaria, bares e Comércio varejista de bebidas.	5,00
23.0	Profissional de nível universitário.	3,00
24.0	Profissional de nível não-universitário.	1,00
25.0	Atividades desenvolvidas por Microempreendedores individuais	1,00
26.0	Seguros e Consórcio	4,00
27.0	Outras atividades não especificadas nos itens anteriores.	
	a) Grande porte	8,00
	b) Médio porte	4,00
	c) Pequeno porte	2,50

Anexo 2 - TABELA - DA TAXA FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

COD	ATIVIDADE LICENÇA ANUAL	URFM
1.0	Funerárias	3,00
2.0	Comercio de artigos médicos e dentários	3,00
3.0	Instituições de longa permanência para idosos	3,00
4.0	Creches	3,00
5.0	Bercários/hotelzinho	3,00
6.0	Carnes em geral	3,00
7.0	Frios em geral	3,00
8.0	Bombonieres	3,00
9.0	Lojas de conveniência	3,00
10.0	Casas de alimentos naturais	3,00
11.0	Depósitos de alimentos	3,00
12.0	Hortifrutigranjeiros	3,00

13.0	Depósito de bebidas	3,00
14.0	Bar	3,00
15.0	Lanchonetes, petiscaria e afins	3,00
16.0	Peixarias	3,00
17.0	Quiosques	3,00
18.0	Trailers fixos	3,00
19.0	Mercadinhos e mercearias	3,00
20.0	Sorveterias	3,00
21.0	Escritório e representação	3,00
22.0	Veículos de transporte de produtos de interesse à saúde	3,00
23.0	Cada de ração sem comercialização de medicamentos veterinários	3,00
24.0	Cosméticos e perfumarias	3,00
25.0	Comércio de saneantes domissanitários	3,00
26.0	Salão de beleza	3,00
27.0	Barbearia	3,00
28.0	Ótica	3,00
29.0	Confeitaria/ pastelarias e afins	4,00
30.0	Panificadoras/delicatessen	4,00
31.0	Buffet	4,00
32.0	Restaurantes, pizzarias e afins	4,00
33.0	Supermercados	4,00
34.0	Distribuidora de alimentos	4,00
35.0	Distribuidora de água mineral	4,00
36.0	Distribuidora de água porável	4,00
37.0	Distribuidora de cosméticos e saneantes domissanitários	4,00
38.0	Distribuidora de medicamentos	4,00
39.0	Farmácia de medicamentos	4,00
40.0	Farmácia hospitalar	4,00
41.0	Drogarias	4,00
42.0	Fábrica de fele para consumo humano	4,00
43.0	Academia de ginástica	4,00
44.0	Casa de estética, massagem e sauna	4,00

45.0	Gabinete de tatuagem e piercing	4,00
46.0	Escolas	4,00
47.0	Clubes sociais, cinema teatro, afins	4,00
48.0	Hotéis, motéis, pensões, pousadas e similares	4,00
49.0	Casas de show/ boates	4,00
50.0	Ambulatório médico	4,00
51.0	Consultório médico/ psicologia/ fisioterapia e afins	4,00
52.0	Consultório odontológico	4,00
53.0	Consultório veterinário	4,00
54.0	Clínicas em geral sem intenamento	4,00
55.0	Clínicas de medicina nuclear	4,00
56.0	Clínica de radioterapia	4,00
58.0	Clínica veterinária	4,00

59.0	Casa de ração com venda de medicamentos	4,00
60.0	Laboratório de análises clínicas	4,00
61.0	Laboratório de patologia clínica	4,00
62.0	Laboratório de citopatologia	4,00
63.0	Laboratório de prótese dentária	4,00
64.0	Laboratório de alimentos e água	4,00
65.0	Posto de coleta	4,00
66.0	Controladora de pragas/limpeza de reservatório de água	4,00
67.0	Lavanderias/tinturarias	4,00
68.0	Indústria em geral de produtos de interesse à saúde	6,00
69.0	Hospitais/maternidade/ casas de saúde	6,00
70.0	Clínicas de saúde em geral com internamento	6,00
71.0	Farmácia de manipulação	6,00
72.0	Bancos de sangue	6,00
73.0	Bancos de leite humano	6,00
74.0	Bancos de olhos, órgão e congêneres	6,00
75.0	Serviços de hemodiálise	6,00
76.0	matadouro	6,00
77.0	Cemitérios	6,00
78.0	Para as demais atividades não especificadas	
	a) Pequeno porte	2,00
	b) Medio porte	4,00
	c) Grande porte	8,00
79.0	Comércio ou atividade de prestação de serviço com ou sem utilização de veículo, aparelho ou máquina fora de período festivo (Eventual ou ambulante)	
	a) Pequeno porte	1,00
	b) Medio porte	2,50
80.0	OUTROS PORCEDIMENTOS	
80.1	Análise e aprovação de plantas de edificações ligadas à saúde	5,00
80.2	Ampliação do estabelecimento	3,00
80.4	INSPEÇÕES SANITÁRIAS SOLICITADAS	
80.5	Inspeção simples solicitada por visita	2,00

80.6	Inspeção simples, solicitada pela parte interessada incluindo o respectivo relatório por visita	3,00
------	---	------

ANEXO 3 - TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO E VISTORIA DE OBRAS, EXAME E APROVAÇÃO DE PROJETOS.

1.1 - Remembramento e desmembramento

REMEMBRAMENTO / DESMEMBRAMENTO	
CLASSIFICAÇÃO	URFM/m ²
De 0 a 1.000 m ²	0,010



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

1.000 a 5.000 m ²	0,012
Acima de 5.000 m ²	0,014
Loteamentos	0,002

1.2 – Aprovação de projetos

APROVAÇÃO DE PROJETOS	
CONSTRUÇÃO	
CLASSIFICAÇÃO	URFM/m ²
Fins habitacionais	0,024
Fins comerciais	0,030
Fins industriais	0,050
Não especificados anteriormente	0,080
REFORMA E AMPLIAÇÃO	
CLASSIFICAÇÃO	URFM/m ²
Fins habitacionais	0,015
Fins comerciais	0,012
Fins industriais	0,010
Não especificados anteriormente	0,020
PROJETOS ESPECIAIS	
CLASSIFICAÇÃO	URFM
Antenas transmissoras e correlatos	40,000
Dutos subterrâneos	
Até 12 metros	20,000
Superior a 12 metros	20 (até 12m) + 0,02(para cada metro linear acrescido)
Equipamentos de telefonia, gás, energia elétrica, água e esgoto, instalado em logradouro e área pública	15,000

Cabos aéreos	
Até 30 metros	25,000
Superior a 30 metros	30 (até 30m) + 0,02(para cada metro linear acrescido)
Aprovação de projetos não enquadrados acima	40,000

1.3 – Alvará de construção

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO	
CONSTRUÇÃO	
CLASSIFICAÇÃO	URFM/m ²
Fins habitacionais	0,080

Fins comerciais	0,090
Fins industriais	0,120
Não especificados anteriormente	0,130
PRORROGAÇÃO DO PRAZO	50% do valor inicial
REFORMA E AMPLIAÇÃO	
CLASSIFICAÇÃO	URFM/m ²
Fins habitacionais	0,040
Fins comerciais	0,050
Fins industriais	0,060
Não especificados anteriormente	0,080
PRORROGAÇÃO DO PRAZO	50% do valor inicial
PROJETOS ESPECIAIS	
CLASSIFICAÇÃO	URFM
Antenas transmissoras e correlatos	50,000
Dutos subterrâneos	
Até 12 metros	25,000
Superior a 12 metros	25 (até 12m) + 0,30(para cada metro linear acrescido)
Equipamentos de telefonia, gás, energia elétrica, água e esgoto, instalado em logradouro e área pública	25,000
Cabos aéreos	
Até 30 metros	30,000
Superior a 30 metros	35 (até 30m) + 0,02(para cada metro linear acrescido)
Aprovação de projetos não enquadrados acima	40,000

INDEPENDENTES DE PROJETOS	
CLASSIFICAÇÃO	
Análise para execução de vãos, alvenaria, cobertura, demolição, elevação de piso, guarita, laje, marquise e muro de divisa	2,000
Inspeção e fixação de pontos referenciais para construção de muro de alinhamentos e fachadas	2,000

Análise para instalação de elevador de alçapão, elevador de uso coletivo e residencial, escada rolante, motocarga, e outros de natureza especial, tais como: elevador de degraus sobre esteira, elevador hidráulico, elevador de garagem com carga e descarga automática, empilhadeira fixa, esteira transportadora de grande porte, plano inclinado, ponte rolante, pântico, tapete rolante e teleférico	8,000
Análise para execução de outros elementos não enquadrados nos itens acima	5,000

1.4 – Habite-se

ALVARÁ DE HABITE-SE	
CLASSIFICAÇÃO	
CLASSIFICAÇÃO	URFM
Fins habitacionais	3,000
Fins comerciais	5,000
Fins industriais	10,000
Especiais	15,000

1.5 – Certidão de aprovação de uso e ocupação do solo

CERTIDÃO DE USO DO SOLO	
CLASSIFICAÇÃO	
CLASSIFICAÇÃO	URFM
Fins habitacionais	3,000
Fins comerciais	6,000
Fins industriais	15,000
Outros não especificados anteriormente	18,000



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

ANEXO 4 - TABELAS DE TAXAS DE ANÚNCIOS E PUBLICIDADES

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO ANÚNCIO	URFM
1	Anúncio afixado na parte externa de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros. Qualquer espécie ou qualidade, por produto anunciado e por ano. a) pequeno b) grande	0,5 1,0
2	Anúncio externo, fixo ou removível em veículos de transporte de pessoas ou passageiros e de carga, por veículo, por ano, quando o anúncio objetivar lucro.	

	a) luminoso ou iluminado b) não iluminado	2,00 1,00
3	Anúncio em veículos destinados exclusivamente a publicidade, por veículo por ano.	0,5
4	Anúncio escrito no interior de veículos de uso público não destinado à publicidade como ramo de negócio. Qualquer espécie ou quantidade por produto anunciado e por ano.	0,5
5	Publicidade em cinemas, teatros, circos, boates e similares, por meio de projeções de filmes ou dispositivos. Por matéria anunciada, por ano.	1,0
6	Publicidade colocada em Terrenos, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive, estradas e caminhos municipais. Por matéria anunciada e por ano.	1,0
7	Publicidade por meio de faixas ou similares em vias ou logradouros públicos. Por matéria anunciada e por dia.	0,2
8	Anúncio em locais públicos ou não, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, por unidade e por mês: a) Out door luminosos, por m ² b) Out door não iluminados, por m ² c) acoplados a relógios, termômetros e/ou outros meios semelhantes, por m ²	0,1 0,05 0,1

9	Anúncio por sistema aéreo, em aviões, helicópteros, asas-delta e assemelhados, por aparelho e por ano.	2,00
10	Anúncio veiculado em locais públicos, por anúncio e por ano: a) animado; b) inanimado.	
11	Publicidade oral ou por aparelhagem sonora de qualquer tipo, fixa ou efetuada por intermédio de veículos ou qualquer outro meio de transporte ou locomoção: a) por dia b) por mês	0,25 4,00

ANEXO 5 - TABELA DA TAXAS DE EXPEDIENTE

ITEM	TIPO SERVIÇO	URFM
1	Emissão de guias, documentos de arrecadação e outros	0,05
2	Alinhamento e nivelamento de terrenos – Demarcação dos terrenos	0,5

3	Vistoria de edificação com exclusão de vistoria para habite-se e aceite-se, de delimitação de propriedade, danificação de roça, de cerca, etc	0,25
4	Numeração de prédio ou edificação, mais o custo da placa fornecida	0,30
5	Reposição de calçamento, por m ² ou fração	0,50
6	Averbação de imóvel	0,3
7	Apreensão e depósito ou guarda de animal, veículo e mercadorias: a) Apreensão por unidade b) Guarda de animais de grande porte – bovino ou equino (serão cobradas, também, fora o valor da taxa, as despesas com alimentação e tratamento dos animais, bem como transporte até o depósito) c) Guarda de animais de pequeno porte – caprino, ovino, suíno (serão cobradas, também, fora o valor da taxa, as despesas com alimentação e tratamento dos animais, bem como transporte até o depósito) d) Guarda de veículos e) Guarda de mercadorias	0,02 por dia 0,02 por dia 0,04 por dia 0,3 por dia 0,05 por dia
8	Abate de animais: a) De grande porte, por cabeça - bovino b) De pequeno porte, por cabeça - caprino, ovino, suíno	0,15 0,03

9	Transporte de passageiros ou carga a) Taxi b) Kombi c) Micro-onibus d) Onibus e) Moto – serviço de transporte f) Outros	3,00 2,5 3,00 4,00 1,00 3,00
10	Transferência de titularidade de concessão ou permissão pública	10
11	Cemitérios 1. Licença para sepultamento: a) Em jazigo b) Em mausoléu c) Em catacumba d) Em sepultura rasa e) Em sepultura rasa (pobre em formada Lei) 2. Utilização de catacumba, carneiros, mausoléu ou jazigos: a) Nos 3 (três) primeiros anos, após sepultamento b) Nos anos subsequentes, por ano 3. Utilização de sepultura rasas:	0,6 0,7 0,5 0,2 Isento 4,00 2,00 Isento

	a) Nos 2 (dois) primeiros anos, após o sepultamento b) Nos anos subsequentes, por ano	0,3
4.	Concessão a) Catacumbas, carneiros, mausoléu ou jazidos b) Sepultura rasa, por m ² c) Terreno no cemitério, por m ² d) Nicho (cavidade em parede, depósito de ossos)	1,5 0,15 0,01 0,5 0,4
5.	Construção de jazigos, mausoléu, catacumba, carneiros por m ²	0,5
6.	Exumação a) Antes de vencido o prazo de decomposição b) Depois de vencido o prazo de decomposição	0,3 0,3
7.	Diversos a) Abertura de sepultura, carneiro, jazigo ou mausoléu para nova exumação b) Entrada ou retirada de ossada c) Permissão para qualquer construção no cemitério (embelezamento, colocação de inscrição, etc) d) Emplacamento por unidade e) Ocupação de ossário por 5 (cinco) anos	0,3 0,3 0,01 0,3



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

ANEXO 6- TABELA – TAXA DE COLETA, REMOÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO

$$TCR = [(Fp + Fa) \times Ui]$$

Onde:

"Fp" - Fator de Periodicidade da Coleta;
"Fa" - Fator Area do Imóvel;
"Ui" - Fator de Utilização do Imóvel;

FATOR DE PERIODICIDADE DA COLETA

PERÍODO	FATOR
CONVENCIONAL DIÁRIA	1,10
CONVENCIONAL ALTERNADA	1,05
TRES VEZ POR SEMANA	1,00
DUAS VEZES POR SEMANA	0,80
PONTO DE CONFINAMENTO	0,50

FATOR ÁREA DO IMÓVEL

ÁREA M²	FATOR UFIR
0.01 a 25	0,33
26 a 50	0,45
51 a 100	0,66

101 a 125	0,76
126 a 150	1,00
151 a 175	1,10
176 a 200	1,15
201 a 225	1,20
226 a 250	1,40
251 a 300	1,80
301 a 400	2,00
401 a 450	2,20
451 a 500	2,40
ACIMA DE 500	2,40 ACRÉSCIDO DE 0,40 PARA CADA M² OU FRAÇÃO

FATOR USO DO IMÓVEL

USO	FATOR
RESIDENCIAL	1,00
COMERCIAL	1,80
HOTEIS E MOTEIS	1,90
BARES E RESTAURANTES	2,00
HOSPITAIS	2,05
INDÚSTRIAS	2,20

ANEXO - 07

TABELA QUE FIXA O VALOR DAS ALIQUOTAS DE ISSQN

Código	Descrição dos Serviços	Aliquota %
1	Serviços de informática e congêneres.	
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	5
1.02	Programação.	5
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	5
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	5
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	5
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	5
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	5

1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	5
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	5
2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	5
3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	
3.01	(VETADO)	
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5
4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	
4.01	Medicina e biomedicina.	4
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3

4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3
4.04	Instrumentação cirúrgica.	5
4.05	Acupuntura.	5
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	4
4.07	Serviços farmacêuticos.	5
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	5
4.10	Nutrição.	5
4.11	Obstetrícia.	5
4.12	Odontologia.	5
4.13	Órtopedia.	4
4.14	Próteses sob encomenda.	5
4.15	Psicanálise.	5
4.16	Psicologia.	5
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3
4.18	Inseminação artificial, fertilização <i>in vitro</i> e congêneres.	5
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	5
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	4
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador plano mediante indicação do beneficiário.	4

5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	5
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	5
5.04	Inseminação artificial, fertilização <i>in vitro</i> e congêneres.	5
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	5
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5

5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5
6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	
6.01	Barbearia, cabeleiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5
6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	5
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	5
7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	4
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	2
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5
7.04	Demolição.	2
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	2
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5
7.08	Calafetação.	5
7.09	Varição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	4
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	4
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5
7.14	(VETADO)	
7.15	(VETADO)	
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	4
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5

7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	4
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfuração, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	4
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5

8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2
9	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condomínios, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite-service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação portemporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	4

9.03	Guias de turismo.	5
10	Serviços de intermediação e congêneres.	
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, decartes de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5
10.06	agenciamento marítimo.	5
10.07	Agenciamento de notícias.	5
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	5
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5
11.05	Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.	
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.01	Espectáculos teatrais.	5
12.02	Exibições cinematográficas.	5
12.03	Espectáculos circenses.	5
12.04	Programas de auditório.	5
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.	5
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5
12.09	Bilhères, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5
12.10	Corridas e competições de animais.	5
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5
12.12	Execução de música.	5



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5
13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	
13.01	(VETADO)	
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive truçagem, dublagem, mixagem e congêneres.	4
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, truçagem e congêneres.	4
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	4
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.	4
14	Serviços relativos a bens de terceiros.	
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	4
14.02	Assistência Técnica.	4
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	4
14.04	Recaptação ou regeneração de pneus.	5
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	4
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	4
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	5
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5
14.10	Tinturaria e lavanderia.	5
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5
14.12	Funilaria e lanternagem.	4
14.13	Carpintaria e serralheria.	4
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	5

15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques em Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo, serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5
16	Serviços de transporte de natureza municipal.	
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	3
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	3
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5
17.02	Dattilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	4
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	4

17.07	(VETADO)	
17.08	Franquia (<i>franchising</i>).	5
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	4
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5
17.13	Leilão e congêneres.	5
17.14	Advocacia.	5
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5
17.16	Auditoria.	5
17.17	Análise de Organização e Métodos.	5
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5
17.21	Estatística.	5
17.22	Cobrança em geral.	5



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	5
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	

18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroviários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	
20.1	Serviços portuários, aeroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	3
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	4

22	Serviços de exploração de rodovia.	
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	4
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	5
25	Serviços funerários.	
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5
25.03	Planos ou convênio funerários.	5
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	5
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	5
27	Serviços de assistência social.	
27.01	Serviços de assistência social.	4
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5
29	Serviços de biblioteconomia.	
29.01	Serviços de biblioteconomia.	5
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5
32	Serviços de desenhos técnicos.	
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	5
33	Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	
33.01	Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	4
36	Serviços de meteorologia.	
36.01	Serviços de meteorologia.	5
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	5
38	Serviços de museologia.	
38.01	Serviços de museologia.	5
39	Serviços de ourivesaria e lapidação.	
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	
40.01	Obras de arte sob encomenda.	5

ANEXO 8 - TABELAS DE FÓRMULAS E FATORES DE CÁLCULO DO IPTU

O valor venal do imóvel será determinado pela seguinte fórmula:

$$VVI = VVT + VVE \quad \text{onde:}$$

VVI = Valor Venal do Imóvel

VVT = Valor Venal do Terreno

VVE = Valor Venal da Edificação

$$IPTU = (VVI \times ALIQUOTA)$$

– O valor do metro quadrado do terreno (Vm^2T) será obtido através de um valor com relação ao fator de localização (com referência ao mar) vezes o valor da unidade fiscal estabelecido pelo município.

FATOR DE LOCALIZAÇÃO		
CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
1	BEIRA MAR	3,68
2	2ª E 3ª QUADRAS	1,64
3	4ª E 5ª QUADRAS	1,00
4	6ª E 7ª QUADRAS	0,50
5	8ª E 9ª QUADRAS E DEMAIS	0,38

O valor venal do terreno (VVT) será obtido aplicando – se a fórmula e será corrigido de acordo com as características individuais, levando-se em conta a situação, topografia:

$$VVT = Vm^2T \times AT \times Si \times Tp \quad \text{onde:}$$

VVT = Valor Venal do Terreno

Vm^2T = Valor do metro quadro do terreno

At = Área do Terreno

Si = Coeficiente de Situação

Tp = Coeficiente de Topografia

O valor venal de GLEBA (VVG) será obtido aplicando – se a fórmula e será corrigido de acordo com as características individuais, levando-se em conta o fator de gleba:

$$VVG = Vm^2t \times AG \times Fgle \times Si \times Tp \quad \text{onde:}$$

VVG = Valor Venal de Gleba

Vm^2t = Valor do metro quadro do terreno

AG = Área de gleba

Fgle = Fator de gleba

Si = Coeficiente de Situação

Tp = Coeficiente de Topografia

– Fator de Gleba (Fgle)

ÁREA INICIAL M ²	ÁREA FINAL M ²	FATOR
1000	2000	0,95
2000,01	5000,00	0,85
5000,01	50000,00	0,75
50000,01	100000,00	0,70
100000,01	ACIMA	0,60

Quando existir mais de uma unidade imobiliária construída no terreno, será calculada a fração ideal do terreno para cada unidade imobiliária

– Para o cálculo da fração ideal do terreno, será usada a seguinte Fórmula:

$$\text{Fração ideal} = (\text{área da unidade construída} / \text{área total construída}) \times \text{área do terreno}$$

– O valor venal do terreno (VVT) para unidades construídas em gleba será obtido aplicando – se a fórmula e será corrigido de acordo com as características individuais, levando-se em conta o fator de gleba:

$$VVT = Vm^2T \times Fi \times Si \times Tp \times Fgle \quad \text{onde:}$$

VVT = Valor Venal do Terreno

Vm^2T = Valor do metro quadro do terreno

Fi = Fração ideal

Fgle = Fator de gleba

Si = Coeficiente de Situação

Tp = Coeficiente de Topografia

– O valor venal do terreno (VVT) para unidades construídas será obtido aplicando – se a fórmula e será corrigido de acordo com as características individuais, levando-se em conta a situação e topografia:

$$VVT = Vm^2T \times Fi \times Si \times Tp \quad \text{onde:}$$

VVT = Valor Venal do Terreno

Vm^2T = Valor do metro quadro do terreno

Fi = Fração ideal

Si = Coeficiente de Situação

Tp = Coeficiente de Topografia

– Coeficiente corretivo da situação referido pela sigla "Si", consiste em grau atribuído ao imóvel conforme sua situação mais ou menos favorável dentro da quadra, conforme a tabela que segue:

SITUAÇÃO	COEFICIENTE
MEIO DE QUADRA	1,00
ESQUINA	1,20
VILA	0,80
ENCRAVADO	0,80
QUADRA	1,00
GLEBA	(*fgle)

– Coeficiente corretivo de topografia ou perfil, referido pela sigla "Tp", consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme as características do relevo do solo, conforme a tabela que segue:



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

TOPOGRAFIA	COEFICIENTE
PLANO AO NIVEL	1,00
ABAIXO NIVEL	0,80
ACIMA NIVEL	0,90
REDUÇÃO CAPACITAÇÃO	0,70
AREA IMP CONSTRUÇÃO	0,60
IRREGULAR	0,90

– O valor do metro quadrado de edificação (Vm^2 e) será obtido através de um valor com relação ao fator de localização (com referência ao mar) vezes o valor da unidade fiscal estabelecido pelo município para o exercício fiscal.

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
01	BEIRA MAR	11,96
02	PITIMBU, CENTRO, ACAU	8,96
03	DEMAIS AREAS	5,98

– O valor venal da Edificação será corrigido de acordo com as características de cada edificação levando-se em conta a Estrutura, Padrão e o Coeficiente do tipo de edificação para sua correta aplicação no cálculo do valor da edificação.

– O valor venal da Edificação será obtido aplicando-se a fórmula:

$VVE = Au \times Vm^2e \times Ex \times Pa \times Te$ onde:
Au = Área construída da unidade
Vm^2e = Valor do metro quadrado da edificação.
Ex = Coeficiente da estrutura da edificação
Pa = Coeficiente do Padrão da edificação
Te = Coeficiente do tipo da edificação

Coeficiente da Estrutura, referido pela sigla "Ex", consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme as características da sua estrutura, conforme a tabela que segue:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
1	ALVENARIA	1,00
2	CONCRETO	1,20
3	MADEIRA	1,10
4	METALICA	1,20
5	TAIPA	0,50
6	OUTROS	1,00

– Coeficiente do tipo da edificação, referido pela sigla "Te", consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme as características do seu Tipo construtivo, conforme a tabela que segue:

CODIGO	DESCRIÇÃO	COEFICIENTE
1	CASA	1,48
2	APTO	1,60
3	MOCAMBO	0,45
4	SALA/CONJUNTO	1,84
5	LOJA	3,80
6	ED ESP GRANDE PORTE	4,00
7	GALPÃO	1,00
8	TELHEIRO	0,70
9	INDUSTRIA	5,00
10	HOTEL/RESORT	5,00
11	POUSADA/MOTEL	4,00
12	ESCOLA	1,00
13	GARAGEM	0,70
14	HOSPITAL	1,84
15	TEMPLO	1,00
16	DEPOSITO	1,00
17	SERV PUBLICO	0,70
18	POSTO DE GASOLINA	2,00
19	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	5,00
20	CLINICA	2,00
21	BAR	2,00
22	MERCERIA	2,00
23	OUTROS ESTAB COMERCIAIS	2,00
24	OUTROS	1,00

– Coeficiente do Padrão da edificação, referido pela sigla "Pa", consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme as características do seu padrão construtivo, conforme a tabela que segue:

CODIGO	DESCRIÇÃO	COEFICIENTE
1	ALTO	1,00
2	MÉDIO	0,80
3	BAIXO	0,70
4	POPULAR	0,50

TABELA ANEXO 9 - TAXA DE LICENÇA PARA UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO, OU TERRENO E LOGRADOUROS PÚBLICOS.

ATIVIDADE - USO DO SOLO	URFM	
	POR DIA	POR MES
Espaço ocupado por barracas, mesas, fileiros, tabuleiros e assemelhados ou como depósitos de materiais ou estabelecimento privativo de veículos para fins comerciais, em locais e prazos determinados pela prefeitura.	0,1	1,0
Barracas, quiosques e assemelhados em período festivos (por evento): a) Até 6 m ² b) Acima de 6 m ² até 10 m ² c) Acima de 10 m ²		1,0 1,5 2,0
Espaço ocupado por postes das concessionárias de serviços públicos de empresa elétrica e de telefonia: a) Postes localizados no distrito Industrial (preço por unid.) b) Postes localizados nas demais áreas (preço por unid.)		1,0 0,5
Espaço ocupado por circo, parque de diversão e similares: a) Categoria popular b) Categoria especial		1,00 2,00

ANEXO 10 - ANÁLISE E INSPEÇÃO NECESSÁRIA À INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (EM ÁREA PÚBLICA E PRIVADA POR EQUIPAMENTO).



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Arquibancada, camarote, mostruário ou stande de exposição, palanque e palco, palhoção, stand de vendas, tenda e toldo:		
1	Até 9 m ²	1,00
2	Superior a 9 m ² até 90 m ²	2,0
3	Superior a 90 m ² até 180 m ²	3,0
4	Superior a 180 m ² até 240 m ²	4,0
5	Superior a 240 m ²	5,0
6	Banca de jornais e revistas, barraca de artigos de época, fiteiro, quiosque e trailler	1,0
7	Circo até 5.000 m ²	1,8
8	Circo acima de 5.000 m ²	2,00
9	Comercio de veículo automotivo, em eventos	1,00
10	Parque de diversão	2,00
11	Balcão, tabuleiro e equipamento circulante, em eventos	0,40
12	Outros equipamentos não enquadrados nos itens acima	0,80

Análise referente a liberação do solo público ou privada por evento/ dia.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DA PREFEITA

LEI MUNICIPAL Nº 538/2021

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 498/2019, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PITIMBU, ESTADO DA PARAÍBA, com lastro na Lei Orgânica Municipal, conforme propositura e aprovação por unanimidade pelo Poder Legislativo, sanciona a presente Lei Municipal, cujo texto é o seguinte:

Art. 1º. Altera-se o Anexo Único da Lei n.º 498/2019, item I, Dos Cargos Em Comissão de Nível Assessoramento Parlamentar para:

CARGOS	QUANTIDADE	SÍMBOLO	VENCIMENTO
Secretário Parlamentar	22	PL-CC8	R\$ 2.000,00

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Gabinete da Prefeita, 31 de dezembro de 2021.

Adelma Cristovam dos Passos.

ADELMA CRISTOVAM DOS PASSOS
Prefeita Municipal de Pitimbu

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DA PREFEITA

LEI MUNICIPAL Nº 539 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

REGULAMENTA O PROGRAMA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DENOMINADO "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PITIMBU, ESTADO DA PARAÍBA, com lastro na Lei Orgânica Municipal, conforme aprovação por unanimidade pelo Poder Legislativo, sanciona:

Art. 1º. Fica criado Município de Pitimbu o Programa Municipal de Transferência de Renda denominado "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA", destinado às ações de transferência de renda, dentro dos critérios dispostos nessa lei.

Art. 2º. O "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA" tem como objetivo o desenvolvimento da cidadania; a inclusão social da família em situação de vulnerabilidade social, por meio da transferência financeira em complementação da renda familiar para a melhoria da sua condição de vida; a assistência social às famílias de baixa renda; para erradicação da pobreza; incentivar a permanência na escola dos filhos ou dependentes das famílias beneficiárias; fortalecer as políticas públicas voltadas para as mulheres; incentivar as gestantes beneficiárias a submeter-se ao acompanhamento pré-natal, bem como garantir que as crianças sejam regularmente vacinadas; e, aumentar a cobertura vacinal no combate a pandemia ocasionada pelo Covid-19, no município de Pitimbu-PB.

§ 1º. São consideradas em situação de risco social as famílias ou pessoas expostas às situações de violação de seus direitos fundamentais.

§ 2º. São consideradas em situação de vulnerabilidade as famílias ou pessoas que se encontram em situação de fragilidade social por decorrência da impossibilidade de geração de renda e por mudanças de vida natural ou social.

Art. 3º. Para a inserção no "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA", as pessoas ou famílias deverão apresentar condições de vulnerabilidade social e/ou em situação de risco social, e aceitarem a inclusão no acompanhamento familiar sistemático e intensivo, com base nos seguintes critérios:

I - Se enquadrarem como famílias de menor renda familiar per capita consignadas no Cadastro da Secretaria de Assistência Social do Município de Pitimbu, com renda per capita igual ou inferior a R\$ 100,00 (cem reais);

II - Participarem das ações desenvolvidas pelo CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

III - Estarem inseridas nos atendimentos públicos de assistência social disponibilizados pelo Município;

IV - estarem em situações de risco pessoais e/ou sociais, devidamente comprovados pela equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Assistência Social;

V - Residir no Município há no mínimo 2 (dois) anos antes da data de publicação desta Lei;

VI - O titular da família esteja inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F) do Ministério da Fazenda;

VII - As famílias com crianças entre 0 (zero) a 6 (seis) anos deverão comprovar estar em dia com o cartão de vacinação;

VIII - As beneficiárias gestantes deverão comprovar estar em dia com o acompanhamento pré-natal.

IX - Estar inserido no cadastro reserva do Cadúnico, mesmo que ainda não seja assistido por nenhum programa ou benefício da Assistência Social;

§ 1º. O não cumprimento das obrigações acima determinará a interrupção temporária do direito ao benefício monetário.

§ 2º. Cessadas as razões da interrupção a família retomará o direito ao benefício.

§ 3º. Não serão devidos os valores referentes aos meses em que ocorreu a interrupção.

Art. 4º. Ficam estabelecidos os critérios abaixo relacionados para o caso de priorização entre famílias, face aos limites orçamentários e financeiros:

I - família chefiada por mulher;

II - família que seja provida por mulher agricultora ou pescadora, comprovando sua condição regulamente inscrita na colônia de pescadores ou sindicato rural;

III - família que a mulher tenha sido vítima de violência doméstica;

IV - família com maior número de crianças e adolescentes com idade inferior a 18 (dezoito) anos os quais deverão estar matriculados na rede municipal ou estadual de ensino, com frequência semestral mínima de 85% (oitenta e cinco por cento);

V - família com maior número de crianças e adolescentes com idade inferior a 18 (dezoito) anos, os quais deverão estar regularmente matriculados na rede municipal ou estadual;

VI - família que tenha dependente com deficiência e/ou pessoa incapacitada para a vida independente e para o trabalho, e/ou tenha como dependente idoso com mais de 65 (sessenta e cinco) anos;

VII - família com membro cumprindo medida socioeducativa;

VIII - família que tenha egresso do sistema penitenciário ou em situação de privação de liberdade sem direito a auxílio reclusão;

IX - família que tenha que tenham perdido seu(s) provedor(es) em decorrência da pandemia da Covid-19, e que estejam em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social;

X - A comprovação de vacinação contra a Covid-19, com esquema vacinal completo, de todos os membros da família, de acordo com as faixas etárias, desde que a imunização já tenha sido disponibilizada para a faixa etária correspondente. Ficando dispensadas da apresentação do comprovante as pessoas que tenham contra-indicação formal para vacinação contra a covid-19, devidamente comprovada por documentação médica pertinente, e os menores de 12 (doze) anos, até que a vacinação seja exigida para essa faixa etária;

§1º. A quantidade de famílias atendidas no programa previsto nesta lei ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do município.

§2º. Considera-se como renda per capita da família a soma dos rendimentos de todos os seus componentes, com idade superior a dezoito anos, dividida pelo número de membros que a compõem.

§3º. Serão computados para cálculo da renda per capita os valores concedidos a pessoas que já usufruam programas instituídos a partir de preceitos constitucionais, tais como previdência rural e urbana, seguro desemprego e rendimentos de trabalho oriundos da economia formal.

§4º. Não serão computados para cálculo de renda per capita da família, o benefício de prestação continuada a idosos e pessoas com deficiência, bem como outros programas públicos de complementação de renda.

Art. 5º. Para fins do artigo anterior, considera-se:

I - Família, o núcleo de pessoas formado por, no mínimo, um dos pais ou responsável legal e pelos filhos e/ou dependentes inclusive, que estejam sob sua tutela ou guarda, ainda que eventualmente possa ser ampliada por outros indivíduos com parentesco, que forme grupo doméstico vivendo sob a mesma moradia e que mantenha economicamente com renda dos próprios membros.

II - Dependentes, os incapazes que estejam sob tutela ou guarda judicial devidamente formalizada pelo Juiz competente, pelo período que perdurar a situação.

Parágrafo único. Exceção-se do limite de idade os filhos ou dependentes portadores de necessidades especiais.

Art. 6º. O beneficiário ou responsável deverá manifestar sua adesão ao "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA", mediante assinatura de Termo de Compromisso, estabelecido consensualmente no processo de acompanhamento familiar sistemático e intensivo, junto a Secretaria de Assistência Social.

Art. 7º. Os benefícios de que se trata a presente lei, serão pagos, mensalmente, por meio de instituição bancária oficial, por intermédio do cartão magnético, com a identificação do responsável legal da família.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Parágrafo único. Os custos decorrentes da emissão de um segundo cartão magnético ou decorrente de saques efetuados, sem o uso do cartão, serão descontados do benefício no mês subsequente.

Art. 8º. O titular do cartão de recebimento do benefício será, preferencialmente a mulher ou, na sua ausência ou impedimento, outro responsável pela unidade familiar.

Parágrafo único. O cartão de pagamento será de uso pessoal e intransferível e sua apresentação será obrigatória em todos os atos relativos ao "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA"

Art. 9º. Será suspenso o pagamento dos beneficiários nas seguintes condições:

I - descumprimento de responsabilidades e condicionalidades do Programa Auxílio Brasil do Governo Federal, que acarrete bloqueio, suspensão ou cancelamento dos benefícios concedidos;

II - descumprimento de responsabilidades e condicionalidades do "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA", que acarrete bloqueio, suspensão ou cancelamento dos benefícios concedidos;

III - comprovação de fraude ou prestação deliberada de informações incorretas, quando do cadastramento ou atualização cadastral;

IV - desligamento por ato voluntário do beneficiário ou por determinação judicial;

V - alteração cadastral na família, cuja modificação implique a inadequação ao Programa;

§1º. A decisão que suspende o benefício deverá ser acompanhada de Parecer Social emitido pelo(a) Assistente Social da Prefeitura Municipal de Pitimbu.

§2º. Depois de deferido a suspensão do referido benefício, será realizado estudo social, pela Secretaria de Assistência Social, no prazo máximo de 30 dias, prorrogáveis por igual período, para constatar a viabilidade de reinclusão da pessoa ou família no Programa, sendo o pagamento do benefício automaticamente restabelecido, sem direito a benefício retroativo.

Art. 10. Será revogado o benefício do "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA" se constatada na avaliação social, a reincidência da família cujo responsável prestar declaração falsa, ou usar de qualquer outro meio ilícito e ou fraudulento para a obtenção de vantagens.

Art. 11. O benefício monetário para a complementação mensal dos rendimentos das famílias, sem prejuízo de outras ações assistenciais, consiste no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por família beneficiada.

§ 1º. O poder Executivo poderá, por decreto, alterar os valores previstos no caput deste artigo, desde que, haja disponibilidade orçamentária para esse fim.

§ 2º. O repasse financeiro às pessoas ou famílias contempladas com o benefício previsto nesta lei será em forma de pecúnia, prioritariamente

depositado no cartão magnético nominal contendo os dados específicos do responsável do núcleo familiar, o qual será destinado exclusivamente para a aquisição de gêneros alimentícios, gás de cozinha, e vestuário no comércio local do Município de Pitimbu.

§ 3º. O cartão magnético nominal será disponibilizado ao titular mediante assinatura de recibo de entrega na Secretaria de Assistência Social, somente após a conclusão do processo.

§ 4º. A quantidade de famílias contempladas, ficam condicionadas tanto à disponibilidade orçamentária e financeira do Município, quanto a discricionariedade das políticas públicas de proteção social de Pitimbu.

§ 5º. O recebimento pela família do "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA", deve ser levado em consideração pelas assistentes sociais, para fins de análise social quanto ao recebimento cumulativamente para outros programas municipais assistenciais, objetivando por políticas de maior alcance para a população do município, priorizando aquelas que não possuem contemplação por esse programa.

Art. 12. Cabe a Secretaria de Assistência Social fiscalizar os resultados do "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA", a fim de avaliar a adesão da pessoa ou família às propostas difundidas, com vistas à autonomia familiar possibilitando o acesso, a integração, e a reinserção dos usuários às políticas de trabalho e renda.

Parágrafo único: A avaliação técnica se apoiará na análise da evolução nos indicadores da matriz da vulnerabilidade, nos relatórios do acompanhamento familiar, na auto avaliação da família e demais registros sobre a família e seus membros individualmente.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, na forma da Lei, instituição que emita e proceda suporte para implementação do cartão magnético, a fim de viabilizar o recebimento do "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA", de forma facilitada pelas famílias contempladas.

Art. 14. Caberá ao Município repassar mensalmente ao órgão conveniado/parceiro, até o dia 15 (quinze) de cada mês, a importância total, referente aos créditos que serão repassados aos beneficiários, assim como, a relação dos mesmos.

Art. 15. Caberá ao conveniado/parceiro/contratado, após recebimento do valor, repassar aos responsáveis legais de créditos em cartão magnético, até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 16. Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que, dolosamente, tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar ou manter-se como beneficiário do "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA".

§ 1º. O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

§ 2º. Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

procedimentos de cobrança dos créditos do Município, na forma da legislação de regência.

Art. 17. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, e ao Conselho Municipal de Assistência Social, articular e organizar as ações do Município em decorrência do "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA", além de formalizar os processos administrativos e divulgar o cadastro das famílias beneficiárias, com base nos critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 18. Fica autorizado o Poder Executivo a promover os pagamentos aos beneficiários mediante a emissão de cheques ou pagamento em espécie aos titulares beneficiários do "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA", enquanto não estiver efetivamente implementado o uso do cartão magnético.

Art. 19. Fica autorizado o Poder Executivo elaborar logomarca/logotipo próprio para o "PROGRAMA PITIMBU RENDA CERTA", em faixadas de pontos de atendimentos, documentos, divulgações, enfim, para que de forma clara seja facilitada a população saber que a presença daquele marca significa estar relacionado ao referido programa.

Art. 20. Farão face às despesas desta Lei, recursos do orçamento vigente autorizado à suplementação, caso necessário.

Art. 21. O Poder Executivo local fica autorizado a regulamentar a presente lei, no que couber, mediante decreto.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 490/2019.

Registre-se e publique-se.

Pitimbu-PB, 31 de dezembro de 2021.

Adelma Cristovam dos Passos

ADELMA CRISTOVAM DOS PASSOS
Prefeita Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DA PREFEITA

LEI MUNICIPAL Nº 540 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM, E O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – FMDM, NO MUNICÍPIO DE PITIMBU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PITIMBU, ESTADO DA PARAÍBA, com lastro na Lei Orgânica Municipal, conforme aprovação por unanimidade pelo Poder Legislativo, sanciona:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com a finalidade de elaborar e implementar em todas as esferas da administração do município políticas sob a ótica de Gênero, para garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre Homens e Mulheres, de forma a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania.

Art. 2º - O CMDM é órgão autônomo e colegiado, de caráter permanente, propositivo, consultivo e fiscalizador, com a finalidade de acompanhar, avaliar e monitorar as políticas e ações do governo municipal dirigida às mulheres, bem como apontar e formular as diretrizes da política municipal para a promoção da igualdade de gênero, raça/etnia e orientação sexual e o combate de toda e qualquer forma de discriminação contra a mulher.

§ 1º - O CMDM é órgão autônomo no que se refere ao cumprimento de suas funções e atribuições legais e que se constitui como esfera pública de debate democrático e ampliação da participação popular no âmbito do Município de Pitimbu.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Art. 3º - Compete ao CMDM:

- I – Elaborar o regimento interno no prazo de 60 (sessenta) dias após sua posse, estabelecendo normas de funcionamento, bem como alterar o regimento em conformidade com as regras que vier a estabelecer;
- II – Fiscalizar o cumprimento das leis federais, estaduais e municipais que atenda aos interesses das mulheres;
- III– Propor políticas públicas de igualdade de gênero em todos os níveis da administração pública municipal direta e indireta
- IV – Indicar e aprovar critérios e parâmetros para a avaliação e monitoramento das ações e políticas públicas com a perspectiva de gênero, assegurando assim a defesa e ampliação dos direitos das mulheres;
- V – Estimular e promover estudos, debates, programas, projetos e pesquisas sobre a realidade da mulher com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas que visem à eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação;
- VI – Organizar, coordenar e realizar em parceria com o Executivo Municipal, a cada 02 (dois) anos no mês de março, a Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres;
- VII– Propor critérios de definição e aplicação de recursos destinados às políticas dirigidas às mulheres, bem como acompanhar a execução orçamentária junto ao Poder Executivo;
- VIII – Promover a integração com outros instrumentos de controle social destinados à definição orçamentária, para garantir a implementação das ações e políticas para as mulheres e critérios sobre a destinação de recursos para assegurar estas políticas;
- IX – Promover articulação com outros conselhos municipais para a discussão da política municipal para a igualdade de gênero com o



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

objetivo de que as questões referentes às relações de gênero sejam incorporadas em todas as áreas e políticas públicas;

X – Acompanhar, opinar, sugerir sobre projetos, programas, serviços, planos e políticas públicas municipais referentes aos direitos das mulheres;

XI – Acompanhar, opinar, sugerir e deliberar sobre projetos de leis municipais que visem assegurar ou ampliar os direitos das mulheres;

XII – Denunciar, bem como receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e violação de seus direitos e encaminhá-las aos órgãos e/ou serviços competentes para providências cabíveis, acompanhando sua ação;

XIII – Solicitar aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, certidões, atestados, informações, cópias de documentos e de expedientes e processos administrativos ou qualquer outra documentação que contribua para acompanhamento e defesa e ampliação dos direitos da mulher;

XIV – Promover intercâmbio com organismos de outros municípios, nacionais, internacionais, públicos e privados, com o objetivo de ampliar e fortalecer as ações do CMDM e consolidar as políticas públicas para as mulheres;

XV – Instalar comissões temáticas de acordo com as atividades e prioridades estabelecidas pelo CMDM sempre que se fizer necessário;

XVI – Prestar contas das ações e recursos financeiros destinados ao CMDM, anualmente em assembleia própria, devidamente convocada para este fim.

Parágrafo único – Os pedidos de informações ou providências do CMDM, no âmbito do Município, deverão ser respondidos no prazo de 30 dias, podendo referido prazo ser estendido por igual período devidamente justificado.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, como um mecanismo de controle social e fiscalizador, será composto por 8 (oito) representantes, com participação do Poder Público e da sociedade civil, da seguinte forma:

I – 3 (três) representantes do governo municipal indicados pelo Chefe do Poder Executivo, respeitando as seguintes áreas:

- Educação;
- Assistência Social;
- Saúde;

II – 1 (uma) representante do Poder Legislativo indicado pelo Presidente da Câmara;

III – 4 (quatro) representantes da sociedade civil, com indicação de segmentos que atuem de forma predominante na valorização das políticas públicas voltadas para as mulheres.

Parágrafo único: A representação do poder público, seja do Chefe do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, se darão mediante a edição de Portarias publicadas em diário oficial.

Art. 5º - O mandato da representação da sociedade civil é de 2 (dois) anos, devendo a eleição ocorrer na Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, que também ocorrerá a cada 2 (dois) anos no mês de março, nos termos desta lei.

§ 1º - O processo eleitoral e as eleições ficarão sob a coordenação e responsabilidade do CMDM.

§ 2º - As conselheiras, para serem eleitas, deverão estar presentes na Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres; sendo as mais votadas as conselheiras titulares e, na sequência decrescente de votação, as conselheiras suplentes.

§ 3º - As conselheiras eleitas serão nomeadas pelo Chefe do Executivo e tomarão posse no final da Conferência Municipal de Políticas para as mulheres em ato presidido pela Prefeita.

§ 4º - É permitida a reeleição das conselheiras titulares e suplentes.

Art. 6º - A conselheira perderá o mandato, garantido o contraditório e a ampla defesa, na hipótese de falta, sem motivo justificado, a 3 (três) reuniões consecutivas e/ou a 5 (cinco) alternadas, no período de um ano, sendo substituída pela suplente em ordem de votação.

Parágrafo único – Os procedimentos para efetivar a perda do mandato serão especificados no Regimento Interno do Conselho.

Art. 7º - O mandato das Conselheiras será prorrogado por, no máximo, até 3 (três) meses no caso da realização de nova Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres não ocorrer no prazo estabelecido a cada 2 (dois) anos no mês de março.

Art. 8º - Os serviços prestados pelas conselheiras não serão remunerados, sendo considerados de relevante interesse público.”

Parágrafo único – As trabalhadoras representantes do poder público serão liberadas de seus afazeres durante as reuniões ou atividades organizadas e promovidas pelo CMDM.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Art. 9º - O Fórum máximo de deliberação das diretrizes e da política municipal de promoção da igualdade de gênero é a Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, realizada a cada 2 (dois) anos no mês de março.

Art. 10º - O órgão de deliberação do CMDM é o Pleno do Conselho, formado por todas as representantes titulares do Conselho.

Art. 11 – O Pleno reunir-se-á, com intervalo máximo de 30 dias e extraordinariamente quando convocado por 1/3 (um terço) de suas conselheiras, pela coordenação ou mesmo pelo poder público.

Art. 12 – As decisões e deliberações do CMDM serão tomadas com a aprovação de 50% (cinquenta por cento) das conselheiras nas reuniões ordinárias e nas extraordinárias será necessária a aprovação de 2/3 (dois terços) das conselheiras.

Art. 13 – As resoluções do CMDM, deverão serem registradas nos arquivos do conselho e dado ampla divulgação.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Art. 14 – O CMDM será coordenado por 1 (uma) presidente conselheira titular eleita em reunião plenária, 1 (uma) vice-presidente e 1 (uma) secretária, e suas funções serão de representar o conselho, garantindo assim uma ação e prática horizontal e democrática.

Parágrafo único – As atribuições das coordenadoras do CMDM serão definidas no Regimento Interno do CMDM.

CAPÍTULO V

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Art. 15 – Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher (FMDM), que tem como objetivo principal prover recursos para a implantação de programas, desenvolvimento e manutenção das atividades relacionadas aos direitos da mulher no Município de Pitimbu.

Art. 16 – Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher deverão estar em consonância com os critérios estabelecidos pelo CMDM e deverão ser aplicados em:

- I – Divulgação dos programas e projetos desenvolvidos pelo CMDM;
- II – Apoio e promoção de eventos educacionais e de natureza sócio-econômica relacionados aos direitos da mulher;
- III – Programas e projetos de qualificação profissional destinados à inserção ou reinserção da mulher no mercado de trabalho;
- IV – Programas e projetos destinados a combater a violência contra a mulher;
- V – Outros programas e atividades do interesse da política municipal dos direitos da mulher.

Art. 17 – Constituem receitas do FMDM:

- I – Receitas provenientes de aplicações financeiras;
- II – Resultado operacional próprio;
- III – Transferência de recursos, mediante convênios ou ajustes com entidades de direito público interno ou organismos privados, nacionais e internacionais;
- IV – Doações e contribuições de qualquer natureza de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 18 – O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM ficará vinculado e será administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único – O órgão ao qual estiver vinculado o Fundo fornecerá todos os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos objetivos do Fundo.

Art. 19 – Toda movimentação dos recursos do FMDM somente poderá ser realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social após deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

Art. 20 – A Secretaria de Finanças manterá os controles contábeis e financeiros de movimentação dos recursos do FMDM, observado o

disposto na Lei Federal nº 4.320/64, fazendo, também, a tomada de contas dos recursos aplicados.

Parágrafo único – A Contadoria Municipal apresentará ao CMDM, sempre que solicitado, os balancetes que demonstrem o movimento do FMDM, bem como prestará esclarecimentos sempre que solicitado.

Art. 21 – Os recursos do Fundo serão depositados em conta especial, em estabelecimento oficial de crédito, no Município de Pitimbu.

Art. 22 – Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura orçamentária.

Parágrafo único – Para os casos de insuficiência ou inexistência de recursos, poderão ser utilizados os créditos adicionais, autorizados por lei e abertos por Decreto do Executivo.

Art. 23 Anualmente o CMDM se reunirá no mês de dezembro, para apreciar os gastos e comprovantes efetuados pela Secretaria de Assistência Social dos recursos do FMDM, durante aquele ano corrente, votando por aprovadas, reprovadas, ou aprovadas com ressalvas, concedendo prazo para juntada de comprovantes que ainda se fizerem necessários nesse último caso.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS

Art. 24 - Ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é facultado o direito de estabelecer parcerias para o desenvolvimento de projetos, programas e ações, podendo para tanto firmar convênios, protocolos e outros instrumentos similares, para a obtenção de recursos, equipamentos e pessoal técnico.

CAPÍTULO VII

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Art. 25 – A Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres é o espaço público máximo de deliberação das diretrizes e da política municipal para a promoção da igualdade de gênero, raça/etnia, orientação sexual e toda e qualquer forma de discriminação contra a mulher no Município.

Art. 26 – A Conferência será convocada a cada 2 (dois) anos no mês de março pelo CMDM e será realizada considerando as Conferências Estadual e Nacional, a fim de:

- I – Eleger a representação da sociedade civil do CMDM;
- II – Avaliar as ações desenvolvidas pelo Município;
- III – Realizar diagnóstico da situação da mulher;
- IV – Estabelecer diretrizes e prioridades para o planejamento das políticas e ações do governo municipal dirigida às mulheres.

Art. 27 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e revogam disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 31 de dezembro de 2021.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

Adelma Cristovam dos Passos.

ADELMA CRISTOVAM DOS PASSOS
Prefeita Municipal de Pitimbu

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DA PREFEITA

LEI MUNICIPAL Nº 541 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 340/2010, O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE PITIMBU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PITIMBU, ESTADO DA PARAÍBA, com lastro na Lei Orgânica Municipal, conforme aprovação por unanimidade pelo Poder Legislativo, sanciona:

Art.1º - Acrescenta o inciso VI, ao art. 39, cuja redação será a seguinte:

“Art. 39 –

VI – Abono por pandemia, endemia e outras calamidades.”

Art. 2º - Acrescenta o inciso V, VI e VII ao § 2º, do art. 39, cuja redação será a seguinte:

“Art. 39 –

§ 2º -

V - O abono previsto no inciso VI, do art. 39, deste PCCR, será pago em parcela única, no mês de dezembro do ano de concessão, aos profissionais referidos no artigo 1º da Lei 13.935/2019, bem como os profissionais definidos nos termos do artigo 61 da Lei 9.394/1996, tudo a teor do que prevê o inciso II, do Parágrafo único, do artigo 26 da Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020, desde que em efetivo exercício.

VI – O valor do abono, instituído no inciso VI, do art. 39, deste PCCR, será pago aos servidores na forma prevista em ato normativo regulamentador, observados os seguintes critérios:

a) seu valor não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) da remuneração bruta anual do servidor;

b) O valor global destinado ao pagamento do Abono será estabelecido em decreto, e não poderá ser superior à quantia necessária para integrar 70,1% (setenta inteiros e um centésimo por cento) dos recursos disponíveis na conta municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação Básica – FUNDEB, relativos ao exercício financeiro em que for aplicado.

VII – O referido abono, instituído no inciso VI, do art. 39, deste PCCR, será concedido de forma proporcional ao salário do servidor, aplicando-se os seguintes critérios:

a) à média de carga horária atribuída ao servidor no exercício financeiro da concessão, incluída a carga horária suplementar, se houver;

b) ao número de pontos relativos à frequência individual do servidor, conforme escala a ser fixada em decreto regulamentar, respeitada a frequência mínima de 2/3 (dois terços), aferida durante o exercício financeiro da concessão.

Art. 3º - Altera a redação do § 3º, e acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 39, cuja redação será a seguinte:

§ 3º - A percepção dos adicionais acima são cumuláveis com a gratificação atribuída pelo exercício de função gratificada e/ou cargo comissionado;

§ 4º - Não fazem “jus” ao abono ora instituído:

I – os estagiários da rede municipal de ensino;

II – os servidores que tenham frequência individual inferior a 2/3 (dois terços) dos dias de efetivo exercício, durante o período de apuração; e

III - os inativos e pensionistas.

§ 5º – Caso o servidor seja titular de mais de um vínculo com a Secretaria da Educação, fará “jus” apenas a um abono, sendo necessariamente relativa à matrícula mais antiga.

§ 6º – O abono será calculado de forma proporcional, para os profissionais que ingressaram no serviço público durante o exercício financeiro da concessão.

Art. 4º – Acrescenta o art. 60-A, à lei 340/2010, cuja redação será a seguinte:

Art. 60-A - As despesas decorrentes do “abono por pandemia, endemia e outras calamidades” correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento anual vigente ao exercício financeiro de sua concessão.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Pitimbu-PB, 31 de dezembro de 2021.

Adelma Cristovam dos Passos.

ADELMA CRISTOVAM DOS



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete da Prefeita*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 0150

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DA PREFEITA

LEI MUNICIPAL Nº 542 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

“DENOMINA OFICIALMENTE DE RUA PREFEITO JORGE LUIZ DE LIMA SANTOS, A SUBPREFEITURA, LOCALIZADA NO DISTRITO DE ACAÚ, NO MUNICÍPIO DE PITIMBU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PITIMBU, ESTADO DA PARAÍBA, com lastro na Lei Orgânica Municipal, conforme aprovação por unanimidade pelo Poder Legislativo, sanciona:

Art. 1º - Fica oficialmente denominada de Prefeito Jorge Luiz de Lima Santos, a Subprefeitura, localizada no Distrito de Acaú, no município de Pitimbu, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de Pitimbu, Estado da Paraíba, em 31 de dezembro de 2021.

Adelma Cristovam dos Passos.

ADELMA CRISTOVAM DOS PASSOS
Prefeita Constitucional

----- FIM DA EDIÇÃO -----